



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ-UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA**

LAÍS CRISTIANE MARTINS FREITAS

**ESPAÇO, ESPACIALIDADES E TRABALHO NA VILA DE SÃO JOSÉ DE
MACAPÁ NO CONTEXTO DO DIRETÓRIO POMBALINO (1757-1798)**

**MACAPÁ-AP
Maio/2023**

LAÍS CRISTIANE MARTINS FREITAS

**ESPAÇO, ESPACIALIDADES E TRABALHO NA VILA DE SÃO JOSÉ DE
MACAPÁ NO CONTEXTO DO DIRETÓRIO POMBALINO (1757-1798)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amapá – PP GEO/UNIFAP, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Sociedade e Dinâmicas Territoriais.

Orientadora: Profa. Dra. Daginete Maria Chaves Brito.

MACAPÁ-AP
Maio/2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

F866 Freitas, Laís Cristiane Martins.

Espaço, espacialidades e trabalho na Vila de São José de Macapá no contexto do Diretório Pombalino (1757-1798) / Laís Cristiane Martins Freitas. - Macapá, 2023.

1 recurso eletrônico. 99 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação em Geografia, Macapá, 2023.

Orientadora: Daguiete Maria Chaves Brito.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Geografia histórica. 2. Vila de São José de Macapá. 3. Documentos. I. Brito, Daguiete Maria Chaves, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 910

FREITAS, Laís Cristiane Martins. **Espaço, espacialidades e trabalho na Vila de São José de Macapá no contexto do Diretório Pombalino (1757-1798)**. Orientadora: Daguiete Maria Chaves Brito. 2023. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

LAÍS CRISTIANE MARTINS FREITAS

**ESPAÇO, ESPACIALIDADES E TRABALHO NA VILA DE SÃO JOSÉ DE
MACAPÁ NO CONTEXTO DO DIRETÓRIO POMBALINO (1757-1798)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Sociedade e Dinâmicas Territoriais

Banca Examinadora:

Presidente/Orientador: _____


Prof. Dr. Daginete M. C. Brito
SIAPE 2206642

Profa. Dra. Daginete Maria Chaves Brito

Instituição: Universidade Federal do Amapá – PPGEO/UNIFAP

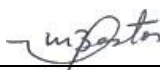
Examinador Interno: _____



Profa. Dra. Rosana Torrinha Silva de Farias

Instituição: Universidade Federal do Amapá- PPGEO-UNIFAP

Examinador Externo: _____



Profa. Dra. Cecília Maria Chaves Brito Bastos

Instituição: Universidade Federal do Amapá- PROFHISTÓRIA-UNIFAP

Resultado: APROVADA

Macapá-AP, 17 de maio de 2023.

Dedico este trabalho ao meu tio Manoel Domingos (*in memorian*), que em vida compartilhou gratidão e alegria. À Dona Otaviana Dias (*in memorian*) que me agraciou com sua simplicidade e fé em Deus.

AGRADECIMENTOS

À Deus, o Mestre dos Mestres, a fonte perfeita do amor, sabedoria e fé.

Ao meu alicerce, minha família amada, da qual herdei a fé em Deus e a perseverança, ao longo dessa jornada vivenciamos tantas experiências mergulhadas em orações, afago e carinho. Ao Seu Ribamar, nosso amigo de longa data, que desde o início acreditou no sonho e ajudou em momentos cruciais dessa trajetória.

Também agradeço ao Prof. Dr. Emmanuel Costa Santos que orientou os estágios iniciais da pesquisa, compartilhamos um vínculo acadêmico de aprendizado importante para o enriquecimento e amadurecimento teórico dessa pesquisa.

Meu agradecimento também à Prof^a Dr^a Daguinete Chaves Brito pela paciência, reciprocidade e confiança na construção deste trabalho.

Agradeço à Profa. Dra. Cecília Bastos pela solidariedade e compreensão que me fez acreditar que essa dissertação seria possível de ser concretizada.

Essa caminhada não teria sido possível sem a presença de grandes amigos, à Daniele pela amizade e por ter cedido seu escritório e equipamentos para a realização da qualificação durante a pandemia. À amiga Izeth Beltrão pela ajuda quando tive dificuldades para receber a bolsa e por sempre compartilhar pensamentos de fé para continuar no mestrado. Aos queridos amigos, Anastácio e Eraldo estiveram ao meu lado dividindo boas conversas no CEPAP, sempre dispostos a ajudar.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Amapá, pelo extraordinário conhecimento que me fez criar grandes vínculos com a Geografia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa, um investimento importante nos estudos e na construção dessa pesquisa.

Aos amigos geógrafos Alan Coimbra pela parceria e trocas de conhecimento, à Hilda Helena pela amizade e ajuda desde o início do mestrado, à querida Luana Sabatinga pela amizade e disposição em ajudar sempre que precisei, ao querido amigo Luiz Edevaldo por sua generosidade e apoio, a todos os colegas da turma 2020 do PPGEO, sucesso em suas jornadas!

Meu agradecimento ao AMBACS vinculado à PROEAC/UNIFAP e ao Dr. Washington Brandão pelo acolhimento quando reconheci um desconforto emocional e precisei reunir forças para buscar ajuda, minha gratidão a toda a equipe!

Meus agradecimentos também à Marilene Sanches pela produção dos mapas, um suporte importante para identificar as representações espaciais da Vila de Macapá.

Ao Colégio Equipe/Trem, em especial a diretora Marcilene pela liberação na última etapa de conclusão da pesquisa. Aos meus queridos alunos das turmas 601, 701 e 801 pela convivência escolar e pela alegria e carinho que tornaram as manhãs leves e agradáveis apesar da correria do mestrado.

A todos que compartilhei momentos únicos e preciosos nessa jornada acadêmica.
Obrigada!

RESUMO

O estudo vincula a interdisciplinaridade entre a História e a Geografia para analisar a importância geohistórica da Vila de São José de Macapá na Amazônia Setentrional durante a vigência do sistema do Diretório Pombalino (1757-1798). A centralidade da povoação de Macapá conduziu experiências profícuas na formação da rede urbana colonial impulsionada pela legislação do Diretório dos Índios que vigorou por mais de quarenta anos na Costa Setentrional do Estado do Grão-Pará, esse processo desencadeou a criação de espacialidades movidas pelas ações de indígenas, africanos, colonos e autoridades portuguesas. Assim, a pesquisa tem como objetivo analisar a dinâmica socioterritorial e socioeconômica movida por esses sujeitos históricos. Como metodologia o estudo compreende a leitura bibliográfica e a pesquisa documental onde foram analisados documentos coloniais da coleção “A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759”, o livro “Relatos de Fronteiras: Fontes para a História da Amazônia. Séculos XVIII e XIX”, e correspondências do “Projeto Resgate” que concentra uma documentação digitalizada sobre a Vila de São José de Macapá e vilas adjacentes, considerada uma importante referência documental na produção da história da Amazônia Portuguesa. Além das narrativas encontradas nas correspondências coloniais foram produzidos mapas temáticos sobre as rotas de fugas de indígenas e africanos que identificam a circulação de produção de gêneros e alimentos entre a Vila de Macapá e vilas próximas, demonstrando as relações socioeconômicas estabelecidas na Costa Setentrional. Os resultados identificam realidades distintas entre a atuação portuguesa e a efetiva realidade na Vila de São José de Macapá. Decerto, as experiências coloniais na porção setentrional do Estado do Grão-Pará concentram uma dinâmica urbana colonial profícuo no estudo da geografia histórica na Amazônia Setentrional. Conclui-se que a geografia histórica da Vila de São José de Macapá é uma experiência distinta onde diversas populações construíram espacialidades movidas por interesses e negociações que expandiram a sua importância geohistórica.

Palavras-chave: Geografia histórica. Vila de São José de Macapá. Documentos. Sujeitos históricos.

ABSTRACT

The study links the interdisciplinarity between History and Geography to analyze the geohistorical importance of Vila de São José de Macapá in the Northern Amazon during the term of the Pombaline Directory system (1757-1798). The centrality of the population of Macapá led to fruitful experiences in the formation of the colonial urban network driven by the legislation of the Diretório dos Índios that was in force for more than forty years on the Northern Coast of the State of Grão-Pará, this process triggered the creation of spatialities moved by the actions of indigenous peoples, Africans, settlers and Portuguese authorities. Thus, the research aims to analyze the socio-territorial and socio-economic dynamics moved by these historical subjects. As a methodology, the study comprises bibliographical reading and documentary research where colonial documents from the collection “The Amazon in the Pombaline era: correspondence from the Governor and Captain-General of the State of Grão-Pará and Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751- 1759”), the book “Relatos de Fronteiras: Fontes para a História da Amazônia. 18th and 19th Centuries”, and correspondence from the “Projeto Resgate” which contains digitalized documentation about Vila de São José de Macapá and adjacent villages, considered an important documentary reference in the production of the history of the Portuguese Amazon. In addition to the narratives found in colonial correspondence, thematic maps were produced on the escape routes of indigenous and Africans that identify the circulation of food and food production between the village of Macapá and nearby villages, demonstrating the socioeconomic relations established on the Northern Coast. The results identify different realities between the Portuguese action and the actual reality in the village of São José de Macapá. Certainly, the colonial experiences in the northern portion of the State of Grão-Pará concentrate a fruitful colonial urban dynamic in the study of historical geography in the Northern Amazon. It is concluded that the historical geography of Vila de São José de Macapá is a distinct experience where different populations built spatialities moved by interests and negotiations that expanded its geohistorical importance.

Keywords: Historical geography. Village of São José de Macapá. Documents. Historical subjects.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ESPAÇO E ESPACIALIDADES DA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ NA VIGÊNCIA DO DIRETÓRIO POMBALINO	16
1.1 COLONIZAÇÃO E ESPACIALIDADES NA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ: a geografia histórica na Amazônia Setentrional	18
1.2 GEOGRAFIA HISTÓRICA DO CABO NORTE: a experiência do Diretório Pombalino na Vila de São José de Macapá, durante o século XVIII	30
1.3 GEOGRAFIA HISTÓRICA E AS ESPACIALIDADES HISTÓRICAS NO CABO NORTE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII	35
2 ESPACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIOTERRITÓRIAS NA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ NA VIGÊNCIA DO DIRETÓRIO POMBALINO	41
2.1 VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ E AS EXPERIÊNCIAS SOCIOTERRITÓRIAS	42
2.2 INDÍGENAS, PORTUGUESES E AFRICANOS NA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ	46
2.3 FUGAS E RELAÇÕES SOCIAIS NAS FRONTEIRAS: rotas e tráficos na Vila de São José de Macapá	61
3 ESPACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO CABO NORTE: as experiências de circulação e produção na Amazônia Setentrional durante o século XVIII	74
3.1 EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO NA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ NO SÉCULO XVIII	84
CONSIDERAÇÕES	95
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

A aplicabilidade do sistema do Diretório Pombalino na Vila de São José de Macapá localizada na Amazônia Setentrional se revelou uma experiência geohistórica na formação do núcleo urbano na segunda metade do século XVIII. O diálogo interdisciplinar entre a História e a Geografia possibilitou analisar as espacialidades e a memória histórica da região do Cabo Norte (atual Estado do Amapá) partindo do cotidiano da vila colonial portuguesa mediante o processo de ocupação e povoamento acelerados com a introdução do diretório pombalino na Amazônia Portuguesa.

Os estudos coloniais sobre o Estado do Grão-Pará no século XVIII destacam a predominância de um sistema regulador e invasivo, sobretudo no cotidiano das populações indígenas e posteriormente aos africanos (tráfico interprovincial), o qual passou a regular a vida de populações por mais de quarenta anos. O projeto pombalino teve como base a retomada da vigilância dos núcleos coloniais, pois os antigos aldeamentos indígenas deixaram de ser regulados pelos religiosos e se transformaram em espaços heterogêneos sendo administrados pela Coroa Portuguesa mediante a ação dos diretores, se reconhece que essa mudança alterou completamente a estrutura administrativa e social na Amazônia Portuguesa redesenhando os espaços e as fronteiras coloniais (MARIN; GOMES, 2003).

Nesse sentido, o estudo centra-se na experiência geohistórica da Vila de São José de Macapá na segunda metade do século XVIII no apogeu do sistema do diretório pombalino. A historicidade da Vila de Macapá é um ponto nodal da correlação entre a História e a Geografia, a primeira motivação para a realização desse estudo considerou a possibilidade de historicizar a formação da vila colonial mediante a estrutura montada pela administração portuguesa relacionando a prática da pesquisa histórica e os meios de reprodução do espaço urbano colonial na Costa Setentrional do Estado do Grão-Pará. A segunda motivação se refere aos poucos estudos que relacionam as espacialidades vinculadas ao passado da Vila de Macapá agregando além das sociabilidades as dinâmicas territoriais que englobam a pesquisa socioterritorial na Amazônia Setentrional.

A povoação de Macapá se tornou um epicentro da administração portuguesa, principalmente pela construção das espacialidades pelos sujeitos históricos (indígenas, colonos, africanos e portugueses), a introjeção do modelo reformista por Sebastião José de Carvalho e Mello restituiu à Coroa Portuguesa o domínio das povoações e núcleos coloniais localizados na Amazônia Portuguesa, todavia, a mobilização dos sujeitos históricos

revelaram a construção de um espaço singular movido por interesses e negociações que demonstraram uma sociedade multiétnica.

O tema do Diretório Pombalino tem inspirado estudos no campo da pesquisa histórica, no entanto, a abordagem das espacialidades pretéritas amplia a discussão sobre as experiências espaciais articuladas ao projeto modernizador da metrópole portuguesa para as regiões periféricas da Amazônia Portuguesa. A Vila de São José de Macapá (1758), não é um caso isolado da administração portuguesa, mas uma experiência singular que ressaltou a montagem de uma estrutura socioterritorial erguida nos moldes da administração portuguesa. Segundo Santos e Sousa (2002), o Cabo Norte (atual Estado do Amapá) apresentou uma centralidade durante a Companhia do Comércio do Grão-Pará mediante a criação de suas principais vilas coloniais: a Vila de Macapá e a Vila de Nova Mazagão, que além de terem se tornado referências na dinâmica urbana colonial foram espaços intensificados pela circulação de produtos e sujeitos.

Nessa perspectiva, se justifica a importância da temática das espacialidades pretéritas para analisar a dinâmica urbana colonial no período do Diretório dos Índios, ressaltando que a montagem de uma estrutura administrativa na Vila de São José de Macapá é um caso particular somado as várias experiências socioterritoriais distribuídas ao longo da administração portuguesa na Amazônia setecentista. Diante disso, o estabelecimento da legislação portuguesa projetou um novo arranjo das relações socioterritoriais sobressaltado por normas e imposições que previam o controle das populações indígenas e africanos, no entanto, o estudo suscita o seguinte problema teórico: Como analisar a geohistória da Vila de São José de Macapá mediante as experiências dos sujeitos históricos de modo a interligar a pesquisa com documentos coloniais do século XVIII?

À vista disso, identificou-se que por intermédio do diálogo interdisciplinar entre a História e a Geografia o resgate das memórias da dinâmica urbana colonial na Vila de São José de Macapá revelou ser uma herança histórica e espacial movida pelas experiências de ameríndios, africanos e portugueses que dividiram um espaço em comum, porém construíram espacialidades diferenciadas do mesmo território fomentando conflitos, disputas e negociações a longo prazo. Essas experiências aprofundam o debate intercalando funções distintas do espaço, para Milton Santos (2014), o espaço é a reprodução intrínseca da sociedade no passado e no presente, a base onde se inter cruzam o passado e o presente das estruturas e formas.

As normas instauradas pela Coroa Portuguesa estiveram materializadas em duas legislações específicas: a primeira, o Regimento das Missões que delegava aos religiosos a administração direta dos aldeamentos indígenas, e posteriormente, em substituição ao Regimento das Missões, o Diretório dos Índios (documento que delegava aos diretores a administração dos indígenas para o trabalho nas povoações), ambas as legislações regerem ao cotidiano das populações indígenas por longos quarenta anos introduzindo novos comportamentos que determinavam o modelo de vida português, como: o trabalho compulsório, o casamento interétnico, a introdução da Língua Portuguesa estiveram dentre as muitas imposições durante a vigência do diretório pombalino.

No que tange a implantação do primeiro núcleo urbano no Cabo Norte, as produções sobre a história da Amazônia colonial Portuguesa identificam a montagem de um modelo de organização que estabelecia o povoamento imediato da parte norte do Estado do Grão-Pará, a vinculação de uma estratégia de asseguramento da porção setentrional e a introdução de uma agricultura comercial de produtividade estiveram na agenda da Coroa Portuguesa para todo o território. Autores como Marin (1999), Ravena (1999) e Brito (1999), introduzem importantes contribuições no sentido de averiguar como a introdução da política pombalina no Cabo Norte se desdobrou como uma experiência distinta no processo de formação das povoações coloniais e corroboraram para a mobilização de diferentes grupos sociais na fronteira do Grão-Pará com a Guiana Francesa.

Estas transformações sociais vinculadas a administração portuguesa se firmou a partir da vigilância da metrópole portuguesa em estabelecer os limites para coibir a circulação dos indígenas evitando que fossem para o território francês, no entanto como demonstram os fragmentos extraídos das correspondências oficiais as tentativas de coibir a passagem dos ameríndios não foi totalmente obedecida, pois constantemente os governadores da Vila de São José de Macapá informavam a fuga e a deserção de indígenas e africanos dos postos de trabalho, muitas vezes, essas situações de fugas comprometiam o andamento das atividades nas construções e na agricultura comercial.

Com base nisso, a pesquisa tem como objetivo geral analisar como as espacialidades reproduzidas na Vila de São José de Macapá explicam a sua geohistória, levando em consideração as trajetórias dos sujeitos históricos encontrados nos documentos coloniais. Para isso, foi realizada uma pesquisa documental viabilizada pelas fontes encontradas na coleção: *“A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça*

Furtado: 1751-1759”) no livro “*Relatos de Fronteiras: Fontes para a História da Amazônia. Séculos XVIII e XIX*” organizado pelos historiadores Flávio Gomes, Mauro Cezar Coelho e Jonas Marçal de Queiroz e pelas correspondências do “*Projeto Resgate*” que concentra uma documentação digitalizada sobre a Vila de São José de Macapá e vilas adjacentes, considerada uma importante referência documental na produção da história da Amazônia Portuguesa, sobretudo no Estado do Grão-Pará nos séculos XVII e XVIII. Mediante essa percepção, se entende que as narrativas imprimem fragmentos do cotidiano da Vila de Macapá que demonstram distintas realidades no que efetivamente era esperado pelas autoridades portuguesas, um território marcado por sucessivas experiências que deixaram permanências históricas e espaciais na atual configuração do Estado do Amapá.

Por conseguinte, esta dissertação se divide em três capítulos consecutivos, cada capítulo acompanha um objetivo específico. O primeiro capítulo intitulado “Espaço e Espacialidades da Vila de São José de Macapá na vigência do Diretório Pombalino tem como objetivo geral identificar e analisar o contexto temporal e espacial da Vila de São José de Macapá durante a vigência do diretório pombalino, ressaltando as características elementares da legislação portuguesa implementada por Sebastião José de Carvalho e Mello (Marquês de Pombal). Como objetivo específico analisa a historicidade do Projeto Pombalino na Amazônia Setentrional enfatizando a Vila de Macapá enquanto espaço singular de reprodução da administração portuguesa, campo de intensiva articulação entre os ideais da metrópole portuguesa e a realidade da povoação colonial em se tratando da organização da mão de obra indígena e da agricultura comercial.

O respectivo espaço da Vila de Macapá esteve centrado em dupla experiência no século XVIII, que caracterizou a execução do projeto colonial nessa faixa territorial, assim, se destaca nesta seção duas frentes de análise: a primeira, se refere a ocupação imediata das áreas consideradas vulneráveis e a segunda experiência adveio com a implantação do sistema do diretório pombalino. Para compor o referencial teórico foram consultados os trabalhos das estudiosas Marin (1999), Ravena (1999), Brito (1999), Souza Júnior (2013), que demonstram como esse sistema modificou as relações sociais no estado do Grão-Pará e conseqüentemente na Vila de São José de Macapá.

Na segunda seção intitulada “Espacialização das relações socioterritoriais na Vila de São José de Macapá na vigência do Diretório Pombalino” consta uma discussão ampliada por meio da transcrição e análise documental (correspondências oficiais) destacando a partir dos documentos coloniais o efetivo diálogo entre a História e a produção das espacialidades

mediante as ações de portugueses, indígenas e africanos na Vila de Macapá. Se verificou por meio da metodologia com as fontes documentais que a povoação de Macapá esteve assentada sobre um passado colonial singular caracterizado pela acentuação das normas e imposições da Coroa Portuguesa que se estenderam na vigência do sistema colonial. Como objetivo específico, buscou-se analisar a geografia histórica presente nos documentos a partir da compreensão das narrativas que constituem o cerne das relações socioterritoriais que conduziram a geohistória da Vila de São José de Macapá ao longo de todo o século XVIII. A metodologia da pesquisa com documentos coloniais incorpora elementos substanciais das experiências dos sujeitos históricos: indígenas, africanos e autoridades portuguesas no centro do projeto pombalino.

A seleção e análise das fontes documentais, que constitui a base metodológica da pesquisa foi conduzida pela abordagem sugerida pelos estudiosos Leandro Karnal e Flavia Tatsch (2012), quando explicitam que o documento histórico é um conjunto de informações sobre determinado contexto e visão de uma época, a interpretação dos documentos permite realizar um diálogo entre o pretérito e o presente a partir da subjetividade humana.

Os procedimentos teóricos e metodológicos que sedimentam a segunda seção vincula a leitura bibliográfica conjuntamente a análise documental referente a Vila de São José de Macapá articulada aos conceitos de espaço e espacialidade discutidos pelos geógrafos Correa (2000), Santos (2008, 2014), Abreu (2014), essa metodologia interliga a prática da pesquisa documental a abordagem geográfica de análise das espacialidades ressaltando que as experiências no interior da Vila de Macapá estiveram anexadas ao projeto de povoamento na Amazônia Portuguesa. Por conseguinte, foram realizadas as seguintes etapas na descrição das fontes documentais: 1) Leitura e transcrição das correspondências; 2) Análise das correspondências que demonstram a espacialidade e as experiências de indígenas e autoridades portuguesas; 3) Espacialização das informações sobre as rotas de fugas e rotas comerciais estabelecidas no cenário da vila portuguesa para a produção dos mapas temáticos que demonstram a dinâmica socioterritorial na Amazônia Setentrional.

O terceiro capítulo denominado “Espacialização das relações socioeconômicas no Cabo Norte: as experiências de circulação e produção na Amazônia Setentrional durante o século XVIII” o objetivo é analisar as relações socioeconômicas na Vila de São José de Macapá a partir da rede de trocas comerciais que foi estabelecida entre a povoação de Macapá e ilhas próximas. Como objetivo específico se buscou demonstrar a dinâmica socioeconômica entre a Vila de Macapá e vilas circunvinhas. Para a Amazônia Setentrional,

especificamente a região do Cabo Norte, a formação da povoação de Macapá significou um grande esforço de manutenção desde os primeiros anos da colonização. A carência de colonos e as crises de abastecimento foram frequentes na estruturação da povoação e depois transformada em Vila de Macapá (RAVENA, 2005). Essa experiência do Ultramar no Grão-Pará na segunda metade do século XVIII é registrada nas documentações produzidas pelas autoridades coloniais. Para Marin (1999) e Ravena (1999), a povoação colonial de Macapá destaca-se por apresentar períodos de instabilidade reproduzidas no cotidiano da povoação, esse processo é vinculado a ausência de planejamento na Amazônia Setentrional.

Nas considerações finais considera-se a relevância do estudo da geohistória da Vila de São José de Macapá, uma vez que a povoação localizada no norte do Estado do Grão-Pará significou a junção de uma dupla experiência de povoamento e de introdução da agricultura comercial motivada pela Companhia de Comércio do Grão-Pará. O trabalho indígena e posteriormente a inserção mão de obra africana se apresentaram como as principais características da sociedade colonial portuguesa, o estudo se orienta a partir do processo de consolidação do projeto pombalino na Amazônia Portuguesa, onde a interface da História e da Geografia no estudo da rede urbana colonial na Vila de São José de Macapá esteve interligada às transformações em todo o Estado do Grão-Pará. Os documentos coloniais concentram importantes narrativas sobre as espacialidades produzidas pelos sujeitos históricos em meio às imposições das autoridades portuguesas.

Para finalizar, o estudo das espacialidades históricas na Vila de São José de Macapá ressalta a intensidade do projeto pombalino voltado para a ocupação efetiva da Amazônia Portuguesa. A legislação do Diretório dos Índios esteve centrada na articulação dos objetivos mercantilistas ao remodelamento dos espaços, todavia, para além do que as autoridades portuguesas ressaltavam em suas correspondências, a Vila de São de Macapá não foi apenas a experiência da reprodução do trabalho, mas um cenário caracterizado por experiências socioterritoriais e socioeconômicas ao longo da vigência do diretório pombalino.

1 ESPAÇO E ESPACIALIDADES DA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ NA VIGÊNCIA DO DIRETÓRIO POMBALINO

O Diretório Pombalino por meio da legislação do Diretório dos Índios¹ constitui um dos principais períodos da história amazônica que sinaliza o início da urbanização das capitanias do Grão Pará e do Rio Negro. Inicialmente, destacando-se como um projeto de colonização. O Diretório foi inspirado no argumento² de proteção e centralização defendido pela administração lusitana no contexto setecentista para sua colônia na América. Os desdobramentos da fixação portuguesa são operantes e decisivos, principalmente, na segunda metade do século XVIII em que as atividades políticas e administrativas passaram a ser concentradas nos espaços e respectivamente em suas sociedades.

Progressivamente as mudanças foram sendo articuladas pela administração portuguesa na América do Sul. Por mais de quarenta anos o Império Português fundamentou, articulou e fixou experiências por meio da instalação de diretores (representantes da Coroa Portuguesa) nas povoações coloniais estabelecidas durante o Regimento das Missões, mediada pela ação dos missionários. Pesquisas sobre esse período têm demonstrado o cotidiano particular nos aldeamentos missionários durante o século XVII, subsequente, somam-se a essa particularidade, que posteriormente, tornaram-se o ponto central para as articulações e alterações realizadas na segunda metade do século XVIII, décadas em que o Diretório Pombalino vigorou no atual espaço amazônico.

Exemplos da tendência iluminista evidenciada pelo sistema do Diretório revelam a forte influência dessa política administrativa na formação das cidades amazônicas. A partir de meados do século XVIII, a transformação dos povoados coloniais vivenciou importante fase na formação dos primeiros núcleos urbanos, confirmando as diretrizes impostas pela política projetada pelo Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Essa experiência estabelecida pelas autoridades portuguesas é considerada uma das fases pertinentes para analisar as especificidades da história da urbanização amazônica e das experiências das sociedades no conjunto das reformas pombalinas.

¹Diretório que se deve observar nas povoações dos Índios do Pará e, Maranhão, enquanto sua Majestade não mandar o contrário. Legislação composta por noventa e cinco artigos que delegava aos diretores a administração das povoações e vilas coloniais a partir da segunda metade do século XVIII (1757-1798). Essa legislação substituiu o Regimento das Missões extinto em 1755 o qual autorizava os religiosos administrar e regular a mão de obra indígena para o trabalho nas povoações coloniais.

² O Diretório Pombalino foi um sistema que vigorou na Amazônia Colonial Portuguesa por mais de quarenta anos, seu principal objetivo era a transformação dos aldeamentos indígenas em espaços produtivos sendo interpretado como uma continuação do Regimento das Missões (1686-1755) desenvolvido pela administração portuguesa em suas colônias na América ao longo do século XVIII.

A Amazônia Colonial Portuguesa vivenciou nas primeiras décadas do século XVIII, intensa transformação de seus núcleos populacionais consolidados pela expansão dos antigos aldeamentos indígenas. Essa transição tornou notório o avanço dos objetivos da Coroa em fixar na Amazônia Portuguesa objetivos específicos quanto a acentuação dos núcleos de povoamento. Observa-se o potencial e os desdobramentos desse período para analisar e compreender os processos provenientes dessa expansão portuguesa na Amazônia, as primeiras décadas do projeto pombalino explicam as especificidades históricas e espaciais que demonstram as interfaces desse sistema nos núcleos populacionais do século XVIII.

Neste sentido, a concepção política incorporada ao projeto pombalino assumiu destaque em estudos sobre a formação das cidades amazônicas, visto que esse período abrange não somente a formalização da política centralizada na atuação dos diretores nas povoações coloniais, mas igualmente reforça os objetivos de implementação da política pombalina na Amazônia brasileira.

Essa correlação entre a política pombalina e a formação das cidades na Amazônia é uma característica elementar para analisar as montagens dos núcleos urbanos no período colonial e é relevante para compreender a urbanização das cidades amazônicas tendo em vista a grande expressão da política instituída pelo Marquês de Pombal. Assim, o projeto político denominado de Diretório dos Índios assumiu destaque em estudos sobre a produção historiográfica brasileira devido sua importância para analisar as experiências na formação territorial brasileira e, respectivamente, das cidades e dos grandes centros urbanos.

Assim, o Diretório dos Índios constitui um dos períodos em destaque sobre a formação das cidades amazônicas. Essa temática é aprofundada em estudos no campo da pesquisa e da análise da geografia histórica, com importantes abordagens a respeito de um dos principais sistemas de colonização portuguesa na América. Os estudos destacam as experiências coloniais que marcaram esse período para a formação e construção urbana da Amazônia brasileira.

As transformações espaciais e populacionais decorrentes na vigência do Diretório Pombalino ampliam discussões cada vez mais complexas e intermitentes a respeito das experiências decorrentes desse projeto de colonização firmado na Amazônia Setecentista durante os mais de quarenta anos que esta legislação vigorou. A história da Amazônia Colonial Portuguesa tem se mostrado um campo profícuo para analisar os processos formadores das cidades e das sociedades amazônicas. As experiências da colonização difundem, além das formas de dominação portuguesa sobre as sociedades indígenas no

contexto do Diretório Pombalino, os avanços e os limites teóricos que abarcam estudos sobre esse período que é importante para a história da Amazônia na segunda metade do século XVIII.

Nas últimas décadas, os trabalhos produzidos sobre o período têm evidenciado características peculiares a respeito do sistema do Diretório dos Índios e suas repercussões na sociedade colonial considerando as suas especificidades locais e regionais, estabelecendo assim nuances desse sistema as quais podem ser observadas na formação do território amazônico e no processo de urbanização do Estado do Amapá, que está vinculado ao projeto de colonização firmado na Amazônia Portuguesa, o século XVIII (SANTOS, 2012).

O Diretório Pombalino deve ser considerado um processo importante para analisar as transições temporais e espaciais estabelecidas pela difusão e desdobramentos dos desígnios portugueses sobre a Amazônia. Essa redefinição do espaço amazônico alcançou seu auge na segunda metade do século XVIII, possibilitando análises cada vez mais singulares sobre os comportamentos e as mudanças econômicas, sociais e culturais em torno dessa política onde, recriaram-se novos espaços de dominação amparada por uma legislação específica cujos esforços sobressaltam as dificuldades de controle e manutenção dos vastos espaços coloniais e suas populações, surgindo novos objetos de estudo a respeito da política lusitana e sua distribuição ao longo da segunda metade do século XVIII.

1.1 COLONIZAÇÃO E ESPACIALIDADES NA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ: a geografia histórica na Amazônia Setentrional

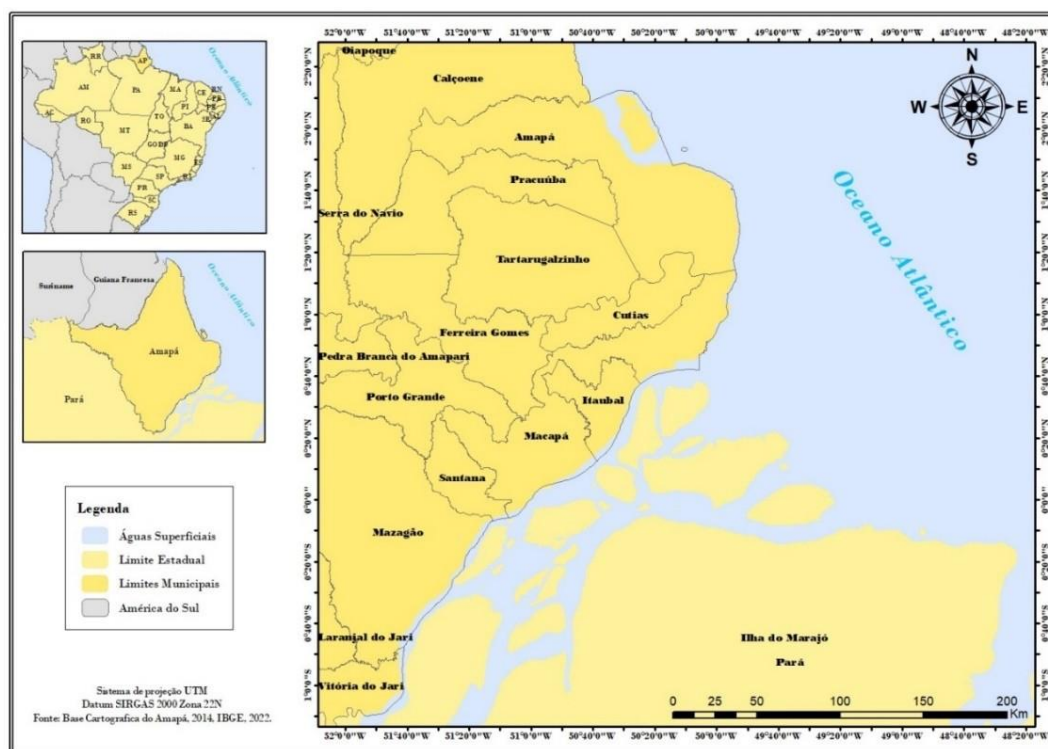
A colonização na América Portuguesa se mostrou complexa na medida que a introdução de dispositivos administrativos eram incorporados ao cotidiano das populações indígenas e africanas (tráfico interprovincial), a abundância de estudos sobre as experiências coloniais na América Oriental destacam dimensões de um cotidiano colonial reproduzido pela mobilização de diferentes sujeitos sobre os espaços que aos poucos eram apropriados pelos portugueses, no entanto, existe uma ampla produção acadêmica que tem abordado e difundindo novas interpretações sobre os sujeitos históricos que redesenharam os espaços e lugares ressignificando ações e atribuindo novas configurações ao cenário colonial.

Nesse sentido, o estudo da geografia do passado mediante a tríade tempo-espaço-sociedade é um caminho teórico viável na produção do conhecimento sobre a formação e

construção dos espaços e das experiências dos agentes sociais por meio das impressões materiais e simbólicas. Dessa forma, pretende-se analisar a espacialidade histórica ocorrida na região do Cabo Norte³ (da qual faz parte o atual Estado do Amapá, no norte do Brasil) a partir da criação e operacionalização da Vila de São José de Macapá (atual capital do Estado).

A Vila de São José de Macapá foi estruturada segundo o modelo de urbanização lusitana na Amazônia Setentrional configurando como uma experiência importante para interpretar a ocupação territorial nessa faixa da Amazônia. Esse processo introduziu mudanças e adaptações, não apenas na organização do espaço amazônico, mas no cotidiano das populações indígenas com a introdução do sistema do Diretório dos Índios. A pesquisa ocorreu no atual espaço territorial de Macapá, como mostra a Figura 1.

Figura 1 - Lócus da pesquisa



Fonte: Base Cartográfica do Amapá, 2014, IBGE, 2022. **Autoria:** SANCHES, Marilene.

O resgate da memória das cidades, seja ela individual ou coletiva, constitui um dos procedimentos fundamentais realizados no campo da Geografia Histórica (ABREU, 2014).

³A Capitania do Cabo Norte compreendia a região ao norte do Estado do Grão-Pará. A partir do século XVIII com a vigência do projeto pombalino essa porção territorial recebeu as primeiras famílias açorianas advindas de Belém para a implementação da agricultura comercial e implantação da Vila de São José de Macapá.

Todavia, esse processo demanda uma sensibilidade do pesquisador, uma vez que, a recuperação da memória da cidade, na maioria das vezes não pode ser alcançada na sua totalidade, pois a memória é seletiva. Por isso, o diálogo com a História é importante para recuperar esse passado seja materializado no espaço ou nos documentos.

A reconstituição da geografia do passado é um exercício ainda bastante desafiador para o geógrafo, uma vez que as categorias de tempo e espaço precisam ser articuladas de forma coerente (SANTOS, 2008). Isto é, precisam ser conciliadas para que o tratamento do espaço dialogue com o tempo, pois o espaço é modificado pela ação do tempo e “A geografia histórica pretende retrazar o passado, mas ela o faz assentada no presente, isto é, a partir do momento em que é escrita” (SANTOS, 2008, p. 51).

Assim, a experiência do diretório pombalino na região do Cabo Norte se reverte na compreensão sobre as balizas temporal e espacial em que assenta e operacionaliza a Vila de São José de Macapá, considerando as dinâmicas de ocupação e povoamento nessa faixa da Amazônia Setentrional, que a princípio, enfrentou diversas improvisações e adaptações devido a instabilidade fronteiriça, a carência de colonos brancos, a resistência dos indígenas e a irregularidade no abastecimento interno. Alguns dos fatores que contribuíram para a criação das vilas coloniais, ao mesmo tempo, se tornaram desafios para a manutenção desses espaços no Cabo Norte (MARIN, 1999; RAVENA, 2005).

Nessa perspectiva, a percepção da vida social e individual foi totalmente alterada pela política do Diretório Pombalino. A criação de uma legislação a qual autorizava e consentia a presença de um diretor (português) nas povoações coloniais seguiu um modelo de organização fundamentado em uma prática a qual condicionava os indígenas aos abusos das autoridades coloniais na Capitania do Grão-Pará (HARRIS 2017), na qual o espaço amapaense fazia parte.

Essa nova representação espacial estimulada pela reforma pombalina delegava as autoridades portuguesas uma autonomia que se desvinculava dos objetivos iniciais exercidos pelas Missões Religiosas nos séculos passados. Deve se compreender que a implantação do Diretório dos Índios não anulou as formas de dominação portuguesa na Amazônia Colonial, antes, intensificou de maneira exponencial a configuração da região e o apressamento das sociedades indígenas do século XVIII. Influenciado pelo Iluminismo ibérico. Esse sistema concentrou em seu interior um comportamento com viés geopolítico centrado em objetivos e interesses das autoridades lusitanas em expandir e fortalecer a administração colonial. A esse respeito Harris (2017) explica que

Naquele período, em pleno auge do Iluminismo ibérico, o desenvolvimento da Amazônia foi considerado central para as estratégias geopolíticas do Império português. Acima de tudo, o Diretório foi concebido para reestruturar a economia, para atender as necessidades do Estado e para converter os índios missionados em vassallos adequados da Coroa (HARRIS,2017, p. 138).

Para o autor, o Diretório Pombalino se caracterizou por uma peça importante no modelo de sociedade gerido pela Coroa Portuguesa na segunda metade do século XVIII e sua execução coloca em discussão duas perspectivas predominantes: o viés econômico e a transformação dos povos indígenas em vassallos do Rei de Portugal. As duas vertentes foram predominantes em todo o sistema, considerando-se que as alterações vinculadas ao projeto colonial ressaltaram a figura central do Marquês de Pombal em conduzir o projeto de expansão do domínio português sobre o espaço amazônico, concentrando-se em um aparato político e ideológico da legislação sob influência iluminista.

A partir da segunda metade do século XVIII (1757-1798) a ocupação portuguesa passou a desenvolver ações em larga e contínua escala, inspirada por essa concepção, que cooperou para que a administração lusitana viabilizasse o projeto colonizatório fundamentado na reforma pombalina na Amazônia. O Diretório propôs construir uma nova estrutura social e política vinculada a implantação de um projeto que reunia objetivos particulares quanto ao nivelamento dos espaços coloniais, assim, a legislação operou de forma intensa e se caracterizou pelo seu teor político e social.

O funcionamento dessa política colonial não esvaziou os antigos objetivos quanto a ocupação da Amazônia, embora com a entrada do Diretório nas povoações e núcleos coloniais tenha ocorrido a consolidação dos objetivos de maneira elevada e com alto grau ideológico. Certamente, a vigência do Diretório Pombalino inaugurou uma fase importante nas etapas seguintes à experiência de colonização na Amazônia Portuguesa, operando de forma distinta e estratégica a ocupação desses espaços que acarretaram a organização e manutenção de diferentes espacialidades coloniais.

A Coroa Portuguesa alterou as unidades de organização econômica e social, transformando os antigos aldeamentos em núcleos que anteciparam a organização dos espaços e das sociedades. Identifica-se que os rastros deixados pelos antigos aldeamentos foram importantes para que as novas unidades administrativas gerenciadas pelos diretores nas povoações alcançassem maior autonomia na execução das atividades cotidianas, uma

vez que anteriormente a base reprodutiva delegava aos missionários as funções administrativas e religiosas, assim incorporadas, tais práticas concediam autonomia na organização e administração das sociedades indígenas.

O sistema do Diretório Pombalino operou de forma proposital na administração dos antigos aldeamentos. Os locais de trabalho, os canais de circulação de produtos e as alterações das paisagens constituem em evidências que confirmam que na vigência do Diretório na Amazônia Portuguesa, as transformações econômicas e sociais se materializaram no espaço, sendo uma combinação de objetos e ações delineadas por um conjunto de espacialidades (RAVENA,1999).

Nesse sentido, a Amazônia Portuguesa é uma herança da fusão entre a política dos aldeamentos mediante o Regimento das Missões e o Diretório Pombalino, embora, a análise sobre os fluxos econômicos e sociais estabelecidos naquela sociedade do século XVIII, no Grão-Pará torne possível identificar excepcionalidades da relação tempo e espaço que caracterizou a Amazônia, revelando traços do redesenho dos espaços coloniais. As formas construídas após o Regimento das Missões demonstram que a política colonial esteve firmada em propósitos, os quais ao longo da primeira fase da reforma pombalina ressaltavam a construção de um organismo político e social específico para a capitania do Grão-Pará, alimentado e contornado pelos propósitos da administração portuguesa (RAVENA,1999).

É possível perceber nesse contexto da administração portuguesa, no século XVIII, a relação indissociável entre tempo e espaço, onde o tempo converge com a materialidade do espaço em movimento. Ponderar sobre as experiências internas na Amazônia Colonial Portuguesa e seus contornos reascendem as análises sobre os modelos de organização projetados para a sociedade colonial. Ou seja, o diálogo entre a História e a Geografia demonstram que o modelo político-administrativo do Diretório Pombalino expressou além do seu revestimento ideológico as interferências sobre os espaços coloniais, adentrado para um estudo das espacialidades as quais se formam nesse período específico.

Examinando os eventos decorrentes do Diretório Pombalino, evidencia-se que há necessidades por estudos que ressaltem além da historicidade colonial novos recortes e conceitos vinculados a produção do espaço amazônico e as experiências e espacialidades específicas desse período. Neste contexto, compreende-se que o estudo da espacialidade histórica ocorrida na Amazônia Portuguesa não é um campo isolado, pois, a experiência do sistema do Diretório conduziu alterações no espaço colonial. Essa perspectiva ao ser teorizada concebe caminhos para analisar os processos relativos à presença lusitana por meio

da reforma pombalina projetada para a Amazônia repensando, assim, as temporalidades e as espacialidades vinculadas sobre o espaço colonial.

Todo o espaço é composto por um passado, essa leitura do tempo mediante as formas materiais de produção do tempo é um fator vital para analisar as formas, os processos e suas disputas internas e externas. O passado acompanha o presente por intermédio das formas produzidas pelas sociedades, assim, as espacialidades são experiências simultâneas do encontro entre o passado e o presente materializado na produção do espaço (SANTOS, 2008). Neste sentido, a região do Cabo Norte não esteve distante da experiência do sistema do Diretório dos Índios. As transformações no corpo estrutural da Amazônia Colonial Portuguesa explicam e demonstram que o espaço amazônico é uma herança do processo de colonização intensificado no século XVIII.

Enveredar e transitar entre a História e a Geografia, ciências coirmãs, no que tange aos estudos sobre os espaços, espacialidades e sociedades no contexto colonial revelam um campo de grande potencialidade para efeitos de pesquisa e produção do conhecimento geográfico a respeito da dinâmica das geografias do passado e suas paisagens em diferentes escalas (locais, regionais e nacionais). Esse campo nodal estabelecido entre essas duas ciências incorporam o crescimento por estudos e análises que dialoguem sobre o passado das cidades e sociedades coloniais, estabelecendo diferentes perspectivas sobre a produção dos espaços mediante as formas espaciais construídas nos séculos anteriores e posteriores à colonização brasileira.

A junção e a atuação desses dois campos de saberes e cujos campos metodológicos incorporam a relação entre espaço-tempo, definem a Geografia Histórica enquanto uma reconstituição do passado com o viés do presente mediante o estudo do espaço e as singularidades produzido pelas sociedades no pretérito. Essas frações de tempo encravadas nas formas encontram no plano material o reforço para a perpetuação, portanto, exprime-se que a geografia histórica se ancora na produção de uma história do tempo por meio do espaço produzido pelas sociedades em diferentes contextos temporais, ressignificando as experiências reproduzidas nesses espaços pela sensibilidade do pesquisador.

Claramente, observam-se caminhos teóricos, metodológicos e fontes diferenciadas para investigar e analisar as geografias do passado interligando reflexões sobre a formas dos espaços pretéritos. É inegável que a Geografia Histórica enquanto um campo teórico busca compreender não somente o passado das formas, mas também, o seu diálogo com o presente por meio da materialidade do espaço, essa interface com a História dissemina um campo

interdisciplinar onde o espaço é reconstituído por meio das dimensões históricas atemporais do espaço entrelaçadas entre experiências individuais e coletivas.

Todo espaço é composto por um passado e essa leitura mediante as formas materiais de produção do tempo é um fator vital para analisar as formas, os processos, as disputas internas e externas de determinado espaço (SANTOS, 2008). O passado acompanha o presente por intermédio das formas produzidas pelas sociedades, assim, conjectura-se que o espaço é uma experiência simultânea do encontro entre o passado e o presente materializado na formação do espaço.

Nesse sentido, as primeiras décadas na formação da Amazônia Colonial Portuguesa demonstram sucessivas experiências de colonização dos espaços, reconfigurando os antigos aldeamentos indígenas mediante expressivas ações de ocupação articuladas pelo sistema do Diretório Pombalino. Essa reestruturação dos aldeamentos coloniais prolongam a efetiva presença lusitana na Amazônia, onde coexistiram antigos e novos objetivos da administração portuguesa quanto à ocupação, povoamento e expansão dos núcleos populacionais por toda a extensão da Amazônia.

Essa intensificação da administração portuguesa alcançou seu apogeu durante o século XVIII, embora, esse controle das autoridades lusitanas sobre os espaços coloniais tenha sido intermitente e crucial para a manutenção dos núcleos populacionais e as respectivas populações. Trabalhos pioneiros sobre o contexto da Amazônia Portuguesa como descreve Marin (1999) e Ravena (1999), dão conta dos desdobramentos das primeiras décadas do século XVIII, demonstrando que além do controle das populações amazônicas principalmente a indígena, um dos eixos centrais da intervenção portuguesa era projetar na Amazônia Colonial a continuação de uma Nova Lisboa a qual deveria apresentar condições suficientes para prosperar.

As experiências que sucederam a história da Amazônia Portuguesa e de suas populações conceberam novos arranjos para esse espaço colonial desde o século XVII. A instauração de uma economia colonial somada a expansão do domínio lusitano tornou-se o eixo central do projeto colonial do Império português concentrado na Amazônia, estabelecendo assim, visíveis alterações dos espaços e das paisagens segundo os parâmetros ideológicos e coercitivos da administração portuguesa no desenrolar do século XVIII (MARIN, 1999 e RAVENA, 1999)

Esse distinto sistema colonial denominado Diretório dos Índios vigente na segunda metade do século XVIII inaugurou uma fase importante e crucial nos mais de quarenta anos

em que a legislação vigorou na história da Amazônia. A expansão da política lusitana deliberou novas formas de organização espacial e populacional, um contexto bastante expressivo para compreender e analisar os processos de povoamento na região amazônica e as experiências das sociedades mediante o remodelamento dos espaços coloniais (COELHO, 2005 e 2006; SOUZA JÚNIOR, 2013).

Nesse contexto, observa-se que na conjuntura do Diretório dos Índios na Amazônia, a formação das cidades coloniais concentrou uma historicidade e espacialidades as quais podem ser analisadas e justificadas em suas estruturas, formas espaciais, conteúdos e significados refletindo os usos e as funcionalidades das estruturas materiais dispostas no espaço correlacionadas com as experiências das sociedades. A reconstituição dos espaços por meio de sua materialidade permite analisar os processos que desembocam na história do urbano e da cidade, expandindo as possibilidades metodológicas para o estudo da experiência humana por meio da produção do espaço e suas estruturas (SANTOS, 1994).

Embora, este autor, neste estudo não concentre sua perspectiva teórica e metodológica acerca do estudo da formação das cidades coloniais e seus desdobramentos na produção do espaço urbano, deve-se inferir sua contribuição exponencial para o tratamento dos conceitos elementares para analisar a história do urbano e da cidade. Assim, o autor descreve que existem duas categorias fundamentais no tratamento do urbano e da cidade na perspectiva geográfica, a dimensão material é um conjunto de formas espaciais e sociais sensíveis ao tempo, pois,

Trabalhamos de um lado com algo que tem uma dimensão material que são as formas espaciais, ou uma dimensão dos comportamentos obrigatórios, que são as formas jurídicas e as formas sociais, e de outro lado com o tempo, tal como ele se dá nas diferentes escalas de sua existência, ainda que tenhamos frequentemente dificuldade em precisá-la (SANTOS, 1994, p. 68).

A produção do espaço não envolve somente os seus elementos materiais, mas as formas sociais que podem ser observadas no tempo. Desse modo, surge um importante questionamento que tange ao tratamento das expressões (SANTOS, 1994). A partir da segunda metade do século XVIII predominou na Amazônia Portuguesa a Lei do Diretório dos Índios, legislação composta por noventa e cinco artigos os quais tinham funções expressas de organizar e regular as relações econômicas e sociais entre autoridades portuguesas, colonos e indígenas.

Em se tratando do Cabo Norte (atual Amapá), localizado na porção da Amazônia Setentrional, se percebe a atuação do Império Português em delimitar e sinalizar a presença lusitana nessa região. Quando se analisa a experiência do Diretório Pombalino no Cabo Norte por meio das fontes coloniais, as correspondências oficiais essas informações são evidenciadas justamente porque as autoridades lusitanas registravam nessa documentação o cotidiano das vilas e povoações.

A produção de uma história da cidade e do urbano constituem vias importantes para compreender as formas espaciais e seus conteúdos. Essas duas perspectivas de traçar a história dos espaços e da própria urbanização recaem a ideia de forma e a ideia de tempo. Nesse sentido, a forma tem um caráter subjetivo pois está relacionado às experiências dos sujeitos, assim o tempo é uma categoria que resistente nesse processo, às vezes sendo difícil defini-lo exatamente. Dessa maneira, o autor escreve que esse exercício metodológico é um desafio não somente para precisar o tempo, mas para definir as experiências formuladores daquele espaço-lugar (SANTOS,1994).

Entende-se que espaço e espacialidade são categorias importantes para compreender as formas espaciais e seus conteúdos. As formas constituem os traços do tempo materializado no espaço, na paisagem e no lugar. Essa percepção é importante na abordagem e no tratamento do urbano e da própria urbanização, tendo em vista, que o espaço não é estático, mas um conceito que agrega uma dimensão exponencial quando analisada não apenas a partir da percepção do concreto (material), mas em todas as suas expressões simbólicas possíveis de serem observadas. Santos (1998), em suas análises a respeito do tratamento das formas e do tempo, defende que,

Pode-se pensar que as idéias que comandam a elaboração da história urbana são sobretudo duas: a ideia de forma e a ideia de tempo. As formas, quando empiricizadas, apresentam-se como objeto seja como relação a obedecer. Entretanto, é também necessário empiricizar e precisar o tempo se nós queremos trabalhá-lo paralelamente às formas. Esse é talvez um dos grandes problemas metodológicos que se colocam à história das cidades e da urbanização (SANTOS, 1994, p. 68).

Nesse sentido, em razão dos impactos causados no espaço amazônico e entre suas populações, a temática do Diretório dos Índios continua inspirando e aprofundando estudos a respeito da ocupação e dinâmicas dos espaços e das experiências das sociedades da Amazônia Colonial Portuguesa. O instrumento civil do Diretório dos Índios constituiu-se em uma das legislações e experiências mais complexa e decisivas na construção e

manutenção das cidades na Amazônia brasileira. Durante esse período, observa-se que a região amazônica vivenciou um processo histórico composto por sucessivas ações desencadeadas pela tendência e pensamento iluminista do Marquês de Pombal, operando decisivamente na expansão dos espaços mediante a transformação dos núcleos coloniais existentes em vilas e cidades com objetivos evidenciados por práticas mercantilistas e urbanizadoras com grande impacto social.

Por mais de quarenta anos, a região da Amazônia Portuguesa, caracterizou-se por constantes e profundas experiências políticas, administrativas, econômicas, sociais e culturais condicionadas pela administração centralizadora lusitana por intermédio do sistema social do Diretório Pombalino. A região do Vale Amazônico apresenta em sua formação histórica e social uma memória histórica pulsante a qual tem seu o ponto culminante o século XVIII por meio da regulamentação das relações sociais estabelecidas e regidas pelo Diretório dos Índios a partir de 1757 (COELHO, 2005). Ou seja, a eminência do sistema colonial português sobre os espaços e sociedades amazônicas pode ser caracterizada sob a seguinte perspectiva:

[...] Além de ter sido uma expressão daquela política, o Diretório dos Índios se desdobrou em um processo histórico. Ele organizou a vida de milhares de pessoas, durante quarenta anos. Homens e mulheres nasceram e morreram no período em que ele ordenava a vida social nas diversas localidades do Vale. Suas formulações relativas às formas de organização do trabalho, de associação, de exploração dos recursos naturais informaram mais que uma geração de índios, mestiços, negros e brancos. De modo que mais do que um projeto para a colônia, ele constituiu-se em processo colonial e como tal deve ser entendido (COELHO, 2005.p. 50-51).

De acordo com a percepção do autor, durante o período em que o sistema do Diretório dos Índios vigorou, este representou a postura, o mecanismo autoritário e centralizador da administração portuguesa nos variados espaços e sociedades da Amazônia. Ressalta-se que a expressão da dominação colonial atingiu desenfreadamente todas as estruturas e segmentos da sociedade colonial. Não somente as formas de trabalho e a exploração dos recursos naturais foram intensificadas. O controle das relações sociais também se mostrou uma prática da realidade amazônica neste período.

O projeto de colonização operante na Amazônia do século XVIII, configurou-se como um importante centro econômico para a metrópole portuguesa para viabilizar e concretizar os seus objetivos mercantilistas. Mesmo antes da introdução do Diretório

Pombalino, o viés econômico jamais foi apartado da prática lusitana, ao contrário, tornou-se um dos principais impulsos para a intensificação da política de exploração na Amazônia. Os rastros de exploração percebidos nesse processo colonizatório demonstram a intensidade das ações lusitanas não apenas sobre as articulações e do remodelamento dos espaços, mas igualmente sobre as experiências e as negociações com os povos indígenas Almeida (2005), explica que

Até 1750, a Amazônia ocidental ou o este do Estado do Grão-Pará e Maranhão era importante reduto de drogas do sertão e de mão-de-obra indígena, sob o controle espiritual e temporal das missões religiosas. Foi a partir das reformas pombalinas que a administração lusa se estendeu até aqueles confins, transformando as missões religiosas em vilas e lugares portugueses, povoando-os com índios, que vassallos d'El Rey, comporiam o povo necessário para ocupar e garantir o território português (ALMEIDA, 2005, p. 21).

Nessa perspectiva, Almeida (2005), compreende e enfatiza que a presença lusitana na Amazônia, o século XVIII, se forjou a partir de um conjunto de reformas pragmáticas de cunho político-administrativo que visavam o domínio dos espaços e das sociedades, principalmente a indígena. Pode-se afirmar que o sistema do Diretório Pombalino foi uma das expressões mais intensas da metrópole portuguesa na Amazônia, atingindo desenfreadamente os espaços coloniais e desencadeando impactos na organização das sociedades indígenas. O domínio estabelecido pela Coroa Portuguesa mediante a figura de Marquês de Pombal se deu de forma mais enérgica e constante a partir da atuação do Diretório dos Índios. Este processo implicou de fato na materialização da relação de dependência entre a metrópole e a colônia, pois:

As medidas tomadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, como a implementação do Regime do Diretório dos Índios e a expulsão dos jesuítas do Estado do Grão-Pará e Maranhão, iniciada em 1755, logo antes da expulsão geral em 1759, têm sido estudadas e aplicadas a partir da premissa que estabelece uma relação de exterioridade entre Metrópole e colônia, de forma unilateral entre as duas, na medida em que à Metrópole se atribui a tarefa de formular e impor políticas e à Colônia, a de ser o laboratório de testes destas (SOUZA JÚNIOR, 2012, p. 77).

O Diretório Pombalino assumiu caráter e prática de extrema dependência e exploração da colônia, fator que o manteve funcionando por mais de quarenta anos na região. Nesse sentido, considera-se que a expulsão dos jesuítas do Estado do Grão-Pará após o fim do regimento das Missões, pode ser elencado como uma das principais interferências que

subsidiaram a autonomia do Marquês de Pombal sobre o espaço amazônico, assumindo o seu caráter impositivo, por essa razão, o sistema do Diretório deliberou condições desfavoráveis à manutenção da colônia, tornando-a um autêntico e rentoso laboratório (SOUZA JÚNIOR, 2012).

Diante das reflexões de Almeida (2005) e Souza Júnior (2012), conjectura-se que a implementação do Diretório Pombalino e sua influência é uma experiência crucial para analisar os meandros da história da Amazônia colonial portuguesa. A expansão do espaço amazônico deve-se inegavelmente ao aceleração das ações portuguesas visando o domínio a partir da exploração dos aldeamentos e núcleos indígenas. O controle dos espaços coloniais pela administração portuguesa resultou no remodelamento realizado anteriormente pelos missionários, no entanto, as sucessivas experiências decorrentes dessa transição não foram benéficas e não amenizaram as condições da espoliação indígena. Assim, Ravena (1999) afirma que

Desde a segunda metade do século XVII, no Grão-Pará, as ordens religiosas, principalmente a Companhia de Jesus, desenvolveram formas de arregimentação e manutenção de mão-de-obra indígena. O aldeamento missionário era o espaço que traduzia a tolerância, elemento fundamental na reinvenção de uma cultura composta por elementos ocidentais e indígenas. Essa tolerância funcionava como uma via de mão dupla. Não somente os missionários toleravam elementos particulares da cultura indígena, mas os índios criavam espaços de convivência a partir de novas normas e padrões comportamentais que lhes garantiriam acesso a gêneros por eles demandados (principalmente metais) como também rituais religiosos que substituiriam os rituais anteriores ao contato (RAVENA, 1999, p. 64).

Percebe-se que a experiência de ocupação na Amazônia colonial não difere da análise realizada por Almeida (2005), segundo as estudiosas, os núcleos populacionais compostos em sua maioria por indígenas tiveram uma importante função tanto na manutenção do projeto dos missionários quanto para o funcionamento do Diretório Pombalino. Entende-se que nesse processo o trabalho indígena mediou e sustentou todas as relações econômicas e sociais instauradas pela presença lusitana na região, principalmente nas primeiras décadas da vigência da legislação.

A partir do século XVIII o espaço amazônico tornou-se um híbrido de formas espaciais e populacionais com o avanço da colonização portuguesa sobre a extensão do Vale amazônico impulsionado pela Diretório Pombalino. No Cabo Norte (Amapá), as ações de povoamento são etapas graduais e significativas da reforma pombalina na Amazônia

Setentrional. A construção das Vilas de São José de Macapá, Vistosa e Mazagão podem ser consideradas experiências substanciais da reestruturação espacial na Amazônia Portuguesa. No entanto, essa expansão sobre a Amazônia colonial não deve ser considerada linear e pacífica, pois desde o século XVI essa faixa da amazônica era considerada de grande instabilidade devido a presença das populações indígenas e as constantes presenças de estrangeiros (SANTOS, 2018).

Compreende-se que as formas de controle demandadas pela administração lusitana foram determinantes na formação e expansão da Amazônia Portuguesa. Notadamente, entende-se que a experiência no Cabo Norte é uma herança do projeto de colonização firmado na horizontalidade dos espaços coloniais, cujo escopo era imprimir as marcas da administração do Marquês de Pombal, conforme demonstram Ravena (1999), Almeida (2005), Coelho (2005) e Santos (2018) em perspectivas diferenciadas. Desse modo, se percebe a relevância que um estudo sobre a espacialidade histórica pode contribuir para analisar as dinâmicas territoriais geradas com a implantação da Vila de São José de Macapá na região do Cabo Norte.

1.2 GEOGRAFIA HISTÓRICA DO CABO NORTE: a experiência do Diretório Pombalino na vila de São José de Macapá, durante o século XVIII

Nas últimas décadas, a produção de estudos e pesquisas no âmbito da geografia histórica têm sinalizado um cenário bastante amplo e interdisciplinar ancorado na correlação e fluidez entre tempo e espaço na reconstituição das geografias do passado, uma discussão teórica fundamental para analisar e compreender as dimensões tangíveis e simbólicas que constituem os espaços, as cidades e lugares em perspectivas temporais diferenciadas.

A cidade deve ser considerada como um lugar de memória, um espaço dinamizado pelas memórias individuais e coletivas. Assim, “A cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Uma dessas resistências que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço” (ABREU, 2014, p. 38). Portanto, se percebe que identificar e contextualizar as memórias das cidades é um exercício importante para conhecer a história do lugar e os seus desdobramentos ao longo do tempo.

O resgate da memória das cidades, seja a memória individual ou coletiva, constitui

em um dos procedimentos fundamentais realizados no campo da Geografia Histórica. Todavia, esse processo demanda uma sensibilidade do pesquisador vez que, a recuperação da memória da cidade, na maioria das vezes não pode ser alcançada na sua totalidade, pois a memória é seletiva. Por isso, o diálogo com a História é tão importante para recuperar esse passado seja materializado no espaço ou nos documentos, nesse sentido, Abreu (2014), disserta que

[...] É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade (ABREU, 2014, p. 40).

Neste sentido, se observa a possibilidade de resgatar o passado da cidade, as suas narrativas pretéritas, constituindo assim em uma importante via e instrumento para o geógrafo no processo de geografizar o espaço e suas espacialidades. Essa análise colabora para o entendimento mais abrangente sobre as experiências em contextos nacionais, regionais e locais. Neste caso, a cidade e seus discursos se configuram como um cenário propício para a reconstituição do passado por meio da produção dos vestígios que corroboram para compreender as memórias e as tessituras das relações sociais reveladas no presente.

A reconstituição das geografias do passado ou das geografias pretéritas é um exercício ainda bastante desafiador para o geógrafo, uma vez que, as categorias de tempo e espaço precisam ser articuladas de forma coerente, isto é, precisam ser conciliadas para que o tratamento do espaço dialogue com o tempo, pois o espaço é modificado pela ação do tempo.

Considera-se que os estudos de Abreu (2014), cooperam para um entendimento bastante necessário sobre o campo da geografia histórica e suas formas de retratar o passado realizando uma ancoragem do espaço no presente, tendo em vista, que o tempo é fecundo, dinâmico. A correlação entre tempo-espaço é um caminho discutido pelos geógrafos históricos, uma possibilidade teórica e metodológica que estuda e compreende o passado de determinado espaço a partir da compreensão do tempo presente.

A Vila de São José de Macapá constituiu como uma das principais vilas em funcionamento na Amazônia Setentrional. Sua importância é destacada em trabalhos pioneiros sobre a expansão da administração lusitana nessa região, tanto pelo seu caráter histórico quanto pela sua capacidade de abastecimento durante a segunda metade dos setecentos. Esse caráter é expresso nos trabalhos de Ravena (1999) e Marin (1999) e suas contribuições transitam pela administração colonial portuguesa ao instalar uma povoação com plenos objetivos econômicos e de ocupação da Amazônia Setentrional.

As mudanças e as alterações graduais dos espaços decorrem do fluxo das experiências das sociedades em constante movimento. A materialização dessas experiências é vislumbrada nas paisagens e nas experiências das sociedades no tempo e no espaço concomitantemente. A paisagem tornou-se então, o ponto de intersecção o qual deferiu à História e a Geografia no estudo das dimensões temporais e dos fenômenos espaciais. No campo histórico, os primeiros historiadores observaram nos fenômenos espaciais, principalmente nas transformações graduais das paisagens sucessivos processos históricos em diferentes temporalidades. A Geografia, por sua vez, definiu e consolidou esse conceito no pensamento e no método geográfico, todavia, a História vislumbrou no estudo da paisagem uma fonte inesgotável para analisar as relações históricas no tempo.

O estudo da paisagem não é um tema relativamente novo para a análise histórica, as paisagens sempre foram consideradas elementos atemporais e significativos para a interpretação dos modos de vida das sociedades e seus processos nos variados espaços rurais ou urbanos. A introdução da história da paisagem no campo historiográfico significou a abertura de um novo campo de estudo para os historiadores onde se materializam, desenrolam e persistem os processos históricos,

Embora aparente ser uma disciplina nova, com uma densidade teórica ainda frágil e poucos exemplos práticos, a história das paisagens é um campo antigo — mais antigo ao menos do que a história social ou a história demográfica — com uma tradição assentada em trabalhos de fôlego. Mesmo antes da maré montante das preocupações ecológicas, de sua politização e idealização, estudiosos alemães, franceses e ingleses — desde o início do século e, especialmente, na década de 1930 — produziram obras que delimitaram, entre a geografia humana ou histórica e a história agrária, um campo novo (SILVA, 1977, p. 37).

A partir do século XX, notou-se visivelmente que a paisagem começou a ser incorporada enquanto um campo de estudo na análise histórica. Os historiadores

antecipando-se e reconhecendo a eminência dos discursos ecológicos, passaram a considerar a paisagem não apenas como uma alteração natural do espaço, mas como uma fonte de pesquisa salutar para compreender o embasamento dos processos históricos, em conformidade, surgem os primeiros indícios da produção de uma geografia humana ou geografia histórica na qual a formação e a acentuação das paisagens foram consideradas experiências profícuas na compreensão da historicidade e das espacialidades das relações sociais no espaço.

O estudo do espaço e das paisagens se configurou como uma forte influência na produção científica das ciências humanas e sociais a partir das primeiras décadas do século XX. Esse período refletiu em uma renovação não apenas científica e metodológica, mas também de alcance inestimável no âmbito social. As ciências começaram a observar nos fenômenos espaciais um processo expressivo e constituído pelas experiências humanas, a própria Geografia, ampliou seu aporte teórico e metodológico instaurando assim sucessivas produções ligadas ao tratamento e análise do espaço em diversas escalas. Diante disso, Santos (2014), descreve a valorização e interdisciplinaridade do conceito espacial da seguinte forma:

O espaço está no centro das preocupações dos mais variados profissionais. Para alguns, objeto de conhecimento, para outros simples meio de trabalho. Há desde os que o veem como um produto histórico até os que o encaram como um processo histórico, poderíamos dizer que o espaço é o mais interdisciplinar dos objetos concretos (SANTOS, 2014, p. 67).

O autor demonstra rumos e caminhos apresentando duas características basilares do espaço, a universalização e a interdisciplinaridade. De fato, a aderência e a valorização do conceito de espaço para as ciências humanas e sociais deve ser observada como uma prática que concebeu amplitude ao saber científico ao mesmo tempo, proporcionou alcance mais elevado e específico das relações sociais intermediadas pelas interfaces e fluxos provenientes do espaço e suas espacialidades. Em todo o caso, o conceito espacial pode ser considerado como uma das principais categorias de análise do campo geográfico devido a sua robustez, densidade teórica e igualmente a sua capacidade de confluência aos variados saberes científicos.

Definições de espaço e suas particularidades cerceiam e trazem volumosas interpretações, isto é, evidenciado e problematizado nas reflexões de Silva (1977) e Santos (2014). Embora os autores tratem do mesmo tema em contextos e perspectivas teóricas

diferentes, o primeiro na análise histórica e o segundo no âmbito geográfico, ambos, demonstram por meio de suas reflexões a amplitude que o conceito espacial adquiriu ao longo da história e seus desdobramentos, associando esse processo de maneira articulável às demandas e às preocupações teóricas das ciências humanas e sociais na análise das experiências humanas em constante transformação com o espaço.

Essas experiências humanas percebidas por historiadores e geógrafos cerceiam e fornecem os significados reais aos espaços, pois a construção do espaço é um processo atemporal e que não se desvincula com a história tampouco a história é apartada dos fenômenos espaciais, ao contrário, são dependentes. Todos os espaços são geográficos e por isso formados e produzidos pelas sociedades em movimento, são as sociedades e suas ações que alimentam o espaço e suas metamorfoses, assim, desenvolveu a seguinte reflexão:

Todos os espaços são geográficos porque determinados pelo movimento da sociedade, da produção. Mas tanto a paisagem como o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos (SANTOS, 2014, p. 67).

O teórico chama a atenção ao explicar que a noção de espaço geográfico sucede um conjunto moldado na organização da sociedade e seus movimentos de maneira simultânea. Essa concepção define a funcionalidade singular e de heterogeneidade do espaço junto com todos os elementos que o compõem. Na prática, a paisagem é o produto materializado dessa experiência, não somente da experiência palpável, mas de todos os sentidos e sensações que a paisagem é capaz de proporcionar, pois a paisagem compreende todo o alcance do olhar humano o que efetivamente a visão e todos os sentidos conseguem apreender do espaço geográfico.

De modo sucinto revelou que “Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc” (SANTOS, 2014, p.67-68). Nesse sentido, o espaço geográfico tangencia as ações humanas e pode ser considerado um conceito bastante abrangente, às vezes, difícil de ser interpretado devido suas dimensões teóricas e conceituais, todavia, pode ser definido como o plano material onde se manifestam as relações sociais, as experiências dos sujeitos, as subjetividades.

1.3 GEOGRAFIA HISTÓRICA E AS ESPACIALIDADES HISTÓRICAS NO CABO NORTE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

As vilas históricas (São José de Macapá e Mazagão) foram introduzidas segundo o modelo de urbanização lusitana na Amazônia Setentrional configurando como uma experiência crucial para interpretar a ocupação territorial na Amazônia. Esse processo introduziu mudanças e adaptações não apenas na organização do espaço amazônico, mas no cotidiano das populações indígenas com a introdução do sistema do Diretório dos Índios.

Nesse sentido, o espaço é construído e ressignificado ao longo do tempo a partir das memórias que o circundam, essas experiências pretéritas podem ser revisitadas/recuperadas por intermédio da materialidade do espaço e dos próprios documentos produzidos. A reconstituição das geografias do passado é um caminho teórico que agrega tanto a compreensão do passado como o contexto atual das cidades (ABREU, 2014).

Todo o espaço apresenta um passado, uma história que se manifesta no presente e que, portanto, a Geografia também é histórica, cujas perspectivas são fundamentais para compreender a inter-relação entre a natureza do espaço e as ações humanas vinculadas a determinados espaços, paisagens e lugares. Assim, referir-se sobre a geografia histórica como um indicador interpretativo do espaço baseado na convergência entre passado e presente corporificado, assim: “A geografia histórica pretende retrair o passado, mas ela o faz assentada no presente, isto é, a partir do momento em que é escrita” (SANTOS, 2008, p.51).

O espaço é a reprodução material entre tempo e sociedade em movimento, essa correlação existente pode ser historicizada e operacionalizada espacialmente mediante o estudo das formas, conteúdos e os usos respectivamente (SANTOS, 2008). O espaço é um conceito substancial, um organismo dinâmico, dessa maneira, um conjunto complexo de objetos e ações cujos conteúdos apresentam unidades e categorias analíticas. O espaço enquanto base da reprodução humana não é um conceito homogêneo, mas confluyente e internamente composto de subdivisões as quais caracterizam o seu caráter dinâmico. A esse respeito o autor defende que

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas características analíticas internas. Entre elas, estão, a paisagem, a configuração territorial,

a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo (SANTOS, 2008, p. 22).

As definições discutidas por Santos (2008) e Abreu (2014) são consideravelmente salutares para compreender o conceito de materialidade do espaço e suas categorias analíticas que corroboram para um debate profundo na geografia humana. Pois, o espaço é o conceito-chave da ciência geográfica e do trabalho do geógrafo, embora, apresente uma definição e conceituação complexa trata-se de um termo utilizado com frequência no cotidiano e no campo teórico de diversas ciências, porém, a partir da estruturação do pensamento geográfico este conceito consolidou-se e tornou-se objeto de estudo norteador do campo geográfico (CORRÊA, 2000).

A experiência de colonização no Cabo Norte assim como na maioria das experiências na Amazônia colonial portuguesa, compõe especificidades históricas e espaciais que ainda hoje, podem ser percebidas quando se observa a formação do espaço amapaense, pois suas bases históricas e geográficas estão assentadas nas heranças do passado colonial, principalmente no que tange a reforma operacionalizada pelo Diretório dos Índios. A transformação desses espaços em núcleos, vilas e lugares significou a demarcação e a personificação da administração pombalina na Amazônia.

A formação das vilas coloniais no século XVIII, estiveram anexadas ao circuito de ações para a Amazônia Setentrional, no que tange, em um primeiro momento, na ocupação das áreas sujeitas às invasões, uma questão constante para o Império português em se tratando do resguardo de suas colônias. Neste sentido, composição do espaço é o produto da interação entre os sujeitos e suas respectivas ações por intermédio dos objetos naturais e artificiais, essa interessante concepção do estudioso, contribui para analisar a formação e a operacionalidade das vilas coloniais a partir do arranjo político, econômico e social estabelecido pelas autoridades portuguesas durante o Amapá colonial.

No que se refere a base teórica desta pesquisa, esta foi alicerçada nas fontes documentais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Onde existe uma densa documentação produzida pelas autoridades portuguesas que registram o cotidiano das capitanias e vilas do período colonial na Amazônia. E a partir da análise da documentação que se infere que, a Vila de São José de Macapá esteve centrada em uma dupla experiência, a primeira em função da defesa territorial e a segunda voltada à experiência geopolítica, imbuída na intensificação da agricultura comercial e a constante dependência da mão de obra indígena (RAVENA, 2005).

As discussões sobre as experiências dos trabalhadores indígenas na região são reduzidas. Porém, identifica-se que foram importantes para o desenvolvimento das atividades exploratórias, mercantilistas e de povoamento, assim como no cotidiano e as resistências dos indígenas no Cabo Norte e infere-se que os núcleos populacionais (Vilas de São José de Macapá e Mazagão) comportaram os índios (ex-aldeados ou provenientes de descimentos), os negros escravos (vindos do tráfico interprovincial de regiões da África), além de colonos portugueses (BRITO, 1998).

Ao analisar o urbanismo colonial quando se refere a formação de Belém, Macapá e Mazagão, observa que esses núcleos e vilas coloniais na Amazônia Portuguesa significaram a demarcação e a personificação da administração do Marquês de Pombal ao adentrar do século XVIII (ARAÚJO, 1998) e é neste contexto que ocorre o ‘domar do espaço’ materializado no discurso e no pragmatismo português, cujo objetivo era a criação de uma nova Lisboa, moderna e planejada no meio da floresta.

Assim, o processo de colonização na Amazônia colonial despontou durante o século XVIII, principalmente durante a política reformista do Marquês de Pombal, justamente, neste período iniciam a criação dos primeiros núcleos populacionais que originaram as cidades amazônicas, como Belém, Macapá e Mazagão, que constituíram como experiências da personificação da administração pombalina na região amazônica, além disso, se observa a intensidade do projeto urbanizador voltado para a Amazônia Setentrional.

Desse modo, compreende-se que o sistema do Diretório dos Índios teve seus objetivos exploratórios e comerciais adaptados e improvisados em razão das especificidades geográficas e regionais da Amazônia Portuguesa, como foi vivenciado em grande parte da Província do Grão-Pará e na capitania do Cabo Norte por meio de suas respectivas vilas. Nessa área específica, a defesa e a ocupação da parte setentrional foram as principais razões para o estabelecimento das vilas e núcleos coloniais nessa faixa da Amazônia Portuguesa (ARAÚJO, 1998; RAVENA, 2005; CHAMBOULEYRON, 2014).

Os núcleos populacionais estiveram articulados ao projeto colonial de urbanização para a Amazônia Portuguesa. As experiências que integraram a criação e a operacionalização desses núcleos populacionais no Cabo Norte localizado na Costa Setentrional do Grão-Pará evidenciam e reforçam as intencionalidades das ações lusitanas, demonstrando a formação do espaço amapaense, por isso, o diálogo constante entre a História e a Geografia mediante as categorias de tempo e espaço se tornam fundamentais para a compreensão e análise das geografias do passado colonial.

A reforma instituída pelo Diretório Pombalino a partir de 1757 extinguiu as Missões, provocou transformações não apenas no cotidiano das populações, mas o próprio espaço amazônico. Também estava sendo modificado, recebendo novas configurações, um novo ordenamento espacial a partir da expansão dos núcleos, vilas e lugares seguindo um modelo colonial.

Compreende-se que a reforma pombalina na Amazônia Portuguesa se constituiu sob uma perspectiva não apenas do aportuguesamento dos indígenas por meio da introdução de uma nova estrutura social, uma vez que, um dos objetivos era equiparar índios e brancos por intermédio da regulação do trabalho e do incentivo aos casamentos interétnicos, mas também, provocou o aportuguesamento dos espaços por intermédio da formação de núcleos, vilas e lugares seguindo uma lógica europeia, mesmo com todas as dificuldades de implementação e manutenção registrada nos documentos coloniais. O espaço provoca um debate amplo na Geografia, por se tratar de uma categoria-chave, é utilizado usualmente no cotidiano e também por outras ciências, porém foi na ciência geográfica que esta categoria se consolidou, tornando-se a base estrutural do pensamento geográfico e do trabalho do geógrafo (CORRÊA, 2000).

O espaço é o produto da interação entre os sujeitos e suas respectivas ações por intermédio dos objetos naturais e artificiais, essa interessante concepção do estudioso, contribui para analisar a formação e a operacionalidade das vilas coloniais a partir do arranjo político, econômico e social estabelecido pelas autoridades portuguesas na Amazônia colonial (Santos, 2014). A espacialidade, também, se vincula a análise do espaço, porém, ela é funcional, um momento, que depende do espaço para acontecer segundo a organização dos objetos, neste sentido “A espacialização não é resultado do movimento apenas da sociedade, porque depende do espaço para se realizar” (SANTOS (2014, p. 35).

Desse modo, conforme analisam Corrêa (2000) e Santos (2008, 2014), espaço e espacialidade são categorias dinâmicas, que se relacionam a partir da combinação dos sujeitos com os objetos, enquanto o espaço é a base da reprodução do movimento, a espacialidade é o espaço acontecendo, por isso é funcional. A política do Diretório Pombalino acentuou ainda mais a presença portuguesa na Amazônia colonial da segunda metade do século XVIII, injetando e expandindo novas ações sobre a região, o que pode ser percebido na formação dos povoados e vilas que com o decorrer do tempo passaram a adquirir outras funções (ALMEIDA, 2010).

A implementação da política do Diretório dos Índios ensejou um novo arranjo na Amazônia colonial materializada em ações que visavam a transformação dos espaços, assim também como a regulação das populações indígenas e constituiu em um importante fator não apenas sob a perspectiva mercantilista e da agricultura comercial, mas igualmente refletiu em impactos no próprio cotidiano dos povos indígenas que passaram a ter a suas vidas reguladas com a inserção de uma legislação, introdução de diretores brancos nas povoações coloniais para monitorar o trabalho dos indígenas e o pagamento do dízimo sobre a colheita.

Estes eram alguns dos mecanismos para homogeneizar e equiparar brancos e povos indígenas, todavia, essas intenções nem sempre foram concretizadas, tendo em vista, a resistência dos ameríndios, pois de acordo com Almeida (2010), as relações entre indígenas e portugueses na Amazônia colonial foi constantemente marcada por disputas, acordos e negociações.

Neste sentido, a Amazônia Setentrional esteve imersa nesse projeto colonial, a própria construção das vilas é um exemplo dessa lógica pensada pelas autoridades portuguesas. No caso da experiência no Cabo Norte, a região se configurou como um ponto estratégico para o asseguramento e resguardo dos objetivos lusitanos, tendo em vista que a sua localização era vista com atenção devido à instabilidade fronteiriça, porém, o surgimento dos conflitos e as negociações com os povos indígenas é uma característica importante e crucial para compreender esse processo de povoamento da Amazônia setentrional e do próprio Amapá colonial, que reordenaram esses espaços trazendo novas configurações e arranjos espaciais, sociais e culturais.

Com a decretação do Diretório dos Índios (1757-1798) ocorreram mudanças na organização do espaço amazônico, assim como nas formas de trabalho. Os indígenas vivenciaram várias experiências e desafios na região quanto aos trabalhos exigidos pela coroa e pelos colonos: na agricultura, nas obras de fortificação e das vilas (Macapá, Mazagão e Vila Vistosa), na defesa militar da região, entre outros. O tempo e a disciplina do trabalho na agricultura e nas obras públicas, foram marcas do sistema do Diretório. A legislação era desrespeitada pelos diretores, a violência, como agressões físicas, o excesso de trabalho nas construções, o aparecimento de doenças (doença de “bexigas” ou Varíola) devido à regrada e péssima alimentação nesses locais, como na construção da Fortaleza de Macapá, contribuíram excessivamente para o desgaste, fugas e mortalidade de indígenas na região do Cabo Norte.

O processo de reorganização do espaço colonial amazônico, com a entrada de diretores nas povoações indígenas (substituindo os missionários), a criação da Companhia do Comércio do Grão-Pará (com vinte anos de funcionamento) e dos incentivos populacionais (casamentos interétnicos entre colonos brancos e índias). Essas condições levaram os indígenas, também, a terem experiências voltadas para momentos de resistências pela recusa ao trabalho diário, pelas fugas, pelas bebedeiras devido as péssimas condições de trabalho e de sobrevivência pelas dificuldades em administrar as vilas de Macapá e Mazagão, atender ao consumo e o abastecimento interno nas vilas. Todavia, na vigência dessa legislação indigenista houve momentos alternados entre a adesão momentânea e a liberdade movidas por intermédio de negociações como discutem Brito (1998), Ravena (1999), Gomes (2005), Monteiro (2009), Almeida (2010) e Souza Júnior (2010, 2013).

O Cabo Norte não esteve distante de ser uma experiência de ocupação e povoamento. Marin (1999) e Ravena (1999) admitem que no espaço colonial apesar das dificuldades encontradas pela instabilidade econômica e fronteiriça, como foi o caso do Cabo Norte, pôde-se combinar ações de caráter mercantilistas às especificidades geográficas, um dos principais objetivos do Império português para o sertão amazônico.

2 ESPACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ NA VIGÊNCIA DO DIRETÓRIO POMBALINO

A Vila de São José de Macapá constituiu um epicentro das relações socioterritoriais articuladas na Província do Grão-Pará, no século XVIII, expandindo sua importância geohistórica para a formação da rede urbana colonial. Os investimentos e as adaptações estruturais realizadas nesta vila sinalizaram o controle da metrópole portuguesa em assegurar e administrar suas possessões além-mar mesmo diante dos desafios geográficos e econômicos encontrados na Costa Setentrional que enfatizaram amplos desafios para a arregimentação da mão de obra indígena e africana além do abastecimento interno da vila situações que promoveram uma dinâmica socioespacial articulada pela mobilização de diferentes grupos sociais que dividiram diferentes ideias, modos e experiências de vida ao longo do século XVIII.

A montagem da povoação de Macapá localizada nas terras do Cabo Norte introjetou de vez os objetivos de ocupação e povoamento para a região que durante séculos esteve sob administração dos missionários mediante o Regimento das Missões, essa legislação predominou por longos períodos nas colônias da América Portuguesa, sua permanência nos aldeamentos indígenas movimentou uma ampla economia colonial e uma rede de autoridades e representantes da Coroa Portuguesa para a Província do Grão-Pará que contabilizou grandes investimentos e várias experiências atreladas ao serviço real tornaram possíveis interpretar a Vila de São José de Macapá como um campo nodal da junção de sistemas de ocupação e de administração colonial favorecida pela sua localização estratégica e singular composta intermitentemente pela movimentação de vários grupos sociais (MARIN, 2003; GOMES, 2003).

Os desdobramentos da história do espaço urbano colonial a partir da estruturação da Vila de São José de Macapá (1758), pontuam a mesclagem dos modelos de organização projetados e articulados para a povoação de Macapá. A estagnação da economia colonial por longos períodos na povoação de Macapá não difundiu apenas as dificuldades em promover a agricultura comercial, mas igualmente foi a mola propulsora para que as autoridades coloniais reconhecessem as debilidades e os desafios do desenvolvimento da economia agrária na Costa Setentrional, destarte, esse entendimento revela que a montagem de uma estrutura nessa região realçou os percalços e as possibilidades da distribuição espacial que

remeteu muitas vezes a adaptação e improvisação para a montagem de uma estrutura econômica (MARIN, 1999).

A documentação colonial produzida no século XVIII pelas autoridades portuguesas identificam os processos de estruturação da povoação de Macapá que dependia administrativamente do Estado do Grão-Pará para a organização interna da vila, essa dependência administrativa é uma característica elementar para entender como a administração colonial manteve-se por longos períodos influenciando as decisões internas relacionadas a produção, circulação de gêneros alimentícios e mesmo a montagem de estruturas para reforçar a segurança territorial (MARIN, 1999). A experiência na Vila de Macapá é caracterizada por um contraste de estruturas econômicas sobrepostas que atravessaram o tempo e as várias oscilações no abastecimento interno na vila, sob essa perspectiva, a Vila de Macapá não é um caso isolado da administração colonial portuguesa, mas uma experiência e referência acrescida pela inclinação e justaposição de relações econômicas e de poder materializadas em suas espacialidades.

2.1 VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ E AS EXPERIÊNCIAS SOCIOTERRITORIAIS

Por longos períodos a economia colonial na Vila de São José de Macapá girou em torno da coleta de drogas do sertão, após a abolição do Regimento das Missões o poder e a influência dos missionários enfraqueceram e os aldeamentos indígenas passaram a ser organizados diretamente pelas autoridades portuguesas inaugurando uma nova fase da administração metropolitana.

Esse período marca o fim da tutela missionária e repassou ao governo português a tutela permanente dos indígenas caracterizando a primeira etapa de mudanças na forma de organização das populações indígenas para o trabalho nas povoações. Diante disso, com a abolição do governo temporal dos eclesiásticos, a Coroa Portuguesa prolonga sua administração por meio de uma nova legislação a qual possuía traços do regimento anterior, embora, seus objetivos específicos tivessem como centralidade a organização de um espaço economicamente produtivo na Foz do Amazonas sem a presença dos eclesiásticos no andamento das atividades econômicas.

A introdução do Diretório dos Índios foi uma extensão do Regimento das Missões ambas as legislações condicionaram populações indígenas inteiras ao plano de montagem de uma economia agrícola desenvolvida no interior da Vila de São José de Macapá. Para ambos

os casos, as semelhanças estão relacionadas ao remodelamento das práticas culturais dos povos indígenas e a fusão de ideologias que concedeu um caráter coercitivo nas práticas que usualmente eram impostas aos indígenas. A Vila de São José de Macapá, da mesma forma como ocorreu em toda a extensão da Província do Grão-Pará, se sustentou por longos séculos por intermédio da mão de obra indígena, durante a permanência dos missionários, os indígenas tinham abertura para realizar suas roças individuais ou mesmo para momentos de descanso como estratégia para mantê-los nas povoações, porém com a permanência do Diretório Pombalino o aumento do trabalho e a vigilância exacerbada se proliferaram como marcas de controle social e igualmente se desdobraram em experiências de resistência dos indígenas na povoação colonial.

Os efeitos do sistema do Diretório Pombalino estiveram presentes em toda as estruturas montadas na Vila de São José de Macapá, considera-se relevante que nos documentos coloniais imprimam experiências concretas da magnitude da administração e fiscalização colonial sobre os espaços de reprodução lusitana. O afloramento dessas experiências é manifestado pela incorporação de técnicas agrícolas, todavia, a autossuficiência esperada nas primeiras décadas não esteve no conjunto das vantagens iniciais no norte do Estado do Grão-Pará. a Vila de São José de Macapá foi montada depauperada de recursos, inclusive a chegada dos primeiros colonos açorianos demonstra a debilidade financeira no transporte das famílias para o Cabo Norte, outro fator acometido se referiu ao estímulo aos colonos para que desenvolvem a agricultura nas novas terras (RAVENA, 2005).

Na Coleção ‘Amazônia na Era Pombalina’, as correspondências oficiais destacam a preocupação das autoridades portuguesas na estruturação da povoação de Macapá, essa concepção apontada na correspondência de 1751 demonstra que significativamente as ordenanças reais mencionavam a formação e a produtividade do núcleo colonial na porção ao norte do Grão-Pará, no fragmento da correspondência identifica-se a seguinte narrativa:

Por ser preciso e conveniente aos serviços de S. Maj. que na nova povoação e fortaleza do Macapá haja uma pessoa que não só contenha aqueles novos moradores em paz, mas que também os persuada ao trabalho e a cultura das terras, não deixando precipitar esta gente no abominável vício da preguiça, nem no outro igualmente perniciosos que é o desprezo do trabalho manual, o qual tem sido muita parte de se reduzirem esta terra à penúria e miséria em que se acha [...] (MENDONÇA, 2005, p. 32).

Como se observa na correspondência de 1751, anos antes da criação efetiva da Vila de São José de Macapá, em 1758, o governador do Estado do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado solicitava perante o Rei D. José I o envio de uma autoridade militar para organizar os primeiros colonos nas novas terras. Uma certa atenção merece ser concedida as primeiras décadas de instalação dos colonos açorianos, a travessia das famílias foi uma das primeiras ações que atribuíram aos colonos a função de fomentar a agricultura na povoação de Macapá, embora no fragmento não seja evidenciado, as atividades na porção setentrional, que estiveram por longos períodos exauridas de produção, esse controle da população recém chegada demonstrou que as economias dos cofres reais demandavam uma rápida ascensão, no entanto, as condições encontradas pelos novos moradores eram relativamente distantes do que realmente acreditava-se desenvolver na povoação recém-instalada.

O governador Mendonça Furtado solicitava o envio de uma autoridade militar para organizar as primeiras famílias açorianas em suas respectivas funções, na história da Amazônia colonial a base da economia era agrária e extrativista. Assim o trabalho nas lavouras consistia na principal base da estrutura econômica na Vila de São José de Macapá. Em outro fragmento da correspondência, o governador determinava que apenas para as atividades de caça e pesca os colonos deveriam solicitar a mão de obra dos indígenas:

Para evitar o abuso que está tão arraigado nestas terras de que só os índios são os que devem trabalhar, e que a todo o branco é injurioso pegar em instrumento para cultivar as terras, não consentirá V. mercê que estes povoadores se sirvam de índio algum para o trabalho da cultura; no de qualquer outro mais que, somente daqueles que lhes estão destinados para os pescadores e caçadores [...] (MENDONÇA, 2005, p. 33).

Marin (1999), reforça essa análise quando considera a experiência agrícola na povoação de Macapá como a junção da natureza primitiva e a incorporação de técnicas voltadas para engendrar uma economia agrícola mercantil. Dessa forma, reforça sua análise explicando que

Nesse ponto, a colonização do vale amazônico estabelece e desenvolve sua base econômica, enfrentando, entre outros problemas cruciais, o da rentabilidade dos empreendimentos. A expansão da economia extrativista e agrária está embrenhada no desenvolvimento das formas de trabalho e de complementariedade entre ambas (MARIN, 1999, p. 33).

A experiência da agricultura comercial na Costa Setentrional do Estado do Grão-Pará não deve ser considerada um fenômeno isolado das relações sociais estabelecidas, uma vez que as estruturas agrárias nessa região específica foram o pano de fundo de diversas ações dos sujeitos históricos. No Cabo Norte residiram conflitos e disputas em torno de mão de obra qualificada para o trabalho nas lavouras, a gestão e manutenção das atividades agrícolas foi um desafio para a Metrópole Portuguesa igualmente para a sobrevivência dos seus moradores (MARIN, 1999).

A base da economia colonial consistiu por longos períodos na atividade extrativista, a administração dos religiosos permitiu que os aldeamentos se transformassem em grandes e prósperos empreendimentos coloniais expandido seus efeitos em um vasto território que compreendia toda a faixa setentrional do Grão-Pará. As povoações coloniais do século XVIII consistiram em extensões da organização portuguesa orientada pela permanência dos resquícios da administração eclesiástica oriunda do Regimento das Missões com o rompimento da administração religiosa sobre os núcleos coloniais, os vastos territórios transformaram-se em verdadeiros cenários de experiências políticas e sociais que sobressaltaram as fronteiras físicas tornando-se em centros de reprodução do protagonismo de diversos sujeitos históricos.

A historiografia produzida sobre a colonização na Amazônia Portuguesa e no Estado do Grão-Pará destaca a diversidade de estudos sobre esse período decisivamente importante para a formação urbana na Amazônia brasileira, a construção dos processos históricos e espaciais são evidências predominantes na atual configuração das cidades. Cada vez mais pesquisadores têm se disposto a analisar como as espacialidades e funcionalidades urbanas se modificaram ao longo do tempo, claramente, busca-se perceber o alcance das intervenções estrangeiras em contato com as populações locais desencadearam experiências sociais em todas as esferas da sociedade colonial.

A investigação das formas urbanas tem instigado a produção de estudos sobre a análise da produção do espaço urbano colonial, a amplitude do tema é ainda mais aprofundada quando se compreende que o espaço é o produto das relações humanas operando no tempo. A Geografia interpreta essas modificações mediante as alterações no espaço geográfico, não obstante, a reconstituição dos espaços é um exercício de repensar as formas e estruturas pretéritas de um determinado contexto histórico. Para Santos (2006), o espaço não é um conceito exaurido de história, ao contrário o espaço é um composto de formas e sentidos, é essa percepção desenvolvida na geografia histórica ou a geografia do

tempo que motiva a analisar o espaço e suas espacialidades pretéritas e contemporâneas. No âmbito das Ciências Humanas, a História e a Geografia permitem ter uma visão panorâmica do espaço em movimento, portanto, História, Espaço e Geografia estão interrelacionados, essa concepção interdisciplinar agrega novas interpretações a respeito das materialidades do espaço (BARROS, 2007; 2017).

As experiências instauradas na fronteira do Grão-Pará foram decisivamente importantes para a formação das espacialidades no contexto do Diretório Pombalino, este sistema orientou e conduziu sucessivas ações voltadas a arregimentação das populações indígenas, esse sistema carregou uma das mais importantes transformações no espaço amazônico durante o século XVIII. Diante disso, se entende que os núcleos e vilas coloniais se tornaram espaços heterogêneos e complexos onde se vinculou a convivência entre a administração colonial e as populações indígenas por mais de quarenta anos. Esse período é marcado pela atuação constante das autoridades portuguesas, a documentação produzida sobre esse período demonstra a complexidade das relações sociais e econômicas estabelecidas nessa região específica, dinamizando a construção de versões sobre as experiências na Amazônia Setentrional Portuguesa.

2.2 INDÍGENAS, PORTUGUESES E AFRICANOS NA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

A formação da Vila de São José de Macapá é uma experiência contundente da pressão metropolitana para manter essa região sob o controle português e o desenvolvimento da agricultura comercial nos rincões da Amazônia Portuguesa, influenciado pela criação da Companhia do Comércio do Grão-Pará. Exorbitantemente esse avanço da administração portuguesa avançou no contexto do Diretório Pombalino dinamizando as relações socio territoriais na complexa Costa Setentrional do Grão-Pará.

Conforme explicam Marin e Gomes (2003), as experiências na Costa Setentrional do Grão-Pará evidenciam que além da implantação da povoação de Macapá as condições das fronteiras também repercutiu na formação e na manutenção das populações que residiam no núcleo colonial, assim a experiência fecunda na Capitania do Cabo Norte possibilitou observar esse espaço não exclusivamente pela ótica do trabalho, mas como um espaço em que vários atores (indígenas, portugueses, africanos, colonos) se movimentavam nessas

fronteiras e construíram perspectivas individuais e coletivas impulsionadas pelo desejo de liberdade e a conquista de outros interesses.

A ampla documentação do período colonial demonstra que o Estado do Grão-Pará era considerado pelas autoridades portuguesas como um espaço de reprodução de experiências sociais, as referências ao controle das populações indígenas e posteriormente dos africanos são percebidas nessas correspondências, ampliando a reflexão sobre as especificidades do período colonial. Os padrões de comportamento ordenados pela Coroa Portuguesa em relação aos indígenas e africanos são importantes para compreender como pessoas comuns tiveram suas vidas reguladas pelo sistema colonial, grande parte das ações movidas por esses sujeitos estão relacionadas a garantia da liberdade em oposição as imposições da administração metropolitana nos núcleos coloniais (MARIN, GOMES, 2003; ALMEIDA, 2010).

Analisando as correspondências coloniais produzidas na segunda metade do século XVIII constam informações pertinentes sobre o cotidiano das populações no Cabo Norte, as narrativas demarcam importantes fases da atuação portuguesa na Costa Setentrional para a manutenção do núcleo colonial. Com o término do Regimento das Missões, o Marquês de Pombal articulou para a Amazônia Colonial Portuguesa um projeto com vistas ao controle dos índios ex-aldeados (provenientes dos aldeamentos) para o trabalho nas novas povoações desta vez sob administração dos diretores (homens brancos), essa transição marcou uma considerável mudança na forma de organização do trabalho, evidentemente a retirada dos missionários impulsionou para que as relações sociais entre portugueses e indígenas se tornassem cada vez mais complexas resultando em espacialidades históricas por todo o século XVIII.

No ofício de D. Francisco de Souza Coutinho enviado em 8 de julho de 1782 o governador reforçava em seu discurso a proximidade dos franceses na Costa Setentrional do Grão-Pará e os possíveis riscos à segurança da povoação de Macapá. Conforme Marin e Gomes (2003), a partir do ano de 1700 as disputas entre portugueses e franceses na fronteira do Oiapoque apresentam um destaque em função da derrubada de fortificações que ajudavam o comércio entre indígenas e franceses.

A zona fronteira entre o Grão-Pará e a Guiana é considerada um ponto de partida para entender como o plano de defesa dessa região esteve entre as principais demandas que envolveram o controle do território exponenciando as ações dos portugueses para a fixação de barreiras para impedir a entrada e circulação dos franceses nesses limites. A

correspondência informava que haveria um possível contrabando de indígenas, dessa forma o reconhecimento de toda a região da costa e arredores deveria ser assegurada pois:

Alem deste indispensavel conhecimento me pareceo não menos indispensavel saber também se pela parte do Macapá haveria alguma comunicação com os Francezes, quando menos por motivo de Contrabando; desde logo sube, e muito mais depois do reconhecimento, que de toda a Costa, Rios e Lagos até ao Cabo do Norte mandei fazer pelo Ajudante daquela Praça Manoel Joaquim de Abreu, que nada havia que pudesse motivar desconfiança de comunicação.⁴

Os reforços militares na vigilância da fronteira partiram da necessidade de controlar o fluxo de indígenas nessa região, embora não seja identificado na correspondência, os portugueses relutavam a ideia de que os indígenas mantivessem contato com os franceses, por isso, a proteção da fronteira era uma preocupação visível no plano e nas estratégias de defesa da parte setentrional. Na concepção de Marin e Gomes (2003), os franceses poderiam ‘seduzir’ os indígenas para atravessarem para Caiena, assim consta na referida correspondência:

Tudo quanto porem daquele Diario de reconhecimento deprehendi se reduzia em summa à necessidade de observar, e prevenir os progressos, que pudessem intentar os Francezes para se avizinham, e para se senhorearem dos importantes Lagos d’Araguary, progressos que por agora estavam muito em principio, por terem somente a insignificante Povoação do Quanany que fica já dentro da Raya terminada pelo Rio d’Ouyapok (MARIN e GOMES, 2003, p. 73).

Esse controle intermitente dessa região e as constantes fugas atribuíram a faixa setentrional e a própria Vila de Macapá um aspecto importante e dinâmico na construção das experiências coloniais, enfatizando que os limites fronteiriços ou mesmo a vigilância das autoridades portuguesas não impediram que houvesse o contrabando de indígenas ou mesmo a resistência dos ameríndios diante da vigilância e coerção das autoridades portuguesas no contexto do Diretório Pombalino na Amazônia (MARIN; GOMES, 2003).

Nos documentos oficiais produzidos pela administração colonial se percebe a preocupação constante dos portugueses na segurança das fronteiras e desenvolvimento de

⁴ Fonte: Arquivo Histórico do Itamarati – Fundo: Documentação Rio Branco, código 340 – 1 Offício de D. Francisco de Souza Coutinho ao senhor Marinho de Mello e Castro, falando sobre os contatos nas fronteiras, doc. 62, 8 de julho de 1782, Documento copilado do Arquivo do Conselho Ultramarino, maço nº de ordem 479- A. pp. 89-90.

estratégias para assegurar a proteção da Costa Setentrional. Nesse contexto, a Vila de São José de Macapá se tornou uma das principais vias para que as experiências coloniais fossem articuladas e projetadas sobre este espaço. Tanto a organização da Vila, quanto a manutenção da segurança eram uma preocupação contínua da administração portuguesa, sobressaltando as experiências nos rincões da Amazônia Portuguesa. Como demonstram Marin e Gomes (2003), especificando que para além das fronteiras físicas a faixa que compreendia o Estado do Grão-Pará e a Guiana passou a ser um ponto vital fertilizado pelas experiências de fugas e contrabando de indígenas e africanos.

A dinâmica territorial vislumbrada na Vila de Macapá extrapolou os limites políticos e administrativos estabelecidos pela Coroa Portuguesa mediante o controle das fronteiras, demonstrando que as povoações coloniais não eram espaços apenas de reprodução do trabalho, mas espaços de convivência e troca de experiências, ponto intrínseco de relações coloniais conduzidas por complexos e variados interesses e conflitos. Na sequência, em outro trecho da correspondência o governador informava que os franceses representavam um grande desafio para se manterem afastados da região próxima a Macapá.

O contexto em que se baseou a fixação da administração portuguesa mediante a vigência da legislação do Diretório dos Índios, reafirmou os interesses mercantilistas almejados pelo Rei de Portugal D. José I mediante a atuação do Marquês de Pombal, a fusão entre os interesses do Império Português em estabelecer colônias economicamente produtivas e a influência iluminista incorporada em sua figura, repercutiu em desdobramentos políticos e sociais no interior e nos entornos das povoações coloniais sobrepujantes durante todo o século XVIII (RAVENA, 1999; SANTOS, SOUZA, 2022).

As marcas da administração portuguesa na Amazônia Setecentista são visíveis na atual configuração socioespacial das cidades amazônicas. A montagem dos primeiros núcleos urbanos vinculados ao projeto reformista do Marquês de Pombal instituiu estruturas e formas consideradas modernas para o século XVIII. Em contrapartida, os impactos da colonização portuguesa foram exorbitantes no cotidiano das populações que residiam nesses espaços altamente heterogêneos.

As povoações e vilas coloniais eram um misto da reprodução colonial portuguesa com elementos da vida nativa e ribeirinha. Nas documentações coloniais, situam-se características dos modos de vida nativo e ribeirinho onde a dependência do transporte fluvial, principalmente por meio das canoas significava acesso as novas povoações, transporte de trabalhadores e alimentos, circulação de mercadorias assim, os rios amazônicos

eram expressivas vias de acesso e comunicação (MARIN, GOMES, 2003; RAVENA, 2005; SANTOS, SOUZA, 2022).

Importantes interpretações sobre o cotidiano das povoações coloniais e preferencialmente da Vila de São José de Macapá, cuja fundação ocorreu em 1758, tratam das vastas e complexas experiências no mundo do trabalho colonial e as relações sociais articuladas nos rincões da Amazônia Setecentista (BRITO, 1999; MARIN, 1999; COELHO, 2005).

Denota-se que as sucessivas experiências não foram exclusivamente protagonizadas pelos portugueses, embora, nas correspondências oficiais as autoridades tenham omitido várias informações que incidem o protagonismo indígena e negro nas fronteiras do Grão-Pará, entende-se que essa prática não era um mecanismo isolado, mas seguiam concepções ideológicas, políticas e administrativas que tinham efeitos altamente excludentes omitindo ou generalizando a diversidade populacional existente (MARIN, 2003; SOUZA JÚNIOR, 2009; MONTEIRO, 2009; ALMEIDA, 2010; FREITAS, 2018).

Dessa maneira, não era conveniente as autoridades portuguesas evidenciar os indígenas e africanos escravizados nas documentações coloniais, identifica-se que mediante essa prática o real objetivo era neutralizar as ações desses sujeitos históricos restringindo os meios de acesso a liberdade e intensificando os mecanismos de subordinação da administração colonial. Para os historiadores, os documentos constituem o *métier* do historiador, as fontes por onde sobressaltam experiências das esferas da vida política, econômica, social, cultural produzidas pelas sociedades em contextos temporais e espaciais diversificados, assim o documento é considerado um conjunto profícuo da vida humana, registro contínuo da história (KARNAL; TATSCH, 2021).

Na história da América Portuguesa, o período do Diretório dos Índios é considerado uma das fases mais importantes na gestão portuguesa sobre suas colônias ultramarinas. Com a assinatura e consumação do Tratado de Madrid (1750), que determinava a posse do território pelo princípio de *uti possidets* (a nação que ocupasse primeiro teria direito sobre o território) a vigilância e os investimentos da Metrópole passaram a ser frequentes no cotidiano das povoações e núcleos populacionais, evidentemente, essa prática integrava ao conjunto de ações de proteção e segurança do território intensificadas com as disputas fronteiriças fomentadas nessa região.

A Coroa Portuguesa ao longo dos séculos XVII e XVIII investiu grandes esforços para resguardar suas colônias, uma das principais formas de evitar as invasões estrangeiras

era resguardar as fronteiras, por isso, uma das preocupações das autoridades lusitanas era manter as fronteiras sob vigilância constante diminuindo quaisquer possibilidades de abertura e acesso aos territórios por outras nacionalidades (ALMEIDA, 2010, p. 107).

Cotidianamente essa realidade nem sempre condizia com o que ocorria nas povoações coloniais. O Diretório Pombalino foi um sistema apressador das populações indígenas, porém as ordenanças vinculadas a legislação nem sempre condiziam com o cenário gerido pela administração portuguesa devido as constantes fugas e conflitos entre indígenas e os diretores. As experiências nos núcleos coloniais urbanos evidenciam uma sociedade heterogênea principalmente com a introdução do Diretório Pombalino.

A sociedade colonial portuguesa era demasiadamente formada por grupos étnicos diferenciados e diversificados culturalmente, esse contraste social era uma das principais características que contribuíram insistentemente para a organização de redes de fugas e disputas entre indígenas e portugueses no período do Diretório (COELHO, 2005; ALMEIDA, 2010).

O cenário promovido pela ascensão do Diretório Pombalino está materializado na documentação produzida pelas autoridades lusitanas. Nas últimas décadas do século XX, intensificaram-se estudos que analisam as rugosidades deixadas por esse sistema na Amazônia Portuguesa, as relações estabelecidas nos rincões da Amazônia colonial descrevem as múltiplas experiências protagonizadas por diferentes sujeitos históricos: indígenas, negros, africanos (tráfico interprovincial), colonos, soldados desertores e portugueses.

Dessa forma, considera-se que para além das imposições da Coroa Portuguesa tendo como instrumento legislador o Diretório, é relevante entender que no vasto campo das relações sociais os grupos étnicos construíram e protagonizaram ações de resistência e negociações na Amazônia Portuguesa incidindo na construção de novos espaços de construção identitária (MARIN, GOMES, 2003; ALMEIDA, 2010; SANTOS, 2014).

A Metrópole Portuguesa vislumbrava no Estado do Grão-Pará a alternativa de contornar os prejuízos erários com o terremoto que devastou Lisboa em Portugal o investimento para além-mar significava estender a administração portuguesa por toda a Amazônia Oriental, aos espaços e lugares mais remotos de toda a porção territorial cobiçada pelos portugueses. O Estado do Grão-Pará compreendia uma sociedade multifacetada com um largo histórico de conflitos e negociações estrangeiras intermediadas por autoridades

coloniais que conduziram processos de disputas territoriais embasadas em questões e limites fronteiriços até então mal resolvidos (MARIN, GOMES, 2003).

Essa interessante característica aprofunda-se com a vigência do Diretório Pombalino onde ocorre a regulação da mão de obra indígena, a permanência de diretores e colonos nas povoações e posteriormente a inserção compulsória do trabalho africano foram algumas das principais razões que deixaram as relações fronteiriças ainda mais densas e complexas. Diante disso, os autores desenvolvem a seguinte percepção sobre o Estado do Grão-Pará, afirmam que

Segmentos dessas fronteiras constituíram uma rica invenção de sociedades multifacetadas, de horizontes históricos e culturais que se sobrepujaram e se alteraram por interferências externas e pela interação de grupos que ali conviviam. Essas fronteiras foram construídas e imaginadas conforme os interesses dos administradores de cada colônia em debater os limites territoriais e as formas de controle dos trabalhadores [...] (MARIN, GOMES, p.70, 2003).

Neste contexto, as experiências nas fronteiras do Estado do Grão-Pará reforçaram a complexidade das relações sociais tecidas nessa faixa da Amazônia Portuguesa. Indígenas, negros e autoridades portuguesas conduziram e firmaram relações sociais quando se moviam entre as fronteiras e os espaços coloniais seguindo distintos propósitos, substancialmente, essa condição fronteiriça é uma via distinta para compreender as espacialidades históricas produzidas nesse campo circundante que foi o Estado do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII.

À vista disso, as povoações coloniais e por conseguinte as vilas coloniais foram espaços de experimentação da administração portuguesa articulada aos modos de vida amazônico, no caso do Estado do Grão-Pará essa definição atingiu níveis ainda maiores em detrimento das relações sociais estabelecidas nas fronteiras, o passado colonial na Amazônia Oriental é uma experiência fundamental para compreender como os sujeitos históricos estabeleceram redes de contato, recriando espaços e identidades em escalas locais e regionais (RAVENA, 1999; MARIN, GOMES, 2003).

Essa diversidade de elementos que caracterizaram a sociedade colonial no Estado do Grão-Pará durante o século XVIII movimentou as fronteiras amazônicas, deliberando novos rumos da atuação portuguesa e conseqüentemente da espacialização das relações sociais dos sujeitos históricos no espaço colonial amazônico. Nesse sentido, as vilas coloniais eram verdadeiros redutos de relações sociais, pois representavam a combinação de

diferentes elementos endógenos e exógenos cujas funcionalidades podiam ser observadas no cotidiano das povoações.

As povoações coloniais eram expressivas construções do modelo reformista projetado em anos consecutivos da vigência do Diretório Pombalino, gradualmente a elevação dos povoados em vilas coloniais desencadeou inúmeras transformações nos modos de vida, introjetando novas relações sociais com o espaço que paulatinamente anexava formas e traços portugueses (MALCHER, 1998). Assim, compreende-se que a correlação entre o espaço e os sujeitos foi um fator predominante no século XVIII, a implantação de um modelo de organização inspirado nas ideias iluministas e reformistas vinculou não somente a maneira como as formas de organização passaram a ser articuladas, mas a própria relação com o espaço ocupado foi alterada.

Neste sentido, o espaço é a reprodução gradual entre sociedade e o respectivo espaço, portanto, a fluidez das relações sociais é percebida pela interação contínua entre a sociedade e o espaço ocupado; isso significa que para o espaço existir é necessário a coexistência de relações sociais em um conjunto de formas espaciais, essa relação materializada é a reprodução da vida em movimento (SANTOS, 2014). A Vila de São José de Macapá foi criada com objetivos específicos de atender os objetivos e demandas da Metrópole Portuguesa na Amazônia Oriental, especificamente nas Terras do Cabo Norte essa experiência fomentou articulação das autoridades portuguesas em conduzir ações de implantação do núcleo colonial.

A retirada dos missionários da administração dos aldeamentos indígenas pela Coroa Portuguesa delegou aos diretores a organização interna das vilas coloniais, estes segmentos da expansão portuguesa foram espaços de reprodução do cotidiano de várias populações, esses núcleos subsistiram ao longo da administração portuguesa, todavia, com a introdução do Diretório Pombalino, essas extensas áreas onde eram reproduzidos diferentes modos de vida foram sendo cada vez mais delimitadas e restringidas a administração portuguesa, tornando-se centros da reprodução do projeto da reforma pombalina nas possessões ultramarinas.

Nos primeiros anos que sucederam a instalação da povoação de Macapá, as autoridades portuguesas enfrentaram obstáculos geográficos para a implantar uma economia agrícola rentável aos cofres reais, assim, as primeiras décadas foram experiências de adaptação, improvisação e carência de alimentos nesta parte da Amazônia Setentrional. A região do Delta do Amazonas era um ambiente de terras inundáveis com pouca viabilidade

para a agricultura principalmente a plantação de arroz devido as chuvas frequentes, essa área sofria com as inundações o que era considerado um obstáculo para a implantação da agricultura comercial e a sobrevivência dos moradores recém-chegados a nova povoação de Macapá na segunda metade dos setecentos (MARIN, 1999; RAVENA, 1999).

O primeiro grupo de colonos enviados para a povoação de Macapá se estabeleceram de maneira improvisada, o transporte das famílias açorianas ocorreu sem grandes investimentos da metrópole portuguesa. Segundo Ravena (1999), o povoamento no Cabo Norte transpareceu visíveis ações de improvisação, as primeiras décadas são marcadas por grande instabilidade principalmente no que tange ao abastecimento interno. Terras agricultáveis e prósperas era um dos principais objetivos comerciais da Coroa Portuguesa, todavia, os alagamentos e mesmo a falta de trabalhadores indígenas para o trabalho e cultivo das terras era uma dificuldade que afetava não somente os cofres reais, mas afetava diretamente a sobrevivências das famílias açorianas.

Desse modo, para Santos e Sousa (2022), a Coroa Portuguesa estabeleceu na Amazônia Setentrional uma logística movida pela junção de técnicas produtivas e governamentais, essa característica elementar ocasionou mudanças na concepção do espaço e o rumo das relações sociais tecendo novas dinâmicas socio territoriais no Vale Amazônico e consideravelmente nas Terras do Cabo Norte. Conforme analisam os autores, essa perspectiva introjetada na Costa Setentrional resultou em experiências que aprofundaram o debate das relações geográficas e socioespaciais no período colonial amazônico:

No estado do Grão-Pará e Maranhão, o governo geral se estabeleceu como principal agente fomentador deste processo. As antigas missões foram transformadas em vilas e atividades econômicas foram estimuladas- por exemplo, como foi o caso do cultivo de arroz nas várzeas do canal norte do rio Amazonas. A produção, circulação e comercialização foram práticas realizadas pela Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão criada em 1755 na cidade de Belém. Tal companhia estimulou transferências de escravos para a Amazônia e monopolizou todas as etapas produtivas (SANTOS; SOUZA, 2022, p. 2).

À medida que as povoações coloniais eram expandidas pela Amazônia Portuguesa os contornos territoriais também eram alargados e movidas pelas dinâmicas dos sujeitos históricos sobre o espaço geográfico. A introdução da agricultura comercial principalmente o cultivo de arroz conduziu grande parte dos rendimentos da Coroa Portuguesa no Cabo Norte.

De acordo com Santos e Souza (2022), a Companhia do Comércio introduzida em 1755 é uma das experiências que conduziram a remontagem de um modelo econômico comercial para toda a Amazônia Portuguesa. Por conseguinte, a Vila de Macapá vivenciou a experiência de aperfeiçoamento da agricultura comercial no Delta do Amazonas reproduzindo uma sequência de atividades econômicas por intermédio da reprodução de especialidades principalmente na vigência do Diretório Pombalino cuja legislação era bastante específica quanto o trabalho nas lavouras (SANTOS, SOUZA, 2022; RAVENA, 2005).

No artigo 17º da legislação do Diretório dos Índios, os diretores teriam funções específicas quanto a organização e fiscalização do trabalho nas lavouras, de acordo com o corpo administrativo, aos indígenas seria obrigatório o cultivo das terras, tendo em vista que a base econômica da sociedade colonial era a agricultura. Na primeira etapa a atividade agrícola deveria abastecer os aldeamentos indígenas, uma prática bastante rentável para os missionários durante o Regimento das Missões, no entanto, com a introdução do Diretório Pombalino a produção agrícola deveria atender as demandas internas e a Companhia do Comércio do Grão-Pará simultaneamente, por isso:

Em primeiro lugar cuidarão muito os diretores em que lhes persuadir o quanto lhes será útil o honrado exercício de cultivarem as suas terras, porque por este interessante trabalho não só terão os meios competentes para sustentarem com abundância as suas casas, e famílias; mas vendendo os gêneros, que adquirem pelo meio da cultura, se aumentarão neles os cabedais à proporção da lavoura, e plantações, que fizeram. E para que estas persuasões cheguem a produzir o efeito, que se deseja, lhes farão compreender os Diretores, que a sua negligência, e o seu descuido, tem sido a causa do abatimento, e pobreza, a que se acham reduzidos; não omitindo finalmente diligência alguma de introduzir neles aquela honesta e louvável ambição que desterrando das Repúblicas o pernicioso vício da ociosidade, as constitui populosas, respeitadas e opulentas (DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS, 1755).

O trabalho indígena durante o período colonial amazônico foi uma das principais molas propulsoras da economia na Amazônia. Essa dependência de mão de obra indígena repercutiu em diferentes contextos da formação dos núcleos urbanos. Na documentação produzida sobre as primeiras décadas do século XVIII e XIX destacam a dependência da mão de obra indígena na agricultura e depois no trabalho nas fortificações coloniais.

A utilização e dependência da mão de obra nativa provocou momentos de instabilidade pela carência de trabalhadores, o apressamento das populações indígenas, proibição dos costumes nativos, a violência exercida e o controle dos diretores são algumas

das principais razões para que indígenas recusassem aos serviços da Coroa Portuguesa. Nas Terras do Cabo Norte essa experiência assim como em grande parte da Amazônia Portuguesa é considerada uma das principais razões para que houvesse disputas, negociações e conflitos entre autoridades portuguesas e povos indígenas.

Para Santos e Souza (2022), o Cabo Norte se consolidou como o espaço geográfico cujas experiências revelaram um espaço simultâneo onde a intervenção portuguesa operou em níveis semelhantes tanto no controle das populações indígenas para o trabalho na agricultura comercial quanto para a manutenção dos gêneros para o abastecimento interno da Vila de São José de Macapá. Nesse contexto, compreende que as formas de organização econômica na Amazônia Setentrional estiveram pautadas em duas vias de acesso e manutenção influenciadas pela cultura e a introdução de técnicas do trabalho manual voltadas a atividade na agricultura, assim a articulação dessas duas modalidades provocou o andamento das atividades comerciais apesar de apresentar fragilidades existentes na própria questão do abastecimento interno da vila (RAVENA, 2005).

Essa vinculação entre a Vila de São José de Macapá em torná-la um espaço produtivo mediante a arregimentação de mão de obra indígena demonstrou-se ser uma combinação entre a conjuntura política e administrativa acionada pela metrópole portuguesa na segunda metade do século XVIII. O envio de famílias de colonos para a povoação de Macapá em 1751 possibilitou a construção de novas espacialidades distribuídas ao longo de toda a extensão setentrional da Amazônia, valendo-se de mecanismos reguladores de mão de obra como foi o sistema do Diretório Pombalino, a Coroa Portuguesa mediante a administração do governador Mendonça Furtado disseminou práticas coercitivas contra as populações indígenas concentrando plenos poderes administrativos nas mãos dos diretores (SANTOS, SOUZA, 2022).

Descrevendo as experiências de colonização na Amazônia Portuguesa, Becker (2005), analisa que os processos não se esgotaram apenas na transformação natural do espaço geográfico colonial, progressivamente os impactos sobre os territórios são marcas visíveis da pressão portuguesa em estabelecer nos espaços coloniais uma estrutura condizente com os objetivos de ocupação e povoamento. Certamente, ao longo do século XVIII essas transformações espaciais são evidenciadas gradativamente pela implantação de fixos e redes de abastecimento e comunicação as quais aos poucos são alteradas em diferentes momentos da experiência colonial (SANTOS, SOUZA, 2022; BECKER, 2005).

A Amazônia brasileira é uma experiência latente da geopolítica exercida pelos agentes colonizadores, os projetos de integração e povoamento destinados a região amazônica são exemplos da pressão estrangeira em estabelecer e fixar estruturas administrativas que modificaram as formas sociais pré-existentes. É necessário compreender que a experiência colonial portuguesa na Amazônia disseminou um arcabouço de ideias e práticas que visavam transformar essa vasta região em um campo da reprodução do trabalho, no entanto, esse processo é caracterizado pela adesão de experiências políticas, sociais e agrárias. A produção historiográfica produzida sobre os séculos da colonização indica que a Amazônia brasileira se destaca pela sua experiência histórica e geográfica articulada pela mobilidade de diferentes grupos étnicos (BECKER, 2022).

Uma larga produção historiográfica sobre as experiências coloniais no século XVIII, demonstram que as vilas e povoações coloniais eram verdadeiros organismos vivos tecidos pelas ações de diferentes grupos étnicos. No período colonial residiram espacialidades complexas construídas pelas sociedades amazônicas, a Amazônia Setentrional tornou-se um campo onde profícuas relações sociais foram tecidas e reconstruídas, por isso, a região do Cabo Norte deve ser interpretada pela dinamicidade política e social mediante a espacialização dos seus conteúdos e objetos. Conforme discute Santos (2003), o exercício de analisar o passado das cidades está intermitentemente associada as experiências dos sujeitos sobre o espaço, é no entreposto entre espaço e tempo que reside a base da geografia histórica.

Por conseguinte, na correspondência datada de 1º de março de 1764 o governador Mendonça Furtado escrevia e destinava a Francisco Portilho e Mello a organização do aldeamento chamado Aldeia de Santana de Macapá que se referia a organização dos indígenas, assim estava presente a seguinte narrativa:

Terá V. Mercê o maior cuidado pela sua parte em que todos os índios sejam bem instruídos na doutrina cristã e em tudo os mais pertencentes aos bons costumes; porém, terá toda a vigilância em que o pároco não exceda os limites da jurisdição meramente espiritual, pois esta só lhe é permitida, e por nenhuma forma atemporal, dando-me logo parte se algum excesso que o mesmo pároco queira ter nesta matéria⁵.

⁵ Instrução que levou Francisco Portilho e Melo para administrar os índios da Aldeia de Santana de Macapá. In. Mendonça, Marcos de Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina. Correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. 2. ed. Brasília, 2005. Tomo II, p. 63-64.

Analisando a correspondência escrita por Mendonça Furtado, percebe-se o controle e a vigilância na povoação de Macapá. Para o governador os indígenas da povoação deveriam ser instruídos na doutrina cristã mediante o ensinamento de práticas condizentes a fé a religião cristã. Essa fase transitória entre o Regimento das Missões e o Diretório dos Índios marca um importante processo de apressamento das populações indígenas a serviço da Coroa Portuguesa, as evidências encontradas nas correspondências oficiais identificam as relações conflituosas entre o governo do Estado do Grão-Pará e os eclesiásticos apontando descontentamentos nos modos de organização e manutenção das povoações.

As estratégias de condicionamento das populações indígenas no Cabo Norte caracterizaram grande parte das experiências coloniais, concomitantemente essas experiências foram materializadas em diferentes espacialidades por toda a Amazônia Setentrional. O discurso apresentado pelas autoridades portuguesas designava os povos indígenas como parte integrante do sistema, porém as instruções delegadas as autoridades portuguesas revelam uma realidade desproporcional no tratamento dos modos de vida indígena além disso demonstra a concorrência entre as autoridades portuguesas e os religiosos pela mão de obra indígena.

O Diretório dos Índios deve ser compreendido como uma extensão da política metropolitana, tendo em vista, que seu caráter se desdobrou em um processo histórico. Como observa Coelho (2005), esse sistema é estudado como uma das políticas mais complexas e extensas da metrópole portuguesa sobre os territórios da Amazônia Portuguesa. Assim, este autor escreveu:

Além de ter sido uma expressão daquela política, o Diretório dos Índios foi uma das expressões da política metropolitana em relação aos índios, e como tal escondeu, representou, legitimou ou falsificou uma série de interesses. Isto, no entanto, é parte da história – que só pode ser contada como parte. Além de ter sido uma expressão daquela política, o Diretório dos Índios se desdobrou em um processo histórico. Ele organizou a vida de milhares de pessoas, durante quarenta anos. Homens e mulheres nasceram e morreram no período em que ele ordenava a vida social nas diversas localidades do Vale. Suas formulações relativas às formas de organização do trabalho, de associação, de exploração dos recursos naturais informaram mais que uma geração de índio, mestiços, negros e brancos. De modo que mais do que um projeto para a colônia, ele constituiu-se em processo colonial e como tal deve ser entendido (COELHO, 2005, p. 50).

O Diretório Pombalino é considerado um processo histórico em termos de sua abrangência espacial e social, dessa maneira, a legislação concentrou grande parte de seus dispositivos a coerção ideológica das sociedades indígenas, para além da defesa do território os indígenas eram vistos pelas autoridades portuguesas aliados importantes no processo de expansão das colônias e como trabalhadores no projeto de colonização na Amazônia Portuguesa (COELHO, 2005).

A coerção física e ideológica fomentada pelo sistema do Diretório repercutiu diretamente na organização dos povos indígenas concentrando grande parte de suas ações a arregimentação dos ameríndios para o trabalho nas povoações. A experiência no Cabo Norte demonstra que esse espaço foi a base da reprodução política e administrativa lusitana, a própria construção da Vila de São José de Macapá evidencia a articulação das autoridades portuguesas em fixar estruturas compatíveis com o projeto de expansão do domínio português na região. A amplitude da política pombalina pode ser vislumbrada em toda a sua organização territorial se tornado palco de expressivas experiências da atuação metropolitana ao longo do século da segunda metade do século XVIII.

De acordo com Santos e Souza (2022), a Vila de São José de Macapá construiu uma centralidade durante o seu efetivo funcionamento na Amazônia Setentrional. A partir da chegada das primeiras famílias açorianas, o Cabo Norte adquiriu importância na rede e circulação de gêneros alimentícios e mercadorias, tendo em vista, sua localização geograficamente estratégica para a porção setentrional. Desse modo, a organização espacial também foi uma questão de extrema importância na construção das espacialidades no Cabo Norte devido as demandas fronteiriças presentes e que passaram a ser afloradas na segunda metade do século XVIII.

As vilas e povoações coloniais eram espaços de reprodução de relações sociais protagonizadas principalmente por indígenas e autoridades portuguesas. A fixação de espaços coloniais na Amazônia Colonial Portuguesa se configurou como uma das principais características da política metropolitana. Nas correspondências oficiais identifica-se que as autoridades coloniais constantemente comunicavam a Metrópole a quantidade de indígenas que estavam ociosos pelas povoações, para a Coroa Portuguesa os povos indígenas representavam a principal mão de obra.

Comumente nos documentos coloniais, o governador Mendonça Furtado reclamava e denunciava o acoitamento dos indígenas nas casas dos moradores, essa prática era comum nas povoações. No documento de 1764, Mendonça Furtado argumenta que os indígenas

estavam ociosos e precisavam ser direcionados para o trabalho na agricultura. Durante o Regimento das Missões as desavenças entre portugueses e as autoridades portuguesas eram predominantes, a versão presente nos documentos demonstram que as relações sociais não eram pacíficas em se tratando dos aspectos sociais no Estado do Grão-Pará.

As vilas eram espaços onde se desenrolavam várias experiências coloniais com a inserção do Diretório Pombalino as povoações coloniais tornaram-se centro de reprodução das atividades econômicas, grande parte dessas informações está presente em variadas documentações sobre esse período. A política pombalina na Amazônia ampliou as experiências entre portugueses e indígenas, para a autora essa manifestação da política metropolitana intensificou as relações nessa região, pois com a expansão do aparelho colonizador. Essas experiências consolidaram-se para além-mar, as evidências encontradas nas correspondências coloniais identificam o corpo das relações econômicas e sociais presentes na sociedade colonial do século XVIII (ALMEIDA, 2010).

Nesse sentido, a seguinte observação apontada por Almeida (2010), destaca que as povoações coloniais se tornaram lugares portugueses, essa característica se refere a expansão da administração portuguesa no vasto território amazônico. A Coroa Portuguesa não hesitou em expandir suas fronteiras tendo em vista o seu projeto de colonização e implantação de uma economia agrícola mercantil como ocorreu no Estado do Grão-Pará. A partir da segunda metade do século XVIII, em que a administração colonial passou a delegar aos diretores nas povoações as funções de realizar a administração interna, fiscalização dos trabalhadores indígenas as transformações sociais foram inevitáveis devido as imposições da coroa portuguesa sobre os modos de vidas das populações. Desse modo, Almeida (2010), analisa que:

A política dos aldeamentos foi essencial para o projeto de colonização. Afinal, os índios aliados eram indispensáveis ao projeto, pois além de compor as tropas militares, eles deviam ocupar os espaços conquistados e contribuir, como mão de obra, para a construção das sociedades coloniais. As novas aldeias que se criavam próximas aos núcleos portugueses foram, do século XVI ao XIX, o espaço privilegiado para a inserção desses índios na ordem imperial. Desempenharam importantes funções e foram, grosso modo, estabelecidos e administradas por missionários principalmente, jesuítas (ALMEIDA, 2010, p.71).

Para esta autora, a colonização portuguesa na América desempenhou a delimitação do território a partir do controle das populações indígenas. A partir desse ponto de vista da

historiadora analisa que a formação dos núcleos coloniais esteve alicerçada na fixação da administração colonial em espaços de controle das autoridades locais. O crescimento das povoações esteve diretamente relacionado a formação das cidades no contexto urbano colonial, a Vila de São José de Macapá foi criada com o propósito de atender as demandas da administração na Amazônia Setentrional.

Em virtude disso, as experiências coloniais assumem um importante característica na formação do núcleo colonial no Cabo Norte, autores como Marin (1999), Ravena (1999), Brito (1999) e Santos e Souza (2022), analisam que na faixa setentrional do Grão-Pará resultou de uma somatória de ações provenientes da atuação portuguesa. A administração colonial desenvolveu uma política de colonização voltada a expansão das políticas de povoamento e da agricultura comercial, para tanto, o Cabo Norte ainda no início do século XVIII iniciava um novo processo pautado na articulação entre a Coroa Portuguesa e a administração local, a partir da realidade encontrada na povoação de Macapá entende-se que esse processo repercutiu em momentos de instabilidade e improvisação tecendo o corpo das relações sociais durante a segunda metade dos setecentos.

2.3 FUGAS E RELAÇÕES SOCIAIS NAS FRONTEIRAS: rotas e tráficos na Vila de São José de Macapá

As formas de organização no Estado do Grão-Pará e na Vila de São José de Macapá mostraram-se complexas diante da expansão do domínio português nesta região. As mudanças com a introdução do Diretório dos Índios modificaram as relações nessa faixa do território amazônico incorporando novas espacialidades ao longo de toda a faixa setentrional. Os estudos produzidos sobre o Cabo Norte evidenciam a dinamicidade dos espaços coloniais, a exemplo dessa expansão, a Vila de São José de Macapá na segunda metade do século XVIII é referenciada como uma das principais vilas que repercutiram na formação territorial na Amazônia Portuguesa (MARIN, 1999; RAVENA, 1999; BRITO, 1999; COELHO, 2005; FREITAS, 2018).

As relações sociais estabelecidas nas fronteiras do Grão-Pará não foram as mesmas a partir do Diretório dos Índios (1757), essas mudanças no corpo administrativo da Coroa Portuguesa incentivaram a retomada do projeto de povoamento de maneira extensiva alterando completamente a vida das populações locais e sobre os espaços coloniais. Esse esforço teórico em analisar as relações sociais entre portugueses, indígenas, africanos e

colonos açorianos evidenciam os impactos dos projetos de colonização introjetados no período colonial e suas conjecturas. As correspondências coloniais identificam o controle das autoridades portuguesas em manter as fronteiras protegidas evitando as fugas e tráfico de indígenas e posteriormente de africanos. A localização estratégica do Cabo Norte sempre representou insegurança para a administração metropolitana, essa preocupação no resguardo das fronteiras motivou para que as autoridades portuguesas emitissem junto à Coroa documentos informando os riscos e as debilidades econômicas encontrados na povoação de Macapá.

Na correspondência de Manoel Gama de Almeida Lobo, o governador emitiu a seguinte mensagem sobre a captura de escravos fugitivos que haviam sido acoitados por outro escravo na Vila de Macapá, assim escreveu o governador sobre a captura desses escravos:

Aqui vierão dar huns oito negros, e huma preta fugidos de uma feitoria de Caiana. Os ditos pretos setinhão associado om hum desta vila, o qual tão bem apanhei. A preta não aenvio agora por que seacha parida do mesmo dia em que foi preza. Etnto ella como a pretinha quelhe nasceu ficão no hospital. Os outo negros os remeto nesta occazião, a ordem de [Vossa Excelência] E pertencem nesta praça os ferros em que eles vão⁶.

As fugas de escravos africanos para o Delta do Amazonas eram uma queixa constante das autoridades portuguesas e essas narrativas demonstram que essas experiências eram incorporadas ao cotidiano na Vila de Macapá ao mesmo tempo que se formavam as bases do núcleo urbano colonial de Macapá. A inserção da mão de obra africana aos poucos foi sendo uma prática introduzida na sociedade colonial portuguesa para suprir a mão de obra na região.

Em outra correspondência enviada por Manoel Joaquim de Abreu descrevia o aparecimento de um mocambo de negros fugidos próximo à Macapá, assim consta no documento a seguinte instrução sobre a localização do mocambo e os negros que estavam refugiados nele, assim escreveu:

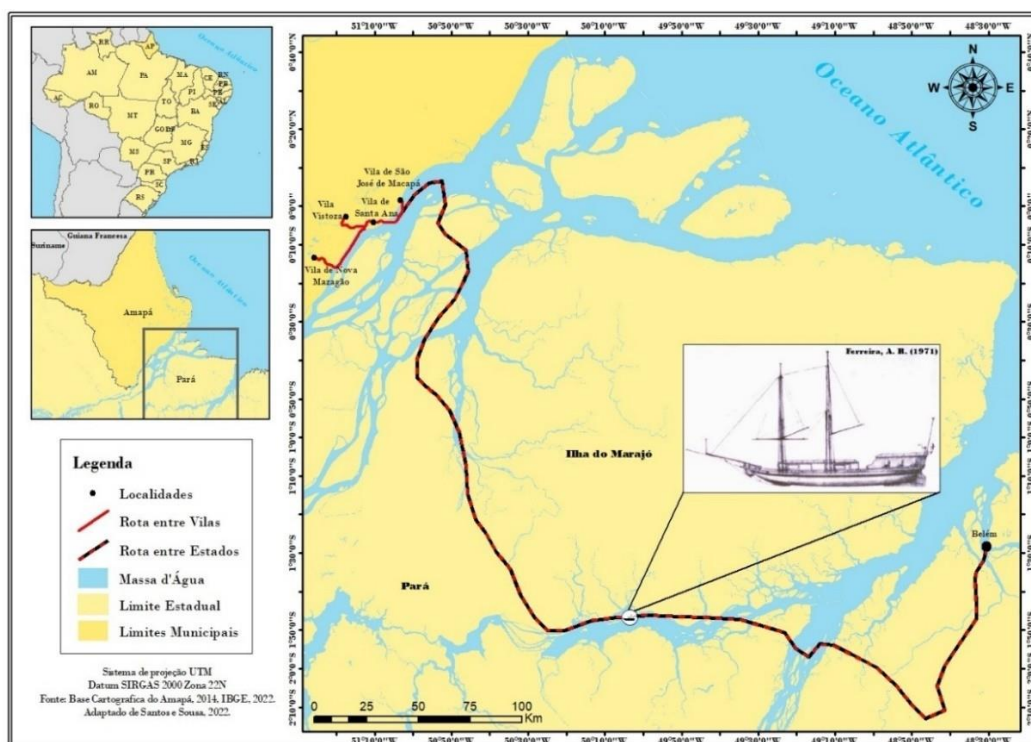
No dia 24 do presente mez de fevereiro a horas de meio dia recebi a esta mabelissima carta de V. Excelencia datada de 4 do dito mez e logo na seguinte noute deste mesmo dia des principio a por em prxe o que V.

⁶ Fonte: APEP, Códice 355 (1780). Correspondência de Manoel Gama Lobo de Almada enviada ao Sr. Joze de Napoles Sello de Menezes, Macapá, 20 de julho de 1780 (p. 148-149).

Excelencia me ordenava a respeito dos mucambos dos pretos fugidos. Sahi for d'oras em trazer desconhecidos e me dhigir a falar com hum preto que aqui há chamado Manoel e escravo do morador Pedro Correa, para que fosse indagar do escravo de Antonio Trez Orta por nome João de todo o circunstanciado do mocambo⁷.

As autoridades na Vila de Macapá constantemente enviavam correspondências sobre a frequente circulação e fuga de africanos pela povoação de Macapá. Nesta correspondência especificamente, se percebe que era comum a presença de mocambos próximos a região. De fato, a povoação de Macapá se tornou uma unidade promovida pela constante circulação de indígenas e africanos ascendendo sua importância enquanto núcleo populacional e administrativo na Foz do Amazonas. A concentração de indígenas e africanos concedeu a Vila de Macapá essa extensão colonial baseada na construção de redes de fugas e solidariedade na Amazônia Setentrional se fazendo uma região da produção de espacialidades (MARIN; GOMES, 2003). Na Figura 2 se encontra a representação da dinâmica.

Figura 2 - Rota de circulação de indígenas e africanos na Vila de São José de Macapá



Fonte: Adaptado de Santos e Sousa, 2022.

⁷ Fonte: APEP, código 457 (1788-1792). Ofício de Manoel Joaquim de Abreu, Macapá, 27 de fevereiro de 1792.

As dimensões da povoação de Macapá reforçam os agentes coloniais que empreenderam nessa região sistemas administrativos e de vigilância que tinham como objetivo reforçar a segurança interna da vila, a experiência em Macapá e suas adjacências revelam um montante de ocorrências que tornaram essa região complexa devido a circulação e fuga de indígenas e africanos mediante a criação dos mocambos próximos a Macapá. Além da incidência de fugas havia também a rede de contatos estabelecidas entre indígenas e negros que movimentavam ainda mais as experiências coloniais, sobretudo, na faixa setentrional do Estado do Grão-Pará e a Guiana Francesa.

No Estado do Grão-Pará assim como na povoação de Macapá houve a extensão das espacialidades partir da mobilização dos indígenas, negros e autoridades coloniais que montaram uma rede de relações sociais mediante a vigência do Diretório Pombalino. O corpo militar e os postos militares montados na fronteira com a Guiana identificam que a realidade nessa área era relativamente complexa e seu apogeu ocorreu pela intensificação das ações das autoridades portuguesas em controlar e muitas vezes impedir a circulação e o contato de indígenas e africanos com os franceses.

Predominou no Grão-Pará e na Vila de Macapá durante o século XVIII a construção de uma geografia interna na própria povoação, as correspondências oficiais trocadas entre as autoridades coloniais indicam que a configuração da povoação aos poucos incorporava elementos decisivos transformando a organização socioespacial do núcleo colonial mediante a movimentação dos sujeitos históricos na faixa setentrional (COELHO, 2005, p. 41).

As povoações coloniais na Amazônia Portuguesa no auge do Diretório Pombalino se tornaram sistemas complexos onde se instaurava a base do aparelho regulador do Diretório, no entanto, a geografia da região permitia que as populações locais organizassem entre si outros modelos de circulação e estratégias de sobrevivência vislumbrando em experiências significativas na construção interna das povoações coloniais, destarte, a Vila de Macapá se transformou em uma referência em termos de montagem de alternativas de sobrevivência e na construção das espacialidades (RAVENA, 2005).

A produção do espaço é a somatória da materialidade e as relações sociais estabelecidas e refletidas na vida cotidiana. Conceitualmente, os espaços realizam-se mediante a reprodução da vida imbuída de história e movimento, para tanto é necessário compreender que a Vila de Macapá nesse sentido se tornou um espaço social compartilhado por vários sujeitos introduzindo novas organizações no interior da povoação colonial. Nesse aspecto, Carlos (2019), contribui para entender como o espaço enquanto base da reprodução

humana, como escreveu Santos (2014), transcendeu o plano material e se transformou no cenário social da vida.

A experiência social na Vila de São José de Macapá é vista no contexto da geografia histórica como a vida cotidiana intercalada a construção das espacialidades, não obstante, os fragmentos dos documentos coloniais destacam as condições e os aspectos da vida social na sociedade colonial. Os sentidos atribuídos aos espaços receberam outros significados e subjetividades a partir do momento em que as pressões por mão de obra e mesmo a intensificação da vigilância na fronteira do Grão-Pará durante a segunda metade do século XVIII. Subsequente a isso, em outro ofício enviado por João Vasco Manuel Braum a D. Francisco de Souza Coutinho é informado a descoberta de outro mocambo desta vez de indígenas que estava localizado próximo as Ilhas Mexiana e Caviana:

Exm^o. Senhor na madrugada do dia de hontem; debaixo da fução de hir repellir das Ilhas Caviana e [Mexiana] alguns índios de Chaves, ali amocambados; largou deste porto o referido Ajudante da Praça, montado na Canoa que [Vossa Excelência] foi servido de mandar para este [efeito] havendo já dos respectivos remeiros fugido trez, e ficado doentes neste hospital dois; hindo tambem acompanhado de huma Igaraté para Montaria; assim como fornecido dos Proviementos e insinuações que farei toda a diligencia para [Vossa Excelencia] expecificar em primeira ocaziam visto não o poder executar de outra letra e agora a melindroza e consequente moléstia com que fui apenas me dar lugar para esta resumida participação⁸.

A informação repassada a D. Francisco Coutinho comunicava a captura de um grupo de indígenas da região de Chaves que estavam amocambados nas Ilhas Caviana e Mexiana, o então João Braum enviou até a região um ajudante da praça para realizar a remoção dos indígenas, no entanto, três indígenas remeiros fogem durante o percurso e outros dois adoecem sendo levados ao hospital. Nesse caso específico, o trecho do documento especifica a montagem de um mocambo de indígenas e a necessidade de controlar as populações ameríndias na povoação de Macapá, porém apesar do controle exercido pelos portugueses eram comuns a dispersão e a fuga dos ameríndios dos postos de trabalho e de suas povoações como foi evidenciado no trecho da correspondência.

Para Brito (1999), o Diretório Pombalino aprimorou a organização do trabalho indígena incorporando também o quadro de atividades o trabalho nas fortificações aumento

⁸ Fonte: APEP, Códice 480 (1791). Ofício de João Vasco Manoel Braum enviado para D. Francisco de Souza Coutinho, Macapá, 29 de março de 1791.

consideravelmente a sobrecarga de trabalho para os indígenas e posteriormente aos africanos. A legislação considerava as populações indígenas como principal mão de obra nas lavouras, nos campos e nas obras públicas, as petições realizadas pelas autoridades nos documentos atestam a falta de trabalhadores e a competição com os colonos, criando intrigas entre a população local e as autoridades portuguesas pelo controle da mão de obra indígena, o acoitamento de indígenas nas moradias dos colonos era uma prática comum nesse período.

No cotidiano na povoação de Macapá desdobram-se informações sobre as especificidades locais e sobretudo sobre as condições econômicas e o avanço das ordens administrativas sobre o espaço colonial. Percebe-se que a intromissão da política do Diretório

Pombalino gradativamente se mostrava operante assim também as dificuldades de manutenção das populações. Mais adiante, em outra correspondência, o governador D. Francisco de Souza Coutinho repassava as dificuldades de manutenção das atividades administrativas em Macapá devido a grande quantidade de desertores e a falta de pagamento dos escravos:

Assim que cheguei a esta Capitania, achei dous objectos, que tem particularmente = occupado o meu cuidado em procurar-lhe remédio; O primeiro é o grande numero de Dezertores dos dous Regimentos entre ambos conto 342 Praças ausentes, e poucas mais posso contar effectivas no Serviço. A falta de pagamento, e do fardamento attribuo esta desordem, e Macapá faltão setenta e tantos, que se julgão em Cayenna. É certo que a fuga d'estes Escravos faz grande prejuízo a estes habitantes pela perda d'elles, pelas despesas com que contribuem para a sua apreensão, e pelo tempo, que n'insto empregão, mas muito mais attendível é o que lhes resulta do desassossego, em que vivem com os mesmos Escravos pela sua rebeldia⁹.

No fragmento da correspondência o governador queixava-se do quadro desfavorável em que se encontrava a Praça de Macapá com 342 soldados ausentes do quadro militar da vila que provavelmente tinham seguido para Caiena, comunicava a falta de recursos para realizar o resgate dos escravos, uma vez que as despesas eram altas e a povoação carecia de investimentos.

Continuamente as autoridades dispunham de suas atividades para relatar nas correspondências a grande quantidade de desertores e as dificuldades econômicas no

⁹ Fonte: IHGB, coleção Manoel Barata- Memória sobre a Defesa da Capitania do Pará no governo D. Francisco de Souza Coutinho; E outros documentos do tempo do seu governo. Plano de conquista da Guiana Francesa. 1791-1797- Lata281, pasta 6, 102fls., Pará, junho de 1790.

cotidiano da Vila de Macapá que com o tempo foram sendo evidenciadas no ambiente interno da vila, o que ocorria muitas vezes, era a recusa ao trabalho militar, pois eram considerados penosos, além da coerção física realizada pelos diretores. De acordo com Coelho (2005, p. 40), a fuga do serviço militar pelos indígenas e africanos foi uma experiência recorrente na Amazônia Portuguesa, as vilas portuguesas em muitos casos tiveram queda no número de soldados para o serviço militar, essa repulsa muitas vezes colaborou para a ausência desses agentes na manutenção da segurança e na continuação das fortificações.

A Vila de São José de Macapá foi erguida com propósitos e finalidades específicas na Costa Setentrional, esse processo repercutiu tanto na história da Amazônia Portuguesa quanto na história das fortificações coloniais no Brasil (CASTRO, 1999). A construção da fortificação na Macapá colonial esteve relacionada a proposta reformista do Marquês de Pombal, a fixação de uma estrutura portuguesa é uma experiência das transformações graduais do espaço amazônico, por isso, a Fortaleza de São José de Macapá é considerada por grande parte dos historiadores com uma das expressões vivas da política portuguesa na região. Destarte, no fragmento de outra correspondência de 3 de agosto de 1765 é informado o envio de vinte e cinco homens entre militares, indígenas e negros para buscarem e reconduzirem a povoação de Macapá cerca de cinquenta e um operários:

Senhor. Expendindo a 25 domes de julho próximo precedente huma Tropa d 25 homens, Militares, Indios e Pretos ladinós, para dividida emaprtida serem buscados e reconduzidos os sinquenta e hum Escravos da Camera dessa Cidade operários da obra da Fortificação que até o [dito] dia 25 se havião auzenta: concegui com esta indispensável providencia, resttuhir ao trabalho da mesma obra, quarenta e hú faltando ahinda dez; que cuidadosa mente farei apreender¹⁰.

Não obstante, se percebe que a ausência de operários na construção da fortificação de Macapá esteve entre as principais demandas das autoridades portuguesas que assumiram a administração nos primeiros anos da vigência do Diretório Pombalino. Essa ausência de trabalhadores demonstrava mais uma vez a recusa dos operários, as atividades nas fortificações que demandaram grande parte da mão de obra colonial eram vistas com espaços de grande violência exercidas pelas autoridades, durante as obras públicas grande parte dos

¹⁰ Fonte: APEP, Códice 61, Ofício de 3 de agosto de 1765, transcrito em: VERGULINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma Notícia Histórica, Belém, Arquivo Público do Pará, 1990, p. 82.

indígenas e africanos queixavam-se do trabalho extenuante e das péssimas condições de trabalho e alimentação em decorrência da ausência ou improvisação dos recursos. No fragmento extraído da documentação do Projeto Resgate, as ordenanças para o repasse de recursos para as despesas com a obra da Fortaleza de São José de Macapá na Amazônia Setentrional, evidencia-se o seguinte:

[Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre as letras passada aos administradores da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão para suprir as despesas feitas com as obras de fortificação da vila de São José de Macapá, com o pagamento das cômguas e com o custeamento da charrua real ‘Nossa Senhora das Mercês’ [de que é capitão José Antônio Monteiro]¹¹.

Nesse trecho específico do documento é formalizado o envio de recursos para a construção da fortificação, o pagamento de cômguas (espécie de pensão) seria o sistema de pagamento das despesas necessárias para o início das obras na povoação de Macapá. Para o historiador Adler Homero de Castro (1999), denomina a construção dessa fortificação como o ‘fecho do império’:

Como resposta à ameaça foi erguido o que talvez seja o maior monumento à engenharia militar portuguesa no Brasil, ou seja, a fortaleza de S. José de Macapá. Imensa e bem construída, essa fortificação se ajustou razoavelmente às propostas do Marquês de Pombal para a região, servindo de prova efetiva e tangível de que a coroa portuguesa era a proprietária do Cabo do Norte e de que qualquer pessoa que tentasse disputar a posse teria que superar esse gigantesco obstáculo antes de atingir seu objetivo. A fortaleza passava a ser o verdadeiro “fecho do império na foz do Amazonas (CASTRO, 1999, p. 15).

A construção da Fortaleza de São José de Macapá esteve intimamente associada a expansão da política metropolitana no Cabo Norte inaugurando uma etapa crucial na história das fortificações na Amazônia (CASTRO, 1999). Nesse quadro se evidencia a construção da fortaleza de Macapá como um símbolo da presença portuguesa visivelmente com traços da política reformista do Marquês de Pombal, a expansão portuguesa na porção setentrional do Grão-Pará repercutiu no modelo de urbano projetado para a Vila de Macapá. Diante disso na correspondência enviada pelo governador Mendonça Furtado em 1765, o estabelecimento e a construção da fortaleza na povoação de Macapá são considerados importantes em termos

¹¹ Ofício do Provedor da Fazenda Real da Capitania do Pará, Francisco Ribeiro de Sampaio, para o [secretário de Estado dos Negócios do Reino] e inspetor geral do Real erário, Conde Oeiras.

de segurança da margem setentrional da Vila de Macapá, assim o governador do Estado do Grão-Pará escreveu:

Fico esperando com grande alvoroço o oficial engenheiro que há de vir encarregado da fortificação de Macapá, a qual é tão importante como V. Ex^a, sabe, e tendo nós naquele sítio, uma boa praça, ficamos seguros de algum insulto dos franceses e temos com ela coberta toda a margem setentrional das Amazonas que está tão exposta como a V. Ex^a, tenho representado repetidíssimas vezes¹².

Para o governador Mendonça Furtado a construção da Fortaleza de São José de Macapá consistia em um grande projeto para a proteção da margem setentrional, a incumbência do projeto modernizador da Amazônia esteve em grande parte administrada por Mendonça Furtado. Para Marin (1999), o projeto colonizador português tem seu ápice a partir da implantação da povoação de Macapá e posteriormente a construção da fortificação na margem setentrional, por isso a construção dessa fortificação significava um duplo investimento para a administração colonial:

De fato, à questão de ocupação e de proteção de fronteiras políticas superpõe-se uma intensa dinâmica de situações e relações sociais gestadas nesse território entre colonos e administradores, entre estes e os trabalhadores escravos ou compulsórios e entre as autoridades dos dois domínios coloniais. O projeto de ocupação sobreviveu à denominada política de fomento do Ministério Pombalino e que seria representado politicamente na fase imperial com a fundação de uma nova colônia (MARIN, 1999, p.34-35).

A administração colonial portuguesa vivia seu ápice durante a construção da fortificação na povoação de Macapá, essa primeira fase da gestão portuguesa na Amazônia Portuguesa demonstrou um esforço das autoridades portuguesas em alicerçar as bases do projeto reformista, a segurança da parte setentrional do Estado do Grão-Pará foi considerada parte integrante desse projeto. A ocupação e povoamento no Cabo Norte refletiu em constantes formas de dominação seja pelo sistema do Diretório Pombalino ou pela construção de uma estrutura responsável pela segurança do território.

Os esforços de implementação da política pombalina na Amazônia são expressões da centralização da administração portuguesa em viabilizar um projeto urbanizador para toda

¹² A Sebastião José, na qual o Governador Mendonça Furtado, em síntese transmite o seu pensamento. **A Amazônia na era pombalina. Correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759.** 2. ed. Brasília, 2005. Tomo III, pp. 164-170.

a Amazônia. Nesta correspondência, o governador Mendonça Furtado escreve sobre a necessidade na construção da Fortaleza de São José de Macapá na margem setentrional no Grão-Pará, segundo Santos e Souza (2022), a criação da fortificação na Vila de Macapá demonstrou além da demarcação da Coroa Portuguesa em implantar suas bases militares também reforçou o aumento populacional da povoação, uma vez que durante a construção da fortificação a quantidade de moradores aumentou consideravelmente com a chegada dos colonos açorianos a experiência de povoamento duplicou, expandindo esse território, assim Santos e Souza (2022), desenvolvem o seguinte pensamento:

Este crescimento da população da Vila de Macapá, que duplicou em pouco mais de uma década, pode ser justificado pela obra de construção da Fortaleza de São José de Macapá, chegada de imigrantes açorianos e iniciativa de atividade econômica de cultivo de arroz na região. São José de Macapá, assim como outras vilas e cidades ribeirinhas da Amazônia, representou a lógica do urbano colonial barroco amazônico de penetração e de defesa do território, que marcou a presença local do além-mar das metrópoles do colonizador, o urbano da soberania dos Estados absolutistas (SANTOS; SOUZA, 2022, p. 20).

Para a Vila de São José de Macapá foram designadas ações de ocupação e povoamento imediatas, as ações das autoridades portuguesas vincularam-se a estratégias e fixação das primeiras estruturas de demarcação portuguesa na Amazônia. Certamente, a construção da Fortaleza de São José de Macapá inaugurou uma fase importante no conjunto de reformas que almejavam a proteção da porção setentrional do Estado do Grão-Pará. Em correspondência enviada no ano de 1773 por Antonio Diniz de Couto Valente ao governador de Macapá, a autoridade comunicava o andamento das obras na fortificação de Macapá, alegando que a construção estava passando por atrasos em função da falta de trabalhadores e alimentação, assim se observa na correspondência o seguinte:

[...] As mizérias que ficam obedecendo oficiais, e trabalhadores na falta de serem socorridos pela Fazenda Real com os mantimentos com que eram abonados, por servirem a credito, pella falta de pagamentos os fazer não só falidos a elles mas também a alguãs cazas de comida que havião para as suas sustentacoens, pella razão de serem obrigados todos os dias a trabalhar, sem os perssizos meios de semanterem, emhúa terra donde cada hu vai buscar peixe, fabricar as rossas, e resgatar os efeitos¹³.

¹³ Fonte 43: APEP, Códice 245 (1772-1773). Correspondencia de Antonio Diniz do Couto Valente para o Governador de Macapá, 29 de janeiro de 1773. In: **Relatos de Fronteira: Fontes para a História da Amazônia nos séculos XVIII e XIX**.1999, p. 170-171.

A construção da Fortaleza de São José de Macapá na porção setentrional do Grão-Pará é uma experiência que culminou com a necessidade de implantação da segurança na Foz do Amazonas. Sua amplitude pode ser percebida na próprias demandas de abastecimento voltados para a construção, toda a faixa setentrional vivenciou mudanças espaciais culminando com transformação graduais na paisagem. Nesta correspondência especificamente é predominante a necessidade de suprimentos para os trabalhadores da construção, este “abandono” como é referenciado na narrativa ressalta a importância que esse empreendimento da Coroa Portuguesa contribui para a formação urbana da Vila de Macapá, essa preocupação das autoridades cerca-se da preocupação da segurança da foz do Amazonas.

O cotidiano da Vila de Macapá principalmente no auge da construção da Fortaleza no Cabo Norte acompanhou várias experiências voltadas a manutenção da mão de obra indígena e o abastecimento interno. Segundo Marin (1999), as experiências de povoamento intensificadas com a chegada das famílias açorianas estiveram imbricadas ao projeto da agricultura comercial, o Cabo Norte operou como possessão agrícola concomitantemente como ponto estratégico, ao longo dos anos, as dificuldades de abastecimento foram sendo agravadas pela construção da fortificação. Em virtude disso, Marin (1999), avalia essa condição dos primeiros anos sob a seguinte perspectiva:

As terras do Cabo Norte receberam um sopro de povoamento, com a entrada de famílias embarcadas em Lisboa, com os escravos introduzidos da África e os indígenas mobilizados de locais diversos do vale amazônico. Macapá, situada a 36 léguas do Cabo Norte, foi epicentro desse movimento. Entre as famílias vindas para estes núcleos fez-se a divisão das terras, algumas afetadas pelas marés litorâneas e que, por serem mais difíceis de cultivar, foram abandonadas. Fundou-se a vila de Macapá, no ano de 1758, embora as primeiras instruções dadas a João Baptista de Oliveira para estabelecer uma “nova povoação e fortificação” datassem de 1751 [...] (MARIN, 1999, p.39).

Os primeiros anos de implantação da Vila de Macapá registraram um grande deslocamento populacional para a região, especialmente no contexto do Diretório Pombalino, a migração de colonos açorianos vivenciada no Cabo Norte se caracteriza por sua adesão as normas instituídas pela administração portuguesa em construir nessa região um espaço produtivo economicamente (SANTOS, SOUZA, 2022).

Esse avanço sobre a faixa setentrional da Amazônia Portuguesa é considerada relevante para identificar e compreender como as formas portuguesas foram sendo aderidas

ao espaço colonial, a criação das vilas é uma herança da política pombalina para a Amazônia portuguesa mediante as correspondências oficiais analisa-se que as vilas coloniais tinham propósitos equivalentes quanto a demarcação do domínio português por meio da sobreposição das formas portuguesas sobre os espaços indígenas, embasada pelo estudo de Abreu (2014), as formas espaciais das cidades no Brasil são forjadas ainda no período colonial realçando os impactos difundidos com o avanço português sobre os seus territórios.

As formas introduzidas no Cabo Norte preferencialmente na Vila de São José de Macapá resgatam o passado colonial desta região, entretanto, esta vila não esteve entre as únicas a receber famílias açorianas, embora, não seja evidenciada nessa passagem a Vila Nova de Mazagão também possuiu importância na experiência urbana no Cabo Norte, (MARIN, 1999).

Macapá destacou-se como epicentro da experiência migratória de colonos para ocupar os arredores da Fortaleza de São José de Macapá, no entanto, a Vila de Macapá não operou exclusivamente sozinha, pois nas primeiras décadas o tripé da administração portuguesa interligava três vilas respectivamente: Vila de São José de Macapá, Vila de Mazagão e Vila Vistosa, esses núcleos populacionais receberam atenção das autoridades portuguesas devido sua localização próxima a região da Guiana consequentemente repensar as fronteiras como espaços de movimento e de construção de espacialidades é notório no estudo das formas urbanas introduzidas na história da Amazônia Colonial Portuguesa.

As vilas portuguesas na Amazônia são experiências contínuas da expansão das técnicas introduzidas nas regiões ultramarinas, respectivamente os espaços coloniais gradativamente foram recebendo formas e técnicas semelhantemente a população das vilas e núcleos coloniais passaram a ter uma configuração étnica diferenciada essa característica é percebida nas documentações coloniais produzidas pelas autoridades portuguesas. Nesse sentido, as vilas coloniais como se identifica na Vila de São José de Macapá acompanhou o fluxo das ideias da reforma pombalina para a Amazônia Setecentista, as particularidades que envolvem a formação desse núcleo populacional reforçaram os elementos construtores do núcleo urbano de Macapá.

O espaço é uma combinação de técnicas encontradas a partir das variáveis, esse conjunto de técnicas são encontradas no decorrer do tempo justificando assim a importância da temporalidade para a visibilidade e alcance das técnicas sobre o espaço geográfico, por isso, Santos (1996), expõem a seguinte perspectiva sobre esse processo definindo o seguinte: “Dessa maneira a técnica constitui um elemento de explicação da sociedade, e de cada um

de seus lugares geográficos”, essa explicação desenvolvido pelo geógrafo define a relevância da técnica na construção do espaço considerando que o espaço é resultado do movimento, as espacialidades são fruto das técnicas empregadas sobre o lugar (SANTOS, 1996, p. 63).

A formação das cidades amazônicas não difere do projeto reformista da política pombalina na Amazônia, a extensão do projeto alcançou níveis gigantescos que corroboraram para a formação dos núcleos urbanos nessa extensa região. Os núcleos tornaram-se espaços que evidenciava o desejo reformista do Marquês de Pombal, demonstrando as alterações no espaço amazônico (MALCHER, 1999).

O estudo do passado das cidades é uma das principais tendências difundidas no campo teórico da Geografia brasileira que propicia entender as dimensões dos espaços mediante os contextos históricos e suas especificidades. Com base nisso, Abreu (2014), resalta a revalorização do passado incomum a formação das cidades, como bem explicitou em sua colocação, investigar o passado das cidades é fundamental para explicar a formação das estruturas, comportamentos e funcionalidades no presente, pois:

A valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades deste final de milênio. No Brasil, esta tendência é inédita e reflete uma mudança significativa nos valores e atitudes sociais até agora predominantes. Depois de um longo período em que só se calculava o que era novo, um período que resultou num ataque constante e sistemático às heranças vindas de tempos antigos, eis atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado (ABREU, 2014, p. 27).

Nessa perspectiva, considera-se essencial o estudo do passado para compreender a dinâmica das cidades por meio das suas representações pretéritas. No entanto, apesar dessa tendência ser recente na produção geográfica brasileira, entende-se que por trás da compreensão da formação das cidades contemporâneas é necessário centrar-se no resgate das experiências pretéritas que fundamentam o conjunto das relações espaciais. Para tanto, a Geografia histórica busca reconstituir o conjunto das formas espaciais interligando os fenômenos característicos de um determinado período histórico para investigar as formas pretéritas compreendendo as dinâmicas do espaço urbano no avanço do tempo.

3 ESPACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO CABO NORTE: as experiências de circulação e produção na Amazônia setentrional durante o século XVIII

A Geografia histórica tem contribuído significativamente para a ampliação do estudo sobre as espacialidades históricas presentes na formação das cidades no Brasil por meio da reconstituição da realidade espacial de um determinado contexto histórico. A Geografia, por sua vez, estabelece uma relação metodológica cada vez mais interdisciplinar com outras áreas do conhecimento visando identificar outras singularidades do espaço produzido pelas sociedades em diferentes recortes temporais enfatizando a produção geográfica da cidade por meio do resgate desse passado.

O espaço compreende um sistema de realidades vividas e projetadas pelo trabalho humano o que significa que este conceito não está relacionado apenas a reprodução mecânica da sociedade, mas intercalada simultaneamente as experiências humanas, dessa maneira, designa-se espaço enquanto um sistema híbrido onde transcorrem as relações sociais (SANTOS, 2014).

A discussão sobre espaço designa concepções necessárias para compreender esse conceito a partir de suas conceituações. De acordo com o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2020), o termo espaço geográfico por muito tempo foi utilizado como sinônimo da realidade material, isto é correspondente a natureza material, todavia, considera-se necessária a construção de um entendimento mais próximo da realidade geográfica no que se refere as experiências projetadas e vinculadas nos espaços. Embora, o autor justifique seu ponto de vista sobre a construção desse conceito de maneira possível observar nesse contexto, a abrangência desses conceitos nos estudos da geografia histórica, uma vez, que a vinculação do tempo com o espaço é base interpretativa para os novos objetos de estudos que surgem a partir da delimitação de novos campos de pesquisa.

A cidade no contexto da colonização brasileira tem uma relevância expressiva nos estudos sobre a urbanização. Ainda conforme Abreu (2014), esse resgate sobre a formação das cidades e dos primeiros núcleos urbanos transita nos períodos da intensa presença portuguesa, a construção das vilas e posteriormente das cidades vislumbram o passado como uma condição necessária para analisar a gênese da urbanização brasileira, desse modo escreve o estudioso e desenvolve a seguinte observação:

É comum afirmar-se que a cidade teve um papel pouco importante na colonização brasileira. Com efeito, se adotarmos um ponto de vista estritamente quantitativo, é visível o contraste que se estabelece entre a imensidão do território conquistado pelos portugueses na América que ultrapassou em muito a linha demarcatória de Tordesilhas – e o pequeno número de cidades e vilas fundadas durante a época colonial (ABREU, 2014, p. 232).

Essa definição ressaltada por Abreu (2014), resgata a ideia construída sobre a cidade, embora, a concepção que construímos em torno desse termo seja recente, o autor vincula a cidade aos seus novos significados principalmente no contexto da colonização durante o século XVIII. Essa aproximação da Geografia histórica que articula o passado e o presente das cidades é um dos principais aspectos desenvolvidos pelos geógrafos históricos em termos da análise das singularidades do espaço geográfico, a construção do urbano é vista como uma continuação do passado mediante suas formas e estruturas.

A inserção da cidade e do urbano nos estudos geográficos não vincula somente as transformações espaciais, mas igualmente os seus conteúdos dispostos sobre o espaço geográfico, assim os traços e expressões da materialidade firmada a partir das relações entre espaço e sociedade geram o processo investigativo essencial para os geógrafos históricos na análise interna das cidades por meio de suas formas e fluxos.

O espaço e a Geografia são áreas que atuam concomitantemente. Unidas pela presença do ser são constituídas pela inesgotável discussão sobre as relações produzidas pela sociedade sobre o espaço. De acordo Lihtnov e Barros (2021) o espaço e a Geografia partem da existência do ser e da origem, por isso, são incluídas abordagens filosóficas e históricas que embasam o discurso sobre o pensamento geográfico. Nesse sentido, o espaço é um dos principais conceitos que fundamentam o pensamento e o método geográfico. Para Santos (2014), o conceito de espaço expande a percepção limitada que geralmente constrói-se a respeito da sua definição teórica, para tanto, o geógrafo desenvolve o seguinte raciocínio:

O espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente (SANTOS, 2014, p. 30).

O autor analisa o espaço é a junção de objetos e relações sociais estabelecidas nas formas geográficas. Essa materialização corresponde ao movimento no espaço geográfico

mediado pelo trabalho. Essa correlação entre o conteúdo das formas, o trabalho vinculado a sociedade é que proporciona a dinamicidade no estudo do espaço e na elaboração de vias para analisar os significados de um determinado contexto histórico.

Para os autores é necessário estabelecer novas perspectivas mediante os estudos sobre o espaço. Novos objetos de estudo têm sido incorporados mediante a articulação entre espaço e sociedade, demonstrando que já não é possível desenvolver discussões a partir de antigas análises, todavia, introduzir novas propostas vinculadas a contextos contemporâneos. Assim, os estudiosos desenvolvem o seguinte entendimento:

No que diz respeito a Geografia, analisada sob a óptica do espaço, podemos considerá-la, atualmente, como uma linguagem socioespacial da sociedade contemporânea. Essa análise nos aponta para um paradigma que demonstra que já não é mais possível se analisar o espaço somente a partir dos velhos modelos e paradigmas [...] (LIHTNOV; BARROS, 2021).

Os diálogos interdisciplinares têm se tornado um campo profícuo para o estudo das sociedades, tornando a junção entre a História e a Geografia dois campos indispensáveis na análise espacial pretérita, demonstrando no campo teórico construído a partir de interações possíveis de serem articuladas e principalmente partindo uma demanda no presente que requer uma análise compreensível sobre um determinado objeto de estudo (BARROS, 2017).

A introdução de novos objetos de estudo a partir de experiências espaciais desenvolvidos pela Geografia histórica demonstram que a relação entre espaço e tempo é inesgotável, pois a formas espaciais são constituídas de processos históricos que se configuram como territórios frutíferos para o estudo das espacialidades. Concomitantemente a História e a Geografia, introduzidas oportunizam novas perspectivas teóricas e metodológicas para compreender o espaço e suas singularidades históricas, econômicas, populacionais e sociogeográficas, motivando assim, a interdisciplinaridade/multidisciplinaridade de conhecimentos e saberes.

A experiência do Diretório Pombalino na Amazônia Setentrional é um caso específico e singular para analisar a formação do núcleo populacional na Amazônia Setentrional e como as experiências ocorridas em seu interior contribuem para compreender as espacialidades históricas. Historiadores e geógrafos têm realizado pesquisas relacionadas a instalação da Vila de Macapá mediante a articulação com a política do Diretório dos Índios e seus desdobramentos aos longos das primeiras quatro décadas de funcionamento na Costa Setentrional do Cabo Norte. A operacionalização da Vila de Macapá não esteve distante de

ser um projeto colonial, pois a urgência no envio de colonos e a manutenção destes foi considerada uma demanda constante para as autoridades coloniais durante o século XVIII.

A formação de um núcleo colonial centrou-se a partir de dois objetivos específicos: o resguardo da porção setentrional mediante o envio de famílias açorianos e o estabelecimento de um comércio colonial com a produção de gêneros agrícolas. Segundo Santos e Sousa (2022), a estrutura político-administrativa introduzida pelas autoridades portuguesas estiveram anexadas a criação de vilas e povoados na faixa setentrional, não obstante, a Vila de São José de Macapá operou em função dos objetivos mercantilistas almejados pelo Império Português. Denota-se que a consolidação de um projeto vinculado a proteção e controle das terras do Cabo Norte não esteve vinculada somente às intenções mercantilistas, mas a concretização de um projeto político o qual concentrava a organização do espaço, mas a continuação dos ideais estabelecidas pelo Diretório Pombalino instaurado pelo Marquês de Pombal em suas mais de quatro décadas de atuação.

Diante disso, Santos e Sousa (2022), compreendem que nas Terras do Cabo Norte a dinâmica socioespacial estabelecida nessa região foi considerada uma característica relevante para analisar como a organização geográfica da Amazônia brasileira e principalmente com o Cabo Norte integrou esse sistema mediante a circulação de pessoas e gêneros na Vila de Macapá e nas localidades adjacentes.

A instalação da Vila de São José de Macapá reconstitui a história e as espacialidades da Macapá colonial, cujo núcleo populacional esteve atrelado à reforma pombalina na Amazônia Portuguesa. Dessa forma, o artigo se ancora na abordagem da Geografia histórica articulado com as discussões sobre o planejamento urbano e a metodologia de análise de documentos coloniais enquanto uma via para compreender a relação tempo-espaço da Macapá colonial na Amazônia Setentrional.

A introdução do Diretório Pombalino no século XVIII, operou decisivamente na formação das cidades amazônicas, implementando novas formas de organização dos antigos aldeamentos coloniais nas primeiras décadas de seu funcionamento. A reforma pombalina foi uma política que almejava além do controle permanente dos núcleos populacionais vigentes nos séculos anteriores ao período pombalino, incluindo assim o controle permanentemente das populações indígenas, este que em seu corpo legislativo os indígenas apareciam constantemente nas documentações elaboradas pelas autoridades coloniais. A designação concedida aos indígenas, como ‘Vassalos Dey Rei’ demonstra os objetivos claros dos interesses almejados pela Coroa Portuguesa na Amazônia Setecentista.

Os trabalhos produzidos por Brito (1998), Ravena (1999) e Marin (1999), discutem as experiências dos indígenas nas primeiras décadas de funcionamento do Diretório Pombalino, enfatizando, que o sistema difundiu uma ideologia baseada na assimilação das populações indígenas aos moldes da política administrativa conduzida pelos portugueses na Amazônia Colonial Portuguesa. Em razão disso, o Diretório Pombalino atuou de forma intensa na transformação dos espaços coloniais, convergindo em um modelo da expansão colonial na Amazônia Setecentista, porém com intenções claras quanto a transformação dos indígenas em trabalhadores e cristãos.

A história da cidade e a história do urbano são duas vias que inter cruzam as formas espaciais e seus conteúdos. A espacialização está justamente no encontro e no movimento contínuo entre os espaços deliberado pela junção entre a materialidade e as subjetividades produzidas pelas sociedades. Para Santos (1994), os principais pilares da história urbana se encontram nas formas espaciais imbuídas pelo tempo, em particular, é essa relação indissociável entre espaço e tempo que fornecem coerência para o estudo das espacialidades interligando as experiências dos sujeitos aos seus respectivos contextos históricos e assim incidindo em novos objetos de estudo.

Com base em Santos (1994), é esse caráter subjetivo impregnado nas formas espaciais e perpetuadas pelo tempo que manifestam em novos objetos de estudo, pois a história do urbano é caracterizada não somente pela organização das formas no espaço, mas pelos significados, valores e subjetividades que são perpetuados pelo tempo. Diante disso, a geografia histórica busca reconstituir as formas construídas no passado por meio das experiências das sociedades, compreendendo que essa reconstituição não é absoluta, porém, mediante as “lentes” da geografia histórica é possível abordar questões internas sobre os processos da produção do urbano a partir da materialidade do espaço vivenciado pelas sociedades no presente.

Segundo Barros (2007), a cidade é composta por formas históricas distribuídas por toda a sua extensão, assim, a cidade não é apenas uma representação visual, mas uma construção orgânica e funcional onde são empregados experiências, valores e subjetividades prolongadas pelo tempo. Assim, a cidade é um fenômeno espacial constituído pelo tempo impregnado em suas formas, diante disso, Barros (2007), analisa a cidade como um artefato produzido pelas ações humanas, assim escreveu: “[...] A cidade, neste sentido, seria o maior artefato produzido pelo homem que pode ser integralmente apreendido pelo olhar humano” (BARROS, 2007, p. 22).

Essa referência ao fenômeno da cidade como artefato enfatiza e considera a cidade como uma extensão da vida urbana por meio da coletividade. Diante dessa comparação, Barros (2007), analisa a organização da cidade mediante três categorias: cidades cósmicas, cidades práticas e cidades orgânicas demonstrando que a formação das cidades não é um fenômeno estático, mas vivo com amplas possibilidades de interpretação. Dessa maneira, o autor escreveu o seguinte entendimento, como discorre:

Seria de se perguntar antes de mais nada pelas formas que pode assumir o artefato urbano na sua própria origem pelos seus modos de funcionamento, pelos seus padrões de transformação. Estas questões, a serem discutidas mais adiante, permanecem indelevelmente ligadas. De imediato, é bom lembrar que uma determinada imagem do que seja ou deva ser a cidade pode estar implicada na sua própria formação primordial e nas suas subsequentes transformações. Os próprios homens que se unem para constituir uma cidade já começam a interferir nos seus destinos formais nos primeiros instantes, valendo-se das suas próprias imagens. São imagens que o cientista social- ele mesmo um formador de imagens – deve examinar em um primeiro momento (BARROS,2007, p.22-23).

Nesse sentido, a espacialidade urbana protagonizada pela formação da Vila de Macapá deve ser considerada uma das experiências que demonstram a relação existente entre espaço e sociedade durante a Amazônia Setentrional do século XVIII. Dessa maneira, a cidade enquanto uma construção e artefato humano como explica Barros (2017), é considerada uma extensão do espaço geográfico, um espaço complexo e orgânico onde as espacialidades são mais evidenciadas pelas sucessivas experiências que estão no seu interior demonstrando os níveis espaciais em sua constituição.

A formação das vilas coloniais no circuito da expansão do domínio português configurou-se como um dos principais processos na construção das cidades amazônicas. De acordo com Malcher (1998), em seu estudo ampliado a respeito da formação das cidades na Amazônia brasileira interpreta os espaços coloniais estiveram no conjunto de reformas organizado pelo Marquês de Pombal, mediante suas ações centralizadoras e reformistas que visavam as transformações dos espaços coloniais.

De acordo com Malcher (1998), nas primeiras décadas do século XVIII, a Amazônia Portuguesa vivenciou mudanças significativas que desembocaram em experiências de organização do espaço assim também como a personalidade do Marquês de Pombal esteve materializada na própria reforma instaurada nesse período. Dessa forma, escreveu a seguinte análise:

O Marquês de Pombal figura entre as personalidades da História de Portugal mais discutidas e trabalhadas. Uma bibliografia, que já se pode considerar vasta, trata o ministro de D. José como personagem principal, em estudos que vão desde a sua bibliografia à análise de sua atuação política. Se já não é mais o tempo das acirradas polêmicas sobre o papel liberalista ou despótico do Marquês, este ainda mantém sobre a sua imagem o peso de alguma controvérsia. Parte da qual subsiste, paradoxalmente, em função de um ponto em que não há concordâncias que reside na actuação profundamente marcada pela personalidade forte do ministro Pombal, de facto, personaliza o seu Governo, e neste sentido cabe a noção da existência de um conceito de “pombalismo” (MALCHER, 1998, p. 63).

A figura do Marquês de Pombal é muito expressiva no período de vigência do Diretório Pombalino na Amazônia Portuguesa. A administração portuguesa centrou-se em uma legislação específica, dessa forma, o Diretório passou a gerenciar as relações administrativas, políticas e sociais em suas colônias na América, transformando os espaços coloniais em respectivos núcleos da organização política-administrativa centrada no trabalho nas povoações. Neste segmento, o Diretório Pombalino além de ser um sistema civilizatório também constituiu em um projeto colonizatório que almeja uma identidade reformista para toda a Amazônia Portuguesa.

Na legislação do Diretório dos Índios coexistem especificações diretas ao trabalho nas povoações coloniais, os povos indígenas aprecem constantemente na documentação produzida pelas autoridades lusitanas. Na Amazônia Colonial Portuguesa os espaços coloniais passaram por sucessivas transformações e isto refletiu na organização do espaço amazônico assim como no tratamento das populações indígenas ressignificando os espaços coloniais como extensões da própria organização colonial sustentada pelo sistema do Diretório.

Para Ravena (1999), os núcleos coloniais adquirem importância crucial na vigência do Diretório Pombalino, a Coroa Portuguesa reorganizou os espaços antes administrados pelos missionários realocando as populações ameríndias a novas formas e postos de trabalho. Essa importante experiência na história da Amazônia colonial é salutar para analisar as bases da organização das cidades amazônicas.

Os estudos coloniais e as documentações produzidas pelas autoridades portuguesas no século XVIII demonstram a expressiva atuação lusitana em implantar estruturas para viabilizar a urbanização das povoações coloniais e formar as cidades. para garantir o domínio e a manutenção dos espaços coloniais. Para a região do Cabo Norte, as correspondências coloniais identificam a urgência de povoamento e a implantação de uma

base administrativa, na correspondência de 18 de dezembro de 1751, o governador da província do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado denota a urgência para o envio do Capitão-João Batista de Oliveira para administrar os novos moradores na povoação de Macapá localizada na Amazônia Setentrional:

Por ser preciso e conveniente aos serviços de S. Maj. que na nova povoação e fortaleza do Macapá haja uma pessoa que não só contenha aqueles novos moradores em paz, mas que também os persuada ao trabalho e a cultura das terras, não deixando precipitar esta gente no abominável vício da preguiça, nem no outro igualmente perniciosos que é o desprezo do trabalho manual, o qual tem sido muita parte de se reduzirem esta terra à penúria e miséria em que se acha [...].¹⁴

Nesta correspondência emitida pela administração portuguesa do ano de 1751, o governador Mendonça Furtado solicitava com urgência a presença de um administrador para a povoação de Macapá. Segundo o governador, essa povoação carecia de uma organização imediata dos novos moradores (colonos) que haviam sido transferidos para a povoação na Amazônia Setentrional. Na carta enviada ao Rei D. José Mendonça Furtado expõe a realidade da povoação de Macapá argumentando que era necessário dispor de um administrador para organizar os colonos de Macapá estimulando-os para o trabalho manual, especificamente a agricultura para resolver os problemas do abastecimento na povoação.

De acordo com Marin (1999), dominação e a administração colonial são experiências que acompanharam a montagem de modelos híbridos relacionados a ocupação, povoamento e estruturas econômicas na Província do Grão-Pará. A implantação de modelos de organização econômica e social é uma característica predominante encontrada nas documentações coloniais do século XVIII e nas análises realizadas por estudiosos que se dedicam sobre a colonização e a formação das primeiras estruturas agrárias e sociais na Amazônia Portuguesa. Nesse sentido, a estudiosa escreve o seguinte:

Mais de dois séculos e meio de tensões e conflitos pelos domínios territoriais haviam transcorrido quando as autoridades portuguesas colocaram, primeiro em 1751, as bases do projeto de colonização de São José de Macapá e segundo, em Mazagão, em 1765, situados na costa setentrional do Estado do Grão-Pará. Ambos os núcleos foram encarados no plano político de defesa dos territórios, sem estar alheio à cobrança de

¹⁴ Instrução que levou o Capitão-mor João Batista de Oliveira quando foi estabelecer a Nova Vila de São José de Macapá. Pará, 18 de dezembro de 1751. In. Mendonça, Marcos de Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina. Correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. 2. ed. Brasília, 2005. Tomo II, p. 171-174.

resultados econômicos e para isto, incentivou-se a formação de estruturas agrárias com acesso estável à terra, vínculos mais ou menos permanentes com o mercado, certo direcionamento na gestão de atividades agrícolas e utilização de mão-de-obra escrava, sem esta, todavia ser generalizada entre as unidades (MARIN, 1999. p. 34).

Mediante a análise realizada por Marin (1999), o Grão-Pará e essencialmente a povoação de Macapá formam uma experiência híbrida da articulação entre o modelo administrativo colonial que teve como base a implantação de uma economia agrária e mercantil favorecida pela mão de obra indígena e posteriormente dos colonos transferidos para a região.

Na correspondência, o governador Mendonça Furtado não se refere a dupla junção no modelo empregado pela administração portuguesa, todavia, os núcleos coloniais sustentaram-se pela utilização da mão de obra escrava, a princípio a mão de obra indígena e sucessivamente a introdução da mão de obra africana advinda do tráfico interprovincial. Essas mudanças demonstram o híbrido das relações sociais estabelecidas nos núcleos coloniais na segunda metade do século XVIII, esse período é caracterizado pela ampliação de novos domínios coloniais, mas igualmente a intensificação das exigências agrícolas e consideravelmente o aumento dos conflitos sociais.

A economia agrária implantada no Grão-Pará durante o século XVIII demonstrou contrastes entre a concretização do plano político pela administração portuguesa e as realidades geográficas, espaciais e populacionais encontradas. As diversas etapas do avanço das autoridades portuguesas descrevem sucessivas marcas de instabilidade política e social, o modelo de planejamento conduzido pela administração portuguesa nem sempre foi satisfatório em termos de prosperidade econômica mediante o processo da economia comercial, pois observa-se um modelo híbrido na cultura agrária, economia comercial e no abastecimento das povoações coloniais (Ravena, 1999).

Os espaços coloniais consistiam em grandes áreas situada no Amazônia colonial. Durante o administração dos eclesiásticos (Regimento das Missões), essas extensões eram reconhecidas como grandes empreendimentos para a Coroa Portuguesa, no entanto, as dificuldades de acesso, a demanda por mão de obra qualificada, os problemas de abastecimento interno somado a extensão geográfica da Amazônia com o decorrer do tempo passaram a ser grandes obstáculos para as autoridades portuguesas que demandavam intensos investimentos da administração lusitana e a intenso controle sobre as povoações coloniais.

Para a Amazônia Setentrional, especificamente a região do Cabo Norte, a formação da povoação de Macapá significou um grande esforço de manutenção desde os primeiros anos da colonização. A carência de colonos e as crises de abastecimento foram frequentes na estruturação da povoação e depois transformada em Vila de Macapá (RAVENA, 2005). Essa experiência do Ultramar no Grão-Pará na segunda metade do século XVIII é registrada nas documentações produzidas pelas autoridades coloniais. Para Marin (1999) e Ravena (1999), a povoação colonial de Macapá destaca-se por apresentar períodos de instabilidade reproduzidas no cotidiano da povoação, esse processo é vinculado a ausência de planejamento na Amazônia Setentrional. A esse respeito Ravena (1999) explica que

A Coroa Lusitana, em se tratando de conquista de povoamento do Ultramar, utilizava sua interessante alquimia. Planejamento e improvisação eram os “ingredientes” que marcavam a elaboração e execução dos “projetos” de povoamento. Portugal era uma nação com as finanças depauperadas e recém-saída de um terremoto; diante disso, não é impossível supor que o detalhamento exposto na elaboração dos projetos de povoamento correspondesse, nos momentos de execução, a ações marcadas pelo imprevisto (RAVENA, 1999, p. 63).

O modelo de planejamento montado para o Grão-Pará demonstrou experiências relacionadas a adaptação e improvisação. As colônias na América significaram não somente a expansão da dominação colonial, mas sobretudo, um projeto que visava reabastecer os cofres reais, assim a região do Grão-Pará era uma garantia para reparar os danos financeiros e custos ocasionados pelo terremoto ocorrido em Portugal. Contudo, os primeiros anos em que as povoações estiveram sob administração direta das autoridades houve períodos de instabilidade (Ravena, 1999),.

Constituem base deste capítulo as relações socioeconômicas estabelecidas na Vila de São José de Macapá e as vilas circunvizinhas, esse cenário constitui uma das principais experiências associadas ao período pombalino no Cabo Norte. Para Ravena (2005), a experiência do abastecimento na Vila de Macapá apresentou especificidades para a economia colonial do Grão-Pará, assim, enfatizando a existência de uma rica documentação sobre o período colonial na Amazônia compreende-se que o abastecimento interno na vila de Macapá é uma experiência fecunda nos estudos da história e trajetórias coloniais durante o século XVIII. Para Ravena (2005), a economia colonial no Grão-Pará se configura quando

[...] O Estado assumiu um papel junto aos homens de ultramar: provê-los do necessário. Essa função provedora não se restringiu apenas a gêneros

alimentícios, mas abrangeu também a infra-estrutura necessária (fortificações, vilas, portos) para a ocupação das terras conquistadas. Concretamente, verificam-se estratégias de arregimentação de força de trabalho e de obtenção de gêneros para dar suporte ao projeto de ocupar as terras conquistadas e torná-las produtivas para o capital mercantil (RAVENA, 2005, p. 128).

No Estado do Grão-Pará o suporte das atividades comerciais e da implantação do capital mercantil responsabilizaram e demandaram grande parte dos recursos financeiros da Coroa Portuguesa expandindo os gastos erários com a construção das fortificações e as vilas portuguesas na Amazônia. Considerando as motivações econômicas e as adversidades geográficas e concomitantemente a insegurança fronteiriça em relação a Guiana, a administração portuguesa desenvolveu medidas para a manutenção dos serviços como a construção das obras públicas e o abastecimento local a partir da cultura de gêneros como o arroz.

Essa dependência da monocultura de arroz demonstrou que nas primeiras décadas o crescimento das vilas alertou para demandas internas que possibilitaram rever antigas ações, portanto, a mobilização das autoridades portuguesas em promover a todo o custo a manutenção das vilas coloniais.

3.1 EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO NA VILA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ NO SÉCULO XVIII

A Vila de São José de Macapá operou como uma das principais vilas coloniais da Amazônia Setentrional. A mobilização das autoridades portuguesas em instituir uma base militar nessa região específica atingiu consideravelmente o cotidiano e o abastecimento da povoação de Macapá recém-criada, 1758. Essa relação entre Coroa Portuguesa e os grupos sociais residentes movimentaram o cotidiano na povoação criando experiências e vivências. O Cabo Norte se tornou um espaço-lugar protagonizado por diferentes sujeitos os quais construíram experiências e redes de sociabilidade durante a vigência do Diretório Pombalino as experiências internas foram sendo projetadas sobre um espaço em comum, compartilhado por diferentes sujeitos históricos que movimentaram o cenário para além do ultramar.

O Estado do Grão-Pará abrigou em seu interior uma gama de sujeitos e interesses que com o avanço do tempo eram revelados na fronteira do Grão-Pará e a Guiana Francesa. Segundo Marin e Gomes (2003), as experiências e a insegurança na fronteira mobilizaram e

alertaram para a circulação de sujeitos como indígenas, autoridades portuguesas, franceses e militares nessa região, tornando um espaço híbrido e complexo pela frequente mobilização dos sujeitos. De acordo com os autores, essa característica esteve vinculada:

Durante a fase colonial, as tensões políticas propiciaram diversas situações de desconfiança entre autoridades, soldados, religiosos e famílias procedentes do Grão-Pará e da Guiana. Aumentavam as queixas das autoridades sobre a existência de cláusulas de tratados, não respeitadas, o que sugere a fragilidade das decisões das cortes. Além disso, o terreno de sua aplicação – as colônias americanas – estava saturado de morosidade e de práticas que mudavam de acordo com a situação concreta e os atores do momento (MARIN; GOMES, 2003, p. 79).

À visto disso, Marin e Gomes (2003), analisam a complexidade da fronteira entre o Estado do Grão-Pará e a Guiana Francesa reforçando as experiências de circulação dos sujeitos que expunham as fragilidades da fronteira. Os comportamentos das autoridades portuguesas, indígenas e africanos durante o século XVIII indicam a expansão dessa fronteira mesmo sobrepujante a vigilância interna da política portuguesa, ainda sim, essas experiências expandiram essa fronteira mobilizando visões e sentidos sobre esse espaço.

As experiências de ocupação e povoamento são marcas permanentes da espacialidade histórica distribuídas ao longo da extensão territorial, as ramificações políticas e administrativas formaram um envolto de experiências significativas para compreender que essa região no século XVIII não esteve separada do restante das experiências presentes nas colônias espalhadas na América Portuguesa durante o período colonial. Para Abreu (2014), o grande impulso da Coroa Portuguesa na ocupação efetiva de suas possessões territoriais não ocorreu exclusivamente pela motivação econômica, mas pelas disputas territoriais e desavenças com outras nações que a princípio desejavam ampliar suas fronteiras.

As evidências encontradas nas correspondências oficiais sinalizam a formação de uma geografia histórica da Vila de São José de Macapá, as representações da sociedade colonial no Cabo Norte mediante os fragmentos coloniais remontam as projeções que a política pombalina operou na Amazônia Setentrional, a memória histórica produzida por indígenas, africanos, portugueses reforçam a intensidade com que as relações sociais e econômicas foram conduzidas. Durante anos consecutivos a vigência do Diretório Pombalino, o resgate das experiências da vida cotidiana e das relações de trabalho demonstram um padrão organizacional pensado pela Coroa Portuguesa para a construção de

uma base urbana tangível e próspera o que realmente representou a motivação inicial das autoridades portuguesas durante os séculos XVII e XVIII.

A Província do Grão-Pará representava um grande e complexo campo de ideias, interesses e experiências a partir da introdução do Diretório Pombalino. Os núcleos e vilas coloniais obedeceram ao modelo urbanizador como foi reproduzido na grande maioria das cidades brasileiras que tiveram suas bases urbanas projetadas e erguidas durante o período colonial. Nessa seara de discussão, as tentativas de consolidação dos planos lusitanos subsidiaram grande parte das ações e práticas em toda a faixa territorial brasileira, contudo, essas práticas têm sido reavaliadas por estudiosos para analisar a complexidade das experiências em variados contextos históricos e espaciais, sobretudo o alcance dos impactos nas áreas piloto e até regiões improváveis da América Portuguesa (MARIN, 2003; RAVENA, 2005; ABREU, 2014).

À vista disso, na região do Cabo Norte houve a reprodução colonial de ações sincronizadas e de forte impacto social e econômico abrangendo formas de organização dos núcleos urbanos materializados por experiências heterogêneas. A compilação de métodos e estratégias conjugadas romperam os limites fronteiriços e desencadearam uma reorganização do espaço colonial, pois a política exploratória introduzida na Amazônia Colonial Portuguesa extrapolou as condições geográficas e populacionais que caracterizaram grande parte das áreas onde estão assentadas as cidades amazônicas. Desse ponto de vista, a geógrafa Edna Ramos Castro (2017), salienta que a política exploratória difundida na Amazônia brasileira agravou as tensões e disputas territoriais provocando visíveis alterações no campo ideológico, político e social na região. Essa fragmentação internada provocada pelos agentes externos em busca da exploração dos recursos naturais durante as políticas de colonização demonstraram um saque colonial¹⁵.

Conforme discute Castro (2017), a Amazônia brasileira em toda a sua formação socioespacial vivenciou momentos singulares externadas pela presença dos agentes externos e a frequente resistência dos grupos sociais. Essa dicotomia veiculada sobre os territórios amazônicos avolumaram ainda mais a pertinência dos processos históricos distribuídos com a superposição dos projetos de desenvolvimento estabelecidos em curtos espaços de tempo somados as experiências das sociedades.

¹⁵Para Edna Castro (2017), a expressão “saque colonial” designa as experiências da política de exploração na Amazônia brasileira durante os séculos da colonização enfatizando que esse processo as divergências e contradições adotados pelos agentes externos que buscaram na região a solução para a estabilidade de suas economias.

No contexto da Amazônia Portuguesa a pertinência das ações estrangeiras foi transparecida por meio das práticas econômicas e sociais compiladas nessa região, a experiência da exploração colonial fomentou a transformação dos espaços segundo a perspectiva dos agentes externos, todavia, os impactos foram eminentes em toda a estrutura social refletindo na própria organização do espaço colonial urbano. Nessa perspectiva, para a historiadora Isabella Ferreira (2005), as intervenções na Amazônia Colonial Portuguesa estiveram evidenciadas pelo estabelecimento e manutenção de unidades concretas, por esse viés, a autora articula o seguinte pensamento:

Na gestão do espaço colonial amazônico, essas unidades fixas foram, portanto, alvo de inúmeros planos e recomendações e depois, de intervenções concretas sobre o território. Para o governo ilustrado, elas deveriam assegurar os últimos limites de conquista territorial, que, conforme estabeleceu o Tratado de Madri, coincidiram com os limites naturais representados, sobretudo, pelos rios da região, o Negro, o Branco, o Javari, o Japurá, o Madeira e o Guaporé. Da mesma forma que, na lógica interna à região, essas unidades fortificadas deveriam continuar a guardar e a marcar outros lugares estratégicos, já tradicionais da Geografia (FERREIRA, 2005, p. 35).

As unidades portuguesas instaladas na Amazônia setecentista reforçaram os comandos de segurança dessa região, as fortificações militares foram produtos dessa internalização da administração portuguesa, grosso modo, as estruturas fixadas no espaço colonial constituíram o modelo de planejamento e de marcação territorial vislumbrado para todas as colônias portuguesas (FERREIRA, 2005). Subsequente, após o Tratado de Madrid (1750), a segurança e a administração portuguesa tiveram que ser reforçadas marcando assim o processo de construção de fortificações militares que além de serem estruturas fixas para o asseguramento das fronteiras também apresentavam características que elevavam a dominação colonial mediante as formas e contornos do período pombalino na Amazônia Portuguesa.

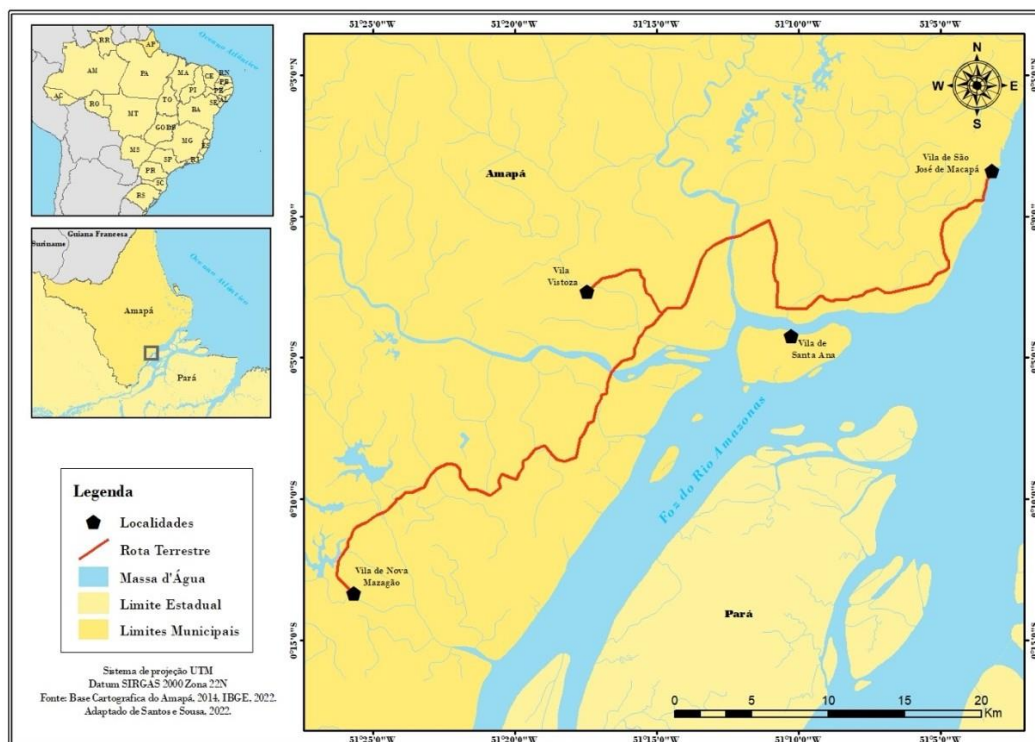
A povoação de Macapá esteve centrada em um novo projeto desta vez mais complexo que acoplou não somente a implantação da agricultura comercial mediante a Companhia de Comércio do Grão-Pará (1755), culminando com a formação da sua rede urbana. Neste período, as Vilas de Macapá, Mazagão e Vila Vistosa formaram a tríade responsável em estabelecer na região novas formas e técnicas de trabalho, produção, circulação de produtos e formação de sua rede urbana.

Diante disso, neste capítulo o objetivo é demonstrar e analisar como a produção e a circulação de produtos e insumos formaram uma importante rede de ações que consolidaram a Vila de São José de Macapá, conforme tangenciam Santos e Souza (2022), a predominância dessa rede de relações comerciais entre a Vila de Macapá e as vilas circunvizinhas contribuíram para as dinâmicas produtivas neste espaço, mediante a circulação de gêneros alimentícios motivou experiências em escalas locais e regionais sob o aspecto das mudanças socioespaciais e igualmente para repensar a organização geográfica da vila de Macapá durante a vigência a política do Diretório Pombalino.

Compreende-se que diante das transformações socioespaciais estabelecidas pelos sujeitos nessa faixa setentrional onde se localizava o Cabo Norte (atual Estado do Amapá), é importante reconhecer como as experiências de produção e circulação também ensejaram no interior e no entorno da Vila de Macapá diversas experiências destacando a formação territorial e socioespacial fase culminante na história colonial do Cabo Norte.

Essa representação da Vila de São José de Macapá é realçada na documentação e nas iconografias produzidas pelas autoridades portuguesas sobre o cotidiano na povoação colonial (MALCHER, 1999; RAVENA, 1999; BRITO, 1999). O crescimento da povoação no Cabo Norte remeteu ao anseio de estabelecer bases produtivas e rápida ascensão comercial. De acordo com Ravena (1999), durante o Regimento das Missões, os eclesiásticos conseguiram produzir excedentes que manteriam as demandas internas dos aldeamentos indígenas estimulando as relações comerciais (Figura 3), uma vez que, os missionários transformaram os aldeamentos em grandes empreendimentos. Todavia, com a retirada dos missionários estas relações comerciais sofreram transformações e adaptações promovendo momentos alternando entre o abastecimento e a carência de alimentos.

Figura 3 - Produção e circulação de produtos na Vila de Macapá e ilhas próximas



Fonte: Adaptado de Santos e Sousa, 2022.

Ainda de acordo com Ravena (1999), existe na história da Amazônia Portuguesa e das relações socioeconômicas duas fases importantes, a primeira atende pela administração dos eclesiásticos sobre os aldeamentos indígenas anteriores que constituíram em grandes extensões administrativas e comerciais, a segunda fase, compreende a vigência do Diretório Pombalino onde marca a retirada dos missionários e centralização do poder administrativo lusitano materializado na presença do diretor, responsável em fiscalizar o andamento das atividades comerciais e principalmente a vigilância das populações indígenas.

Face a isso, a Vila de Macapá vivenciou essas duas fases tornando-se uma importante experiência de atuação portuguesa efetivada pelos instrumentos de dominação portuguesa sobre o Cabo Norte durante o período setecentista. Com base nisso, Ravena observa o seguinte em sua percepção sobre essa transição administrativa envolvendo a experiência socioeconômica no Cabo Norte como é possível perceber no seguinte entendimento:

As missões eram capazes de produzir excedentes que seriam investidos no atendimento das novas demandas provocadas pela reestruturação administrativa do Grão-Pará. A fundação de uma povoação no Cabo Norte era um dos itens dessa reformulação administrativa e política. Meios de

transporte e mantimentos eram os insumos básicos para a instalação de Macapá. Não havia, pelo menos aparentemente, nenhum propósito para que os missionários inviabilizassem o assentamento dos colonos no Cabo Norte, mas desabastecer suas aldeias e expedições de coleta em prol deste projeto não parecia constituir um item passível do altruísmo missionário (RAVENA, 1999, p. 72).

Esse pensamento formulado por Ravena (1999), remente a experiência eclesiástica na Amazônia Portuguesa especificamente no Cabo Norte esse processo transpareceu em adaptações latentes para viabilizar a economia da agricultura mercantil, no entanto, essa observação apontada pela autora resgata o que Marin (1999), sinalizou anteriormente em seus estudos no que se refere a preocupação da Coroa Portuguesa em externar vias seguras para a produção comercial contínua e próspera, no entanto, os limites geográficos e econômicos foram sendo transparecidos a partir do momento em que as primeiras famílias açorianas se estabeleceram na faixa setentrional designando assim novas alternativas de sobrevivência nessa porção da Amazônia.

De igual modo essa ambivalência no modelo administrativo e político realizado pela Coroa Portuguesa em momentos distintos se associa aos objetivos comerciais almejados para o Cabo Norte. A manutenção da Vila de São José de Macapá é observada como expressão da iniciativa metropolitana em gerir uma agricultura comercial de grande prosperidade para isto foi estabelecido nesse espaço uma rede de práticas comerciais a qual oscilava entre modelos de circulação de alimentos concomitantemente a oscilação na produção de gêneros e insumos para a população local e vilas circunvizinhas (RAVENA, 1999, 2005; MARIN, 2003).

Introjetar um modelo de reprodução mercantilista na Vila de Macapá era um dos principais objetivos da administração portuguesa, porém as condições necessárias para o projeto a princípio não seguiram os resultados esperados, realçando os empecilhos na execução da agricultura comercial. Por sua vez, a questão da insuficiência de mantimentos por longos períodos substanciou os discursos das autoridades as quais descreviam os problemas referente a instabilidade no abastecimento e produção de gêneros alimentícios para alimentar a toda a população local.

Diante disso, a povoação de Macapá esteve concentrada em atender as demandas comerciais estabelecidas nesta região, essa experiência provocou transformações profundas no modo de organização espacial da vila. Respectivamente a Vila de Macapá atuou como unidade de reprodução da iniciativa mercantilista na região setentrional do Grão-Pará

(SANTOS, SOUZA, 2022). A literatura histórica produzida sobre esse período reascende a comparação entre a produção de insumos na vigência do Regimento das Missões e durante a vigência do Diretório Pombalino demonstrando que o percurso realizado pelas autoridades portuguesas desembocou em comportamentos e práticas para manter a vila colonial em uma condição favorável economicamente para atender as demandas provenientes da Companhia de Comércio do Grão-Pará.

A Vila de São José de Macapá operou como uma das principais vilas coloniais da Amazônia Setentrional, sua fundação na segunda metade do século XVIII demonstrou como este importante núcleo populacional esteve entre os principais centros de reprodução da política metropolitana projetada para esta região. Gradativamente as experiências combinaram ações relacionadas a política da agricultura comercial e a instalação de famílias açorianas para ocuparem a região setentrional do Grão-Pará.

As produções sobre o período colonial designam o Cabo Norte como um campo de experiências da atuação portuguesa, as experiências conduziram um cenário propício ao estabelecimento de redes de solidariedade criadas por vários e distintos sujeitos históricos, indígenas, africanos e portugueses (MARIN; GOMES, 2003). A Vila de São José de Macapá durante o século XVIII favoreceu o surgimento de várias experiências entre esses sujeitos históricos conduzindo ações que modificaram profundamente os espaços coloniais. Conforme observa Santos e Souza (2022), o Cabo Norte constituiu-se como um espaço produtivo viabilizado pelo período pombalino, certamente, deve-se analisar que além da predominância da política pombalina os núcleos coloniais tornaram-se centros dessa reprodução que progressivamente adquiriram estruturas e traços da administração portuguesa.

Essas experiências protagonizadas pelos sujeitos históricos na Amazônia Setentrional são profícuas na história colonial portuguesa. As vilas coloniais e a respectivamente a Vila de São José ocuparam um lugar importante no panorama da administração portuguesa, o cotidiano das povoações é uma marca importante na reprodução das políticas mercantilistas e sociais projetadas para esta imensa região, não obstante a Amazônia Portuguesa se tornou o centro da atuação portuguesa transformando os espaços em núcleos da intensa reprodução e agenciamento português.

O aparato ideológico, administrativo e social construído pela Coroa Portuguesa pode ser vislumbrado na formação das primeiras cidades, o projeto pombalino vinculava a expansão das cidades com o aperfeiçoamento da economia mercantil movida pela

Companhia do Comércio do Grão-Pará. A princípio, o abastecimento das povoações coloniais dependeu das Missões Religiosas, esses núcleos durante a permanência dos missionários compreendiam grande parte dos lucros obtidos pela administração colonial, para Ravena (2005), o abastecimento interno nas vilas dependia exclusivamente do trabalho indígena, sob essa perspectiva:

As primeiras unidades produtivas a desenvolverem sistemas de abastecimento auto-suficiente foram as missões. A racionalidade empregada pelos religiosos na utilização da força de trabalho indígena foi o principal fator de funcionalidade desse sistema econômico. Essa estrutura assentava-se sobre uma lógica operacional que articulava a produção para a subsistência e a coleta de drogas do sertão para a exportação. Os índios, sob a tutela missionária, trabalhavam um período do ano na coleta e outro na agricultura para o consumo interno (RAVENA, 2005, p. 132).

Durante o funcionamento das Missões as vilas e núcleos coloniais eram estabelecimentos dirigidos pelos missionários que estabeleceram nesses espaços grandes empreendimentos os quais tiveram como base a mão de obra indígena (RAVENA, 2005). Nesse sentido, se observa que a questão do abastecimento das vilas e povoações sempre esteve como um ponto específico para a administração portuguesa evidentemente essa característica gerou impactos na estruturação das vilas durante o período do Diretório Pombalino. Para o Cabo Norte, as demandas de abastecimento são inerentes ao processo de colonização portuguesa na faixa setentrional. A instalação do núcleo colonial no decorrer dos séculos XVII e XVIII aproximou duas vertentes da experiência comercial na região: a dependência da mão de obra indígena e as constantes fases de instabilidade que provocaram irregularidade na produção de alimentos (RAVENA, 2005; SANTOS e SOUZA, 2022).

As povoações coloniais na Amazônia Portuguesa seguiram um modelo de urbanização projetado para essa extensa região. Somado a ocupação e as estratégias de povoamento, as vilas transformaram-se em centros de reprodução da vida colonial, gradativamente essas experiências foram sendo somadas as paisagens naturais da porção amazônica. Essa característica elementar é fundamental para descrever como as vilas do Estado do Grão-Pará conseguiram reproduzir o modelo de organização portuguesa em um cenário não tão propício aos objetivos mercantilistas do período colonial.

Nos anos consecutivos ao Diretório Pombalino, o Cabo Norte ocupou uma área específica dentro da organização socioeconômica projetada e articulada pela Coroa

Portuguesa, a movimentação das autoridades portuguesas, indígenas e africanos sobre a faixa setentrional do Estado do Grão-Pará culminou com a construção de uma geografia histórica que despontou a partir da implantação da Vila de São José de Macapá. As fontes documentais situam a articulação de iniciativas administrativas com vistas a promover o desenvolvimento dessa extensão do Estado do Grão-Pará mediante a agricultura comercial.

Com base nisso, as variações dessa política expansionista receberam abertura das autoridades portuguesas para estabelecer nesses rincões estruturas condizentes com o modelo de organização socioespacial, o Cabo Norte não pode ser interpretado apenas como uma fase transitória da organização administrativa da Coroa Portuguesa, mas abrigou suas próprias experiências transformando-se em um território de vastas e pulsantes trajetórias ao longo da vigência do sistema civilizatório do Diretório dos Índios.

A reconstrução das espacialidades da Vila de São José de Macapá e suas vilas circunvizinhas ressalta a predominância e os impactos que as políticas administrativas da Metrópole Portuguesa fomentaram com o objetivo de impulsionar as atividades comerciais e transformar o Cabo Norte em um espaço produtivo (SANTOS; SOUZA, 2022). A economia colonial no Grão-Pará esteve centrada em duas frentes, a primeira esteve relacionada a expansão comercial sob influência da Companhia de Comércio mediante a exportação de gêneros alimentícios (arroz, farinha, peixe e drogas do sertão), a base de toda a produção consistiu na agricultura de produção extrativista diferenciando-se por sua aquisição de áreas específicas da monocultura.

A segunda frente ou característica desse modelo se vinculou ao trabalho indígena predominante em praticamente toda a história colonial portuguesa. As experiências da economia colonial extrativista acompanham as espacialidades históricas e culminam com a criação e expansão das cidades amazônicas.

resgate da experiência colonial no Cabo Norte abrigou variadas formas de compilação entre o modelo econômico realizado pelos religiosos durante o Regimento das Missões Religiosas e a gestão no Diretório Pombalino, as duas vertentes da expansão da economia mercantilistas são a porta de entrada para analisar como as práticas mercantis estiveram por longos séculos determinando iniciativas de exploração, delimitação e manutenção do Cabo Norte (RAVENA, 2005). Grande parte dessas experiências compilaram e ascenderam novas interpretações sobre como as relações socioeconômicas foram tecidas em variados espaços/lugares do Cabo Norte. Essa centralidade se destaca sob

a perspectiva local a elevação da Vila de Macapá como uma experiência transversal da política metropolitana portuguesa.

CONSIDERAÇÕES

A Geografia histórica lança-se sobre um desafio de reconstituir as experiências pretéritas mediante a investigação do passado das sociedades em diferentes recortes temporais. Esse resgate do tempo materializado nas estruturas e formas espaciais amplia e destaca a correlação entre o espaço e o tempo como duas vias inseparáveis e que no campo teórico e metodológico se firmam como bases indispensáveis para a análise das experiências das sociedades e a relação espaço-temporal que fundamenta os sentidos concernentes ao estudo das dimensões históricas e espaciais.

Esse resgate do tempo mediante o estudo das espacialidades produzidas pelos sujeitos históricos revela a incorporação de diferentes realidades sobrepostas que motivam a repensar a questão do urbano na formação das cidades brasileiras, essa característica predominante nos estudos da geografia histórica constitui um desafio para os geógrafos históricos para resgatar o passado das cidades e as subjetividades que a acompanham. Nesse sentido, para o Estado do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII as fontes documentais denotaram um expressivo controle dessa região que ao longo de séculos se tornou um cenário caracterizado pela constante mobilização de grupos sociais os quais dividiam o mesmo espaço, todavia, as experiências nessa região a partir da análise dos documentos coloniais sinalizaram distintas e particulares histórias desse passado colonial amazônico.

É salutar que as particularidades da política do Diretório Pombalino na Amazônia Setecentista repercutiram intensamente na organização das povoações coloniais e de suas respectivas populações, efeito disso, a implantação da Vila de São José de Macapá que esteve durante os primeiros anos distante de ser uma povoação de grande estabilidade econômica.

A pressão metropolitana em implantar o projeto agrícola mercantil marcou importantes mudanças na organização no espaço colonial urbano reforçando as iniciativas de controle das populações indígenas igualmente a manutenção das formas de trabalho compulsório e escravo. Nesse campo, a questão da fronteira com a Guiana Francesa destacou-se com uma experiência crucial para a criação de redes de contato realizada entre indígenas e africanos na Vila de Macapá e ilhas próximas desenvolvendo uma complexa rede de contatos que instituíram novas de circulação de sujeitos e produtos nessa região aumentando a preocupação das autoridades coloniais.

As representações do cotidiano da povoação de Macapá materializado nos mapas identificam a dinâmica socio-territorial e socioeconômica estabelecida na Vila de São José de Macapá, as rotas estabelecidas indicam a mobilização de diferentes sujeitos que recriaram os espaços conforme os interesses coletivos e individuais contribuindo para analisar a amplitude das tensões políticas e econômicas nessa região específica. Referencia-se que nesta pesquisa, o espaço correspondente a Vila de São José de Macapá difundiu-se como um território onde diferentes experiências e interesses estiveram anexados ao modelo reformista da política implementada pelo Ministro Sebastião de Carvalho e Mello, a fixação de colonos açorianos de Belém e o incentivo a agricultura de arroz estiveram como umas das principais medidas de desenvolvimento na Amazônia Setentrional.

À vista disso, a Vila de São José de Macapá na segunda metade do século XVIII é um caso específico para analisar os desdobramentos da administração portuguesa, a incorporação de práticas da agricultura comercial inicialmente não responderam as expectativas econômicas da Coroa Portuguesa, todavia, as experiências internas protagonizadas pelos sujeitos impulsionaram a formação de um espaço marcado pela multidimensionalidade de ações que fomentaram os conteúdos desse espaço-lugar em que se transformou a Vila de Macapá, transformando-se em uma expressão latente da ocupação e manutenção do monopólio português no norte do Estado do Grão-Pará.

À guisa de conclusão, a formação da rede urbana colonial da Vila de São José de Macapá representa uma fonte elementar para analisar a formação de diferentes espacialidades condizentes com a realidade espacial da vila colonial portuguesa. A montagem de uma estrutura colonial inquiriu diferentes concepções e motivações econômicas e sociais determinantes para formação de uma própria dinâmica interna fundamental na construção de sua geografia histórica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: **Escritos sobre espaço e história**/organização Fania Fridman, Rogério Haesbaert. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 27-54.
- ALMEIDA, Maria Celestino de. A falácia do povoamento: ocupação portuguesa na Amazônia Setecentista. In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa E. A.; PRADO, Geraldo. (organizadores). **Meandros da história: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX**. Belém: UNAMAZ, 2005. p. 21-33.
- ALMEIDA, Maria Celestino de. **Os índios na história do Brasil** /Maria Celestino de Almeida. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BARROS, José D’Assunção. História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares/José D’Assunção Barros. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BARROS, José d’Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados 19(53), 2005. p. 71-86.
- BRITO, Cecília Maria Chaves. Índios das “Corporações”: trabalho compulsório no Grão-Pará no Século XVIII. In: Rosa Elizabeth Acevedo **A escrita da história paraense**. Belém: UFPA, 1998. p. 115-137.
- CASTRO, Homero. F. de. O Fecho do Império: História das Fortificações do Cabo Norte ao Amapá de Hoje. In: **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)** /Flávio dos Santos Gomes (organizador). Maria Fernanda B. Bicalho (et al.]. – Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.p. 15
- CASTRO, Edna. R. Territórios em transformação na Amazônia. Saberes, Rupturas e Resistência. Edna Maria Ramos de Castro - organizadora. – Belém: NAEA, 2017.p. 20-21.
- COELHO, Mauro Cezar. O Diretório dos Índios: Possibilidades de Investigação. In: Cezar, Mauro. Et. Al. **Meandros da História: Trabalho e Poder no Grão-Pará e Maranhão Séculos XVII e XIX**. Belém: UNAMAZ, 2005.
- COELHO, Mauro Cezar. O Diretório dos Índios e as Chefias Indígenas: Uma inflexão. **Campos** 7 (1). 2006, pp. 117-134.
- CORREA, Roberto. L. Espaço, um conceito chave da geografia. In. Geografia: conceitos e temas. Organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Côrrea. – 2ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000. p. 16-24.
- FERREIRA, Isabella. F. B. Fortificações amazônicas nas cartas de Mendonça Furtado (1751-1759).In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa E. A.; PRADO, Geraldo. (organizadores). **Meandros da história:**

trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005. p. 21-33.

FREITAS, Laís. C. M. História Indígena e a Utilização de Fontes do Século XVIII na Pesquisa e no Ensino de História: uma experiência em aulas-oficina com estudantes do Ensino Fundamental de Macapá (Amapá). **Trabalho de Conclusão de Curso.** Graduação em História. 2018.p. 118.

GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar. (Orgs). **Relatos de Fronteiras: Fontes para a História da Amazônia. Séculos XVIII e XIX.** Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

HARRIS, Mark. Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça, cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840/Markis Harris; tradução: Gabriel Cambraia Neiva e Lisa Katharina Grund – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017. p. 137-139.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: A memória evanescente. In. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs). **O Historiador e suas fontes.** São Paulo: Editora Contexto, 2012, 1. ed., 2º reimpressão. pp. 20-24.

MALCHER, Renata. As cidades da Amazônia no século XVIII – Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP/ publicações. 2ª edição, 1998.

MARIN, R. E A. Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: as experiências dos colonos. In. **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)** /Flávio dos Santos Gomes (organizador). Maria Fernanda B. Bicalho (et al.]. – Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.p. 33-62.

MARIN, Rosa E. GOMES, Flávio dos Santos. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII). **Revista de História** (USP), nº 149, dezembro, 2003, p. 69-107.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759.** 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Tomo II, III. (Edições do Senado Federal. v. 49, A-B-C).

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAIS, Adauto (Org.). **A outra margem do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 237-249.

RAVENA, Nírvia. “Maus vizinhos e boas terras”: idéias e experiências no povoamento do Cabo Norte (século XVIII). In. GOMES, Flávio S. (org.). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII- XIX).** Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 65-100.

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n.2. Dez., 2005, p. 125-149.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**/Milton Santos. -4. ed.4. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. – (Coleção Milton Santos;1).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia** / Milton Santos; em colaboração com Denise Dias. – 6. ed. 2. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 77-81.

SANTOS, Emmanuel. R. C. Para além de Tordesilhas: formação territorial e expansão da fronteira litorânea no Brasil colonial. Dissertação de Mestrado/Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. 2018. p. 71.

SANTOS, Emmanuel. R. C.; SOUZA, Diego. A. S. Vilas, Circulação e Espaços Produtivos nas Terras do Cabo Norte. GEO UERJ, Rio de Janeiro, n.40, e64995, 2022.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. Negros da Terra e/ou Negros da Guiné: Trabalho, Resistência e Repressão no Grão-Pará no Período do Diretório. **Afro-Ásia**, n.48, 2013, pp. 173-211.

SOUZA. Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial /Marcelo Lopes de Souza. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. p.21-22.